



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

ALDINA DE SANTANA LAGO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM POLICIAIS MILITARES

SALVADOR

2023

ALDINA DE SANTANA LAGO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM POLICIAIS MILITARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito de aprovação para obtenção do grau de mestra em Enfermagem e Saúde na Área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, na Linha de Pesquisa “Cuidado à Saúde das Mulheres, Relações de Gênero e Etnicorraciais”.

Orientadora: Profa. Dra. Nadirlene Pereira Gomes

Coorientadora: Profa. Dra. Jeane Freitas de Oliveira

SALVADOR

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde (BUS),
SIBI-UFBA, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L177v	<p>Lago, Aldina de Santana Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares/ Aldina de Santana Lago. - - Salvador, 2023. 114 f.: il.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Nadirlene Pereira Gomes. Coorientadora: Profa. Dra. Jeane Freitas de Oliveira. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, 2023.</p> <p>1. Violência contra a Mulher. 2. Violência Doméstica. 3. Polícia. 4. Saúde. 5. Representação Social. I. Gomes, Nadirlene Pereira. II. Oliveira, Jeane Freitas. III. Título.</p> <p>CDU: 343.6:396</p>
-------	---

ALDINA DE SANTANA LAGO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM POLICIAIS MILITARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito de aprovação para obtenção do grau de mestra em Enfermagem e Saúde, na Área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, na Linha de Pesquisa “Cuidado à Saúde das Mulheres, Relações de Gênero e Etnicorraciais”.

Aprovada em, 31 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Nadirlene Pereira Gomes



Doutora em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia

Cleuma Sueli Santos Suto



Doutora em Enfermagem. Universidade do Estado da Bahia

Andreia Silva Rodrigues



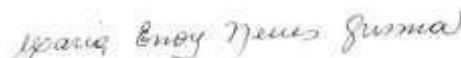
Doutora em Enfermagem. Secretaria Municipal de Saúde de Salvador/BA

Telmara Menezes Couto



Doutora em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia

Maria Enoy Neves Gusmão



Doutora em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia

Às mulheres, filhas e filhos,

Que vivenciaram ou ainda vivenciam a violência doméstica.

Às/aos profissionais policiais militares,

Por arriscarem a sua vida para manter seguras outras vidas.

À minha querida amiga Denise,

Por me iniciar neste caminhar de volta à academia e conclusão deste estudo.

À minha família,

Por me acompanhar, me apoiar e incentivar sempre.

AGRADECIMENTOS

Entre tantos desafios que a pandemia da Covid-19 nos apresentou tivemos a incerteza da vida, mas, também, a certeza de que poderíamos fazer mais. Já inserida no grupo de pesquisa Lab Vid@ fui convidada para realizar o telemonitoramento com mulheres em vivência de violência doméstica. O desafio foi grande, mas a cada contato telefônico a certeza de que algo estava sendo realizado para levar uma escuta e informações sobre problemas que tanto afligem a todas nós. O mestrado surgiu nessa turbulência, em formato *on-line*, diante do desconhecido mundo virtual onde os desafios foram muitos, porém, superados com mais uma realização em minha vida. Tentarei expressar o sentimento intenso de gratidão pelos aprendizados, superações, enfrentamentos, acolhimentos, apoios, torcidas e carinho que recebi de todas, conhecidas e desconhecidas. Já antecipo as desculpas, se me faltar a lembrança alguém com igual relevância para a realização desse sonho.

À **Deus**, por me garantir a fé e esperança de dias melhores, por me manter firme no propósito, sempre colocado à prova pelas dificuldades. Um progresso em minha vida!

À minha orientadora, **Profa. Dra. Nadirlene Pereira Gomes**, agradeço por ter acreditado, incentivado o meu crescimento acadêmico e ter me questionado sempre sobre a apreensão do objeto de estudo. Obrigada por ter me ajudado a ultrapassar os desafios, sendo firme no propósito de me orientar, mesmo diante das dificuldades. Aproveito para expressar a minha admiração!

À minha coorientadora, **Profa. Dra. Jeane Oliveira de Freitas**, que aceitou de coração aberto seguir comigo por esse caminho, se fazendo presente sempre, mesmo diante os desafios e as dificuldades diárias, nunca reveladas, mas compreendidas. Obrigada pelas orientações e contribuições nesta construção textual discutida à luz de uma teoria desafiadora, mas apaixonante. Aproveito para expressar gratidão por irradiar luz, paz e tranquilidade, sempre. Das vezes que pensei em desistir foram suas palavras que me fizeram continuar.

À minha querida, **Profa. Dra. Cleuma Sueli Santos Suto**, pelas orientações nas construções dos manuscritos e palavras de incentivo e motivação. Sempre paciente e atenta aos detalhes que passam despercebidos pela inexperiência com a teoria e escrita. A senhora foi um anjo de luz em minha vida.

Aos **professores do Programa de pós-graduação** da Escola de Enfermagem da UFBA, pelos ensinamentos científicos e experiências compartilhadas. Agradeço especialmente à **Profa. Dra. Maria Enoy Neves Galvão**, pela motivação e participação na banca de qualificação e defesa, contribuindo para a melhoria e aprimoramento deste estudo.

Aos/as profissionais **policiais militares**, participantes deste estudo com quem compartilhamos a insegurança e o medo constante das violências. Muito obrigada por dedicarem um momento da lida diária para as entrevistas.

A minha querida amiga **Denise**, enfermeira, que iniciou essa jornada comigo, mas por motivos pessoais não prosseguiu, mas sempre me incentivando a continuar. Obrigada, minha amiga!

À **Viviane**, mestranda do grupo de pesquisa, pelo apoio, incentivo e ajuda com as escritas, principalmente, o projeto para seleção do mestrado. Muito obrigada, minha querida.

A minha filha, **Alana**, pelas palavras de incentivo e motivação para buscar sempre mais. A razão de muitas coisas boas em minha vida!

Ao meu companheiro **Marcos**, por incentivar o meu desejo, mas não compreender que envolvia dedicação, estudo e abdicação de alguns momentos, em que estive distante, mas nunca ausente, com minhas preocupações, cansaço e angústias. A vida envolve escolhas, nem sempre fáceis!

Aos meus pais, **Alzira e Cipriano**, pessoas simples e sem estudos, mas sempre com muita sabedoria nos ensinamentos e valores que me incentivaram a buscar e não se acomodar nas dificuldades. Minha mãe sempre dizendo que: “mulher tinha que ser independente para não passar o que ela passava”. Hoje, consigo entender o contexto!

As minhas irmãs **Aliete, Andréia, Crispina e Crispiniano** pela minha ausência nas reuniões familiares, porque estava sempre envolvida com trabalho e estudos em busca dos sonhos. Gostaria de ter inspirado e contagiado mais!

À **equipe da Coordenação de Enfermagem do Hospital da Polícia Militar** onde atuo, por terem ouvido as minhas inquietações e apoiado nos momentos em que precisei me afastar para assistir algumas aulas *on-line*. Meu grande agradecimento ao **Cap PM Ramos**, pelo incentivo e apoio; **Aderaldo e Zene**, amigos e incentivadores da minha jornada.

Ao **grupo de pesquisa Lab Vid@**, que me motivou na trajetória acadêmica. Trabalhar com vocês foi significativo em várias decisões. Agradeço especialmente à **Ionara**, minha tutora e amiga das horas mais difíceis, pela paciência, ensinamentos, aprendizado e orientações. Sem você não teria chegado ao final desta jornada. O meu muito obrigada!

À **Cap PM Alcilene**, doutoranda do grupo de pesquisa, pelos ensinamentos e escuta nos momentos de dúvidas e incertezas.

Às **colegas do Programa de pós-graduação** da Escola de Enfermagem UFBA, com quem compartilhamos as dificuldades, angústias e incertezas.

Enfim, agradeço imensamente por ter vocês e tantas outras pessoas na minha vida!

AGRADECIMENTO A AGÊNCIA DE FOMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

LAGO, Aldina de Santana. **Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares.** 2023. 114p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, 2023.

A violência é um fenômeno sócio-histórico complexo que afeta a população mundial, com destaque para as mulheres que vivenciam a violência doméstica. Conhecida também como violência de gênero, trata-se de um fenômeno social, estruturado em desrespeito aos direitos e agressões às mulheres. Diante disso, a organização e luta dos movimentos de mulheres e feministas resultaram em marcos históricos como a implementação da Lei 11.340/2006 “Maria da Penha” e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com vistas a envolver os vários setores da sociedade e os serviços, dentre os quais o realizado pela polícia. Esse estudo tem como objetivo apreender a estrutura das Representações Sociais (RS) de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais (TRS). Participaram do estudo 110 policiais militares de uma unidade operacional da Polícia Militar, Salvador, Bahia. Para a coleta das evocações foi aplicado o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) para os estímulos indutores: violência; violência doméstica contra a mulher; e o que as outras pessoas pensam sobre a violência doméstica contra a mulher; e, entrevistas. O *corpus* com as evocações e entrevistas foram processadas no programa adaptado do Ensemble de programmes permettant L'analyse des Evocations (openEvoc) e no software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), resultando no quadro de quatro casas e na árvore máxima de similitude, respectivamente. Sequencial as 22 entrevistas foram submetidas a análise lexical e classificação hierárquica descendente (CHD). O estudo respeitou os princípios Éticos e Bioéticos, conforme as resoluções nº 466/2012 e 510/2016. Os participantes eram, em sua maioria soldados, adultos jovens, negros e com formação superior. As representações sociais de policiais militares objetivam a violência doméstica como decorrente do “machismo” e “dependência” que por sua vez gera: “desrespeito”, “poder”; os elementos “álcool” e “drogas” emergem como precipitadores da violência; “agressão”, “covardia”, “medo” e “impunidade” expressam os conceitos e sentimentos identificados nas práticas dos atendimentos das ocorrências pelos/as policiais. Para o grupo investigado, a estrutura da representação social da violência doméstica está ancorada em termos que remetem a uma construção social e cultural histórica centrado no machismo, e que ocasionam situações que dificultam o enfrentamento da violência pelas mulheres. As falas das policiais indicam que os atendimentos às mulheres pelos policiais são permeados por pensamentos e condutas machistas. As classes de palavras identificadas na CHD apontam que os filhos/as que crescem nessa vivência tendem a reproduzir o comportamento dos pais, e o medo sentido pelas mulheres dificulta a denúncia do agressor e o enfrentamento da violência. Nesse sentido, a maioria dos policiais homens referem que no cotidiano dos atendimentos adotam postura imparcial e realizam a condução do casal à delegacia. O estudo poderá direcionar ações educativas e políticas públicas para aperfeiçoamento de policiais militares referente a questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, favorecendo a melhoria dos serviços e redução dos agravos à saúde das mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher. Violência Doméstica. Saúde. Polícia. Representação Social.

ABSTRACT

LAGO, Aldina de Santana. **Domestic violence against women: a study of social representations with military police.** 2023. 114p. Dissertation (Master in Nursing and Health) – School of Nursing, Federal University of Bahia, 2023.

Violence is a complex socio-historical phenomenon that affects the world's population, especially women who experience domestic violence. Also known as gender violence, it is a social phenomenon, structured on disrespect for rights and aggression against women. In view of this, the organization and struggle of women's and feminist movements resulted in historical milestones such as the implementation of Law 11.340/2006 "Maria da Penha" and the National Policy to Combat Violence against Women, with a view to involving the various sectors of society. society and services, among which the one carried out by the police. This study aims to apprehend the structure of the Social Representations (SR) of military police officers about domestic violence against women. This is a qualitative study, based on the structural approach of the Theory of Social Representations (SRT). The study included 110 military police officers from an operational unit of the Military Police, Salvador, Bahia. To collect the evocations, the Free Word Association Test (TALP) was applied to the inducing stimuli: violence; Domestic violence against women; and what other people think about domestic violence against women; and, interviews. The corpus with the evocations and interviews were processed in the program adapted from the Ensemble de programmes permettant L'analyse des Evocations (openEvoc) and in the software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), resulting in a table of four boxes and in the maximum similarity tree, respectively. Sequentially, the 22 interviews were submitted to lexical analysis and descending hierarchical classification (CHD). The study complied with Ethical and Bioethical principles, in accordance with Resolutions 466/2012 and 510/2016. The participants were mostly soldiers, young adults, black and with higher education. The social representations of military police officers objectify domestic violence as a result of "machismo" and "dependence" which in turn generates: "disrespect", "power"; the elements "alcohol" and "drugs" emerge as precipitators of violence; "aggression", "cowardice", "fear" and "impunity" express the concepts and feelings identified in the practices of dealing with incidents by the police. For the investigated group, the structure of the social representation of domestic violence is anchored in terms that refer to a historical social and cultural construction centered on machismo, and that cause situations that make it difficult for women to face violence. The police officers' speeches indicate that the assistance to women by the police is permeated by sexist thoughts and conduct. The word classes identified in the CHD indicate that the children who grow up in this experience tend to reproduce the behavior of their parents, and the fear felt by women makes it difficult to denounce the aggressor and face the violence. In this sense, the majority of male police officers report that in their daily routine they adopt an impartial attitude and take the couple to the police station. The study may direct educational actions and public policies to improve military police officers regarding gender issues and the (re)signification of care, favoring the improvement of services and the reduction of harm to women's health.

Keywords: Violence against Women. Domestic violence. Health. Police. Social Representation.

RESUMEN

LAGO, Aldina de Santana. **Violencia doméstica contra la mujer: un estudio de las representaciones sociales con la policía militar.** 2023. 114p. Disertación (Maestría en Enfermería y Salud) – Escuela de Enfermería, Universidad Federal de Bahía, 2023.

La violencia es un fenómeno sociohistórico complejo que afecta a la población mundial, especialmente a las mujeres que sufren violencia doméstica. También conocida como violencia de género, es un fenómeno social, estructurado sobre el irrespeto a los derechos y la agresión a las mujeres. Frente a eso, la organización y lucha de los movimientos de mujeres y feministas resultó en hitos históricos como la implementación de la Ley 11.340/2006 "Maria da Penha" y la Política Nacional de Combate a la Violencia contra la Mujer, con miras a involucrar a los diversos sectores de la sociedad y de los servicios, entre los que destaca el realizado por la policía. Este estudio tiene como objetivo aprehender la estructura de las Representaciones Sociales (RS) de policías militares sobre la violencia doméstica contra la mujer. Se trata de un estudio cualitativo, basado en el enfoque estructural de la Teoría de las Representaciones Sociales (TSR). El estudio incluyó 110 policías militares de una unidad operativa de la Policía Militar, Salvador, Bahía. Para recoger las evocaciones se aplicó el Test de Asociación Libre de Palabras (TALP) a los estímulos inductores: violencia; Violencia doméstica contra la mujer; y lo que otras personas piensan sobre la violencia doméstica contra las mujeres; y, entrevistas. El corpus con las evocaciones y entrevistas se procesó en el programa adaptado del Ensemble de programas permettant L'analyse des Evocaciones (openEvoc) y en el software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), resultando en una tabla de cuatro cajas y en el árbol de máxima similitud, respectivamente. Secuencialmente, las 22 entrevistas fueron sometidas a análisis léxico y clasificación jerárquica descendente (CHD). El estudio cumplió con los principios Éticos y Bioéticos, de acuerdo con las Resoluciones 466/2012 y 510/2016. Los participantes eran en su mayoría soldados, adultos jóvenes, negros y con estudios superiores. Las representaciones sociales de los policías militares objetivan la violencia intrafamiliar como resultado del "machismo" y la "dependencia" que a su vez genera: "falta de respeto", "poder"; los elementos "alcohol" y "drogas" emergen como precipitantes de la violencia; "agresión", "cobardía", "miedo" e "impunidad" expresan los conceptos y sentimientos identificados en las prácticas de atención de incidentes por parte de la policía. Para el grupo investigado, la estructura de la representación social de la violencia intrafamiliar está anclada en términos que remiten a una construcción social y cultural histórica centrada en el machismo, y que provocan situaciones que dificultan el enfrentamiento de la violencia por parte de las mujeres. Los discursos de los policías indican que la atención a las mujeres por parte de la policía está permeada por pensamientos y conductas sexistas. Las clases de palabras identificadas en el CHD indican que los niños que crecen en esta experiencia tienden a reproducir el comportamiento de sus padres, y el miedo que sienten las mujeres dificulta denunciar al agresor y enfrentar la violencia. En este sentido, la mayoría de los policías varones refieren que en su día a día adoptan una actitud imparcial y llevan a la pareja a la comisaría. El estudio podrá orientar acciones educativas y políticas públicas para la superación de los policías militares en las cuestiones de género y la (re)significación del cuidado, favoreciendo la mejora de los servicios y la reducción de daños a la salud de las mujeres.

Palabras llave: Violencia contra la Mujer. La violencia doméstica. Salud. Policía. Representación Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). Salvador, Bahia, Brasil (2022)	45
Figura 2 - Produção e análise dos dados. Salvador, Bahia, Brasil. Elaboração da pesquisadora.	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Números de chamadas telefônicas de violência doméstica contra a mulher por CIPM da AISP 11 no ano de 2020, Salvador, Bahia, Brasil. Elaboração da pesquisadora.....	46
Quadro 2 - Caracterização sociodemográfica e profissional de policiais militares investigados/as, Salvador, Bahia, Brasil, 2022. Elaboração da pesquisadora	54

LISTA DE ABREVIATURAS

AISP - Área Integrada de Segurança Pública
CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CF - Constituição Federal
CENTEL - Central de Telecomunicações
CHD - Classificação Hierárquica Descendente
CIPM - Companhia Independente de Polícia Militar
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa
DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher
EEUFBA - Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
IEP - Instituto de Ensino e Pesquisa
IRAMUTEQ - Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis
LabVid@ - Laboratório de Estudos, Vioslência, Saúde e Qualidade de Vida
LMP - Lei Maria da Penha
MPU - Medidas Protetivas de Urgência
NC- Núcleo Central
OME- Ordem Média de Evocação
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU- Organização das Nações Unidas
ORMP - Operação Ronda Maria da Penha
PPGENF- Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde
SARS-COV2 - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
STELECOM - Superintendência de telecomunicações
TALP - Teste de Associação Livre de Palavras
TNC - Teoria do Núcleo Central
RISP - Região Integrada de Segurança Pública
RS- Representações Sociais
ST- Segmentos de Texto
SUS - Sistema Único de Saúde
TALP - Teste de Associação Livre de Palavras
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNC - Teoria do Núcleo Central
TRS - Teoria das Representações Sociais
UCI - Unidade de Contexto Inicial
UCE - Unidades de Contexto Elementares
UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	19
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER ..	19
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	24
2.3 DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ATENDIMENTO POLICIAL MILITAR	32
3 REFERENCIAL TEÓRICO	39
3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	39
3.1.1 Teoria do Núcleo Central	42
4 CAMINHO METODOLÓGICO	44
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	44
4.2 CENÁRIO DO ESTUDO	44
4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO	48
4.4 ASPECTOS ÉTICOS	49
4.5 COLETA DE DADOS	50
4.5.1 Teste de Associação Livre de Palavras	51
4.5.2 Entrevista	52
4.6 ANÁLISE DOS DADOS	53
4.6.1 OpenEvoc	55
4.6.2 Iramuteq	56
5 RESULTADOS	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	110
APÊNDICE B - Teste de associação livre de palavras (TALP).....	112
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista	114

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno sócio-histórico complexo que afeta a população mundial, com destaque para as mulheres que sofrem as agressões perpetradas pelos parceiros íntimos. A prevalência da violência doméstica causa sérias repercussões na saúde e segurança da população feminina e demanda articulação dos serviços para o enfrentamento. Com o objetivo de reduzir os agravos da violência contra a mulher, o movimento feminista desde a década 70 milita por direitos, criação e ampliação dos serviços de atendimento às mulheres.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que aproximadamente uma em cada três mulheres no mundo são agredidas ou violentadas sexualmente (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021). A esse respeito, estima-se que 27% das mulheres no mundo sofram violência física e/ou sexual pelo parceiro e que tais agressões já comprometeram 24% das jovens de 15 a 19 anos e 26% daquelas com 20 a 24 anos, o que registra a precocidade da exposição a violência (SARDINHA *et al.*, 2022).

No Brasil, em 2021 foram registradas 230.861 agressões contra as mulheres, 619.353 chamadas para o 190 e 1.341 mortes por feminicídio (FBSP, 2022). Números que só fazem aumentar, haja vista que o primeiro semestre de 2022 já sinalizava um acréscimo de 3,2% nos casos de feminicídio (FBSP, 2023). No entanto, os registros dessa violência não evidenciam a realidade vivenciada pelas mulheres, visto que por vários motivos muitas delas silenciam as agressões ou não se reconhecem nessa vivência (SARDINHA *et al.*, 2022).

A esse respeito, a pandemia da Covid-19 agravou a insegurança das mulheres para a violência doméstica em todo o mundo, na França o aumento dos índices chegou a mais de 30% (EURONEWS, 2020). No Brasil a situação não foi diferente, dados divulgados apontam que as chamadas para a Central 190 aumentaram em 16,3% no ano de 2020 (FBSP, 2021).

A vivência de qualquer expressão de violência doméstica (física, sexual, psicológica, moral e/ou patrimonial), acarreta agravos para a saúde física e emocional das vítimas. Costumeiramente, há maior facilidade em identificar os danos físicos, como lesões e hematomas decorridos das agressões, contudo os danos psicológicos e emocionais para mulheres e suas filhas/os, repercutem em comprometimento das atividades laborais e escolares (CARNEIRO *et al.*, 2019; BO; YATING, 2023).

Conhecida como violência de gênero, considera-se que esse fenômeno se estrutura socialmente pelas questões de gênero, que determinam condutas assimétricas para homens e mulheres e refletem situações de desrespeito e agressões contra mulheres. Diante disso, a organização e intensificação da luta dos movimentos de mulheres e feministas resultaram em

marcos históricos internacionais e nacionais, com destaque para implementação no Brasil da Lei 11.340/2006 “Maria da Penha” (LMP) e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PASINATO, 2015; SANTOS, 2008).

A divulgação dos serviços prestados pelas delegacias de atendimento à mulher (DEAM) a partir de 1985 e a implementação das políticas públicas, ampliadas com a LMP motivaram as mulheres a denunciarem os agressores e buscarem o suporte institucional para a sua proteção (BRASIL, 2011; PASINATO, 2015; SANTOS, 2008). Dentre esses serviços disponibilizados a elas está o atendimento realizado pela Polícia Militar.

Contudo, a decisão pela denúncia não é fácil para quem vivencia a violência doméstica, principalmente quando envolve dependência financeira e/ou as mulheres não se percebem nessa vivência ou são tomadas por sentimentos de medo, vergonha e culpa, diante a incompreensão social (NETTO *et al.*, 2015). Para além, pesquisa realizada com mulheres em Baltimore revelou que a culpabilização, as discriminações de gênero e raça pelos agentes de segurança as desencorajam de procurar a polícia (DECKER *et al.*, 2019).

No Brasil, estudo realizado na DEAM identificou nos relatos dos agentes de segurança posições machistas, discriminatórias e de culpabilização das mulheres pela violência sofrida (JESUS; SOBRAL, 2017). Diante desses aspectos, pressupõe-se que o ambiente masculinizado, as relações hierárquicas e de poder podem influenciar na forma como policiais compreendem e representam a violência doméstica contra a mulher.

A inquietação para essa temática ancora-se nas vivências pessoais de uma mulher negra, oriunda de família de baixa renda, mãe, e da atuação como policial militar na Central de Polícia 190 no período de 2002 a 2013, direcionando o atendimento das ocorrências policiais, dentre estas a violência doméstica. Nesse serviço pudemos observar que o advento e divulgação da LMP, exigiu mais atenção e encaminhamento adequado das ocorrências de agressão à DEAM, e registro da informação sobre o desfecho final das chamadas, na maioria das vezes sem êxito na condução do agressor.

Retomando a reflexão sobre a temática no espaço da pós-graduação e aproximação aos grupos de pesquisas, em especial o Laboratório de Violência, Saúde e Qualidade de Vida (Lab Vid@) decidi estudar sobre o fenômeno dessa violência no contexto do atendimento policial militar, por se tratar de um espaço em que estava inserida.

Considerando essas questões, o estudo será fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS), como conhecimento socialmente pelo senso comum elaborado e compartilhado sobre o objeto a partir das práticas e das interações sociais por meio da comunicação, num processo de transformação do não-familiar em familiar (MOSCOVICI, 2015; JODELET 2001).

Dessa forma, estudos voltados às Representações Sociais (RS) de policiais militares podem revelar-se como um importante instrumento para transformar a realidade do atendimento às mulheres, pois poderá contribuir como subsídio para um cuidado humanizado e qualificado de forma a reduzir os agravos à saúde.

Apreender a estrutura dessas RS pode ajudar a ampliar as discussões com o grupo investigado sobre o atendimento prestado e, conseqüentemente, a melhoria do atendimento diante de fragilidades e/ou situações de desigualdades relacionadas às diferenças entre os sexos, estabelecidas social e culturalmente ao longo da história, mas que com luta e conquistas de diversos grupos de mulheres, em distintos contextos, tem reduzido em algumas sociedades. Assim sendo, o estudo ultrapassa o campo dos profissionais de saúde, para envolver outros serviços responsáveis por prevenir e coibir a violência contra a mulher e, dessa forma, reduzir os agravos à saúde.

Nesse sentido, define-se como **objeto de estudo** as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher, guiada pela seguinte **questão de estudo**: Como policiais militares representam a violência doméstica contra a mulher? Tendo como **objetivos**: Apreender a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher; verificar as influências dessas representações sociais no atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A violência é um fenômeno sócio-histórico que acompanha a humanidade desde a formação das sociedades, com registros em vários documentos da antiguidade, a exemplo da disputa movida por sentimentos de ódio entre os irmãos Caim e Abel pelo poder. Ao longo dos tempos, a violência tem sido praticada para imposição de poder com vistas a dominação e exploração de grupos de indivíduos. Com o desenvolvimento da sociedade, as mudanças socioeconômicas ressignificam as formas de exploração, e a violência passa a se manifestar nas formas de discriminações, crueldades, autoritarismo, guerras, terrorismos e processos de autodestruição (MINAYO, 2006).

Diante a modernização e evolução social, as ações de violência também vão se modificando e ocupando os espaços urbanos, de onde surgem as organizações criminosas com os roubos, homicídios, tráfico de armas e drogas, entre outros. Estas ações violentas possuem múltiplas causas e repercutem em sérias consequências para a integridade física, emocional e moral dos sujeitos, com efeitos nas gerações futuras, passando a ser discutida de forma interdisciplinar na área da saúde devido ao grau de letalidade para a sociedade (MINAYO, 2006). A Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (WHO, 2002, p. 5).

Diante do aumento da violência, a mídia brasileira tem noticiado diuturnamente essas violações e o sentimento de insegurança e temor das pessoas, que exigem dos poderes públicos múltiplos esforços para a prevenção (OKA, 2021). Nesse contexto atuam as forças de segurança pública, voltadas ao enfrentamento das diversas formas de violência e com a missão de salvaguardar os direitos violados, incluindo a proteção de mulheres que vivenciam a violência doméstica.

Sendo assim, o estudo das Representações Sociais enquanto recurso metodológico para conhecimento dos fenômenos do cotidiano das pessoas tem adquirido relevância para tratar da violência face constituir um problema social e de segurança pública que afeta as pessoas mundialmente (OLIVEIRA; CHAMON; MAURÍCIO, 2010)

As ações de violência são entendidas socialmente como atos criminosos e estão tipificadas no Código Penal brasileiro, sendo combatidas pelas instituições policiais e noticiadas nos meios de comunicação. Nesse rol de violações de direitos, ocorre a violência contra as mulheres como um fenômeno multifacetado que atinge a mulher de várias formas: violência doméstica, a violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional (BRASIL, 2011; VIGANO; LAFFIN, 2019).

Conceitua-se a violência doméstica contra a mulher como aquela que ocorre no âmbito doméstico, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação. Essa violência atinge mulheres de todas as classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual, mundialmente. Pode ocorrer na forma física, denunciada pelas lesões, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Muitas vezes, essas formas de violências se sobrepõem, sendo praticadas simultaneamente e causando danos irreparáveis às mulheres (VIGANO; LAFFIN, 2019).

Pesquisa realizada em 1.570 notificações do Sistema de Informação de Doenças e Agravos Notificáveis (SINAN) no período de 2011 a 2014 com mulheres de 10 a 49 anos na cidade de Vitória da Conquista/BA, confirmou que as vítimas sofrem mais de uma forma de violência, sendo a maioria delas atingidas pela violência psicológica (n=1230), seguida da violência física (n=930) e sexual (n=540) (SILVA *et al.*, 2017).

Em 2020, a pandemia da COVID-19 surpreendeu a todos. Foi um período que exigiu das autoridades a imposição de medidas como o distanciamento social, *lockdown* e uma nova conformação dos serviços em todo o mundo. Tais recomendações, por um lado protegeu a população em relação a transmissão do vírus SARS-CoV-2, mas por outro lado contribuiu para o enfraquecimento da rede social, familiar e o acesso aos serviços da rede de atendimento e proteção das mulheres (MARQUES *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2020). Os atendimentos a casos de violência doméstica nos EUA cresceram 12% de março a maio (SALDANHA; HENRIQUE, 2020). Na França, em uma semana de *lockdown*, o aumento da violência doméstica contra a mulher foi de 32% (EURONEWS, 2020).

Independente do contexto, a violência é uma violação aos direitos humanos e desrespeito a igualdade entre mulheres e homens, os quais precisaram ser ratificados em outras legislações diante das ações contra a integridade física e mental das mulheres. Prejudica também a saúde reprodução, nos casos de violência sexual que submete a mulher aos riscos para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez indesejada e abortamento (CARNEIRO *et al.*, 2017).

Pesquisa desenvolvida no Canadá identificou que mulheres em vivência de violência foram coagidas pelos parceiros a engravidar, e aquelas sem essa vivência também tiveram a sua autonomia reprodutiva violada pela retirada não consensual do preservativo (LÉVESQUE; ROUSSEAU; DUMERCHAT, 2021). No Brasil, essas imposições da vontade masculina sobre as decisões reprodutivas femininas configuram-se violência sexual contra as mulheres, mas a maioria delas têm dificuldades em se reconhecer nessa vivência e denunciar.

Corroborando, estudo realizado na Espanha com 1.076 mulheres de idade entre 18-25 anos atendidas em serviços de atenção primária evidenciou que aquelas que vivenciaram violência apresentaram três vezes mais chances de sofrimento psicológico e outros agravos à saúde (MÁRTIN-BAENA, 2015).

No extremo dessas violações está o feminicídio, que é o assassinato de mulheres em função da condição feminina e das construções de gênero (BRASIL, 2011). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que em 2021 foram registrados 1.341 feminicídios, aumento de 13,6% na concessão de medidas protetivas e 4% nas chamadas para Central 190 (FBSP, 2022). Esses números indicam a relevância da ampliação e melhoria dos serviços para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Desde a Grécia Antiga, passando por Roma e outras civilizações ao longo dos séculos que a mulher sofre com a violência da exclusão social, jurídica e política, tendo como único papel na sociedade a responsabilidade pela procriação e cuidado dos filhos (PINAFI, 2007). No século XVIII, ano de 1789, mesmo participando junto com os homens dos movimentos, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa não foram estendidos às mulheres de forma a manter o poder hegemônico masculino e impedi-las de ascenderem politicamente. Nessa busca por direitos os movimentos feministas e de mulheres foram se organizando, com destaque para Olympe de Gouges que publicou em 1791, o texto: *Os Direitos da Mulher e da Cidadã* (PINAFI, 2007). Nessa manifestação por direitos e justiça para as mulheres e outros grupos minoritários, Olympe foi julgada e executada na guilhotina pelo Tribunal Revolucionário (RODRIGUES, 2017).

O texto de Gouges evidenciou a necessidade de reconhecimento dos direitos para as mulheres não mencionados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (DALLARI, 2016). Tais direitos, somente foram reconhecidos com a intensificação das lutas feministas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Fatos socioculturais que ainda influenciam na forma como determinados grupos sociais representam as mulheres, muitas vezes reverberando em tratamentos desumanos e de violação de direitos ainda ascendentes em todo o mundo.

A colonização do Brasil pelo europeu com a escravização de indígenas e dos povos africanos, mediada pela religião judaico-cristã no processo de dominação e determinação do modelo familiar nos moldes do patriarcado fortaleceram as relações assimétricas entre homens e mulheres (FERNANDES, 2021). Um sistema perverso amparado em legislações masculinizadas, preconceituosas e com plenos poderes aos homens, reconhecidos como chefes de família e donos dos bens, inclusive os herdados pelas esposas (SANTOS, 2008). Daquele momento histórico até os dias atuais, o patriarcado ainda influencia negativamente nas relações familiares e conjugais de forma transgeracional (PINAFI, 2007; SAFFIOTI, 2011; PAIXÃO *et al.*, 2015).

No período pós-guerra, a industrialização e urbanização do século XIX exigiram a saída da mulher para as fábricas e outras atividades, mas o Estado brasileiro por meio do Código Civil de 1916 condicionou a autorização do marido, restringindo ainda mais a mulher. Dessa forma a modernização advinda com o capitalismo não proporcionou direitos e autonomia às mulheres, mas a inserção delas em novos espaços de ressignificação do seu papel social, ampliação das discussões e fortalecimento dos grupos de mulheres e do movimento feminista (BLAY, 2003).

Diante desses fatos, a partir dos anos 70 a violência contra a mulher passa a ser reconhecida como violência de gênero pelas feministas. Diferente de sexo que se refere a identificação biológica de feminino ou masculino, gênero é a construção sociocultural imposta para caracterizar o sexo masculino e feminino conforme os interesses e atribuições construídas socialmente (PINAFI, 2007; SCOTT, 1998).

Influenciada pelas discussões do movimento feminista e pelos estudos sobre poder de Foucault, Scott (1998) defende que gênero não seria a diferença sexual, mas as representações sociais e culturais produzidas para os sexos, o feminino e o masculino, que são influenciadas pelas relações de poder, portanto passíveis de alteração de acordo com o momento histórico.

Portanto, a discussão de gênero exige uma análise sobre a organização das sociedades em torno de homens e mulheres ao longo dos tempos mais remotos. Joan Scott, em seu livro *Gender: a useful category of historical Analysis*, publicado em 1990, ultrapassa as concepções conferidas ao gênero e busca na história as justificativas para essa invisibilidade social (SCOTT, 1995).

Nessa perspectiva, Saffiotti (2004) discute gênero como categoria histórica que não está relacionada somente com a violência gerada pela dominação/exploração da mulher pelo homem, como ocorre no patriarcado, nas relações homem–mulher, mas também em outras relações desiguais e de estabelecimento de poder para imposição de poder. A violência contra a mulher é compreendida enquanto violência de gênero, por designar as violações sofridas por

mulheres em virtude de uma organização social que desde o início das civilizações privilegia o masculino e oprime a mulher, negando-lhes direitos.

Assim sendo, a sociedade caracteriza o sexo feminino como um ser frágil e submisso, enquanto para o masculino a ideia de força, poder e dominação de forma a fundamentar o tratamento desigual que fortalece um preconceito que ainda insiste em permear as relações sociais (BEAUVOIR, 1949/2016). Portanto, verifica-se que a mulher sempre foi desrespeitada e inferiorizada, sendo relegada ao trabalho doméstico, cuidado dos filhos e subordinação ao marido. Entretanto, mesmo invisibilizadas, algumas mulheres driblaram as barreiras sociais e participaram das lutas pela independência, mas que juntamente com tantas outras tiveram a sua história apagada para não serem vistas e reconhecidas.

Nesse contexto destacam-se Nísia Floresta e as baianas, Joana D'arc, Maria Quitéria e Maria Felipa. Nísia Floresta considerada a primeira feminista do Brasil, lutou contra a legislação do império que impedia as mulheres de se matricularem em escolas avançadas, criando uma escola para meninas no Rio de Janeiro, o Colégio Augusto (CASTRO; EGGERT, 2012). A freira Joana D'arc foi assassinada em 1822 ao defender o Convento da Lapa da invasão dos soldados portugueses. Maria Quitéria caracterizou-se de homem para integrar o Exército Brasileiro como soldado e lutar pela Independência do Brasil, e Maria Felipa, marisqueira da Ilha de Itaparica liderou um grupo de mulheres, homens negros e indígenas na guerra contra os portugueses (RUI, 2016).

As construções históricas e sociais para diferenciação dos sexos, que determinaram para os homens a ocupação dos espaços de poder, foram responsáveis em manter até pouco tempo a hegemonia masculina nos espaços militares. O que foi se modificando a partir da igualdade de direitos entre homens e mulheres nas legislações brasileiras e luta dos movimentos feministas para inserção da mulher nas instituições políticas, num processo de mudança e transposição do preconceito (LARA *et al.*, 2017). Obstáculos ainda percebidos na dificuldade de acesso das mulheres aos cargos de chefias e profissões ainda pensadas como essencialmente masculinas.

Na Polícia Militar da Bahia a inserção das primeiras mulheres ocorreu no ano de 1990 (SPM, 2020), numa instituição constituída até então por homens, as mulheres venceram as barreiras da aceitação, mas ainda enfrentam as questões de gênero nas relações de trabalho e na ascensão profissional. Além da violência institucional, as policiais também estão sujeitas a vivências violentas nas relações conjugais. Situações que podem ocorrer também nas relações íntimas dos policiais masculinos de forma naturalizada pelas questões de gênero, determinação de poder e transgeracionalidade, já que homens e mulheres policiais integram uma sociedade baseada no patriarcado.

Os índices apontam que 81,7% dos casos de feminicídio, as vítimas foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros e 62% foram mulheres negras (FBSP, 2022), evidenciando que o marcador de raça/cor se configura como um fator que vulnerabiliza ainda mais as mulheres pretas a vivência do agravo. Nesse contexto, a interseccionalidade dos marcadores de raça/etnia, geração e classe contribuem para o aumento das desigualdades e violações de direitos que são produzidas e reproduzidas em diferentes espaços do âmbito doméstico, trabalho, religiões, profissões (VIGANO; LAFFIN, 2019). Dessa forma a violência de gênero é uma questão sociocultural construída por desigualdades de um sexo sob o outro, não mais aceitas socialmente, mas que requer mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A criação de instrumentos legais internacionais e nacionais de reconhecimento dos direitos das mulheres foram determinantes para transformar a realidade das mulheres que vivenciam a violência doméstica em suas várias formas, no entanto, tratamentos desiguais, desrespeitosos e humilhantes ainda as deixam vulneráveis e sujeitas a opressão masculina nas relações conjugais e nas instituições.

Nesse sentido, e como forma de reconhecer os direitos das mulheres, foi realizado em 1975 pela ONU o primeiro Dia Internacional da Mulher e aprovada a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) em 1979. Esses e outros movimentos internacionais e as denúncias de violência e morte de mulheres impulsionaram as ações do movimento feminista no Brasil a partir do final da década 70 (BLAY, 2003; SANTOS, 2008).

Na década de 80 a tese da legítima defesa da honra prevista na lei penal brasileira levou a absolvição de vários crimes contra a mulher pelo tribunal do júri e instâncias superiores, contribuindo para o aumento de casos de assassinatos de mulheres pelos parceiros íntimos. Nesse cenário interno de desumanidades intensificaram-se os protestos dos movimentos feministas e de mulheres junto aos organismos internacionais para a defesa dos direitos civis e políticos das mulheres (BLAY, 2003; SANTOS, 2008). As relações assimétricas fortalecidas pelo patriarcado e o arcabouço jurídico machista da época ainda repercutem negativamente na sociedade, favorecendo práticas violentas contra as mulheres.

Diante da negligência do Estado e necessidade de assistência às mulheres em vivência de violência doméstica, o movimento feminista criou em 1981 no Rio de Janeiro o SOS Mulher. Como espaço de assistência social, psicológica e jurídica, o SOS Mulher foi se espalhando para os estados brasileiros, proporcionando orientação sobre os aspectos da violência de gênero e trazendo à esfera pública um problema que deixava de ser restrito ao espaço privado (PINAFI, 2007).

Observava-se, a luta feminista por “serviços integrados”: assistência psicológica, social e de saúde; orientação jurídica; serviços policiais com profissionais capacitados; casas abrigo e ações educativas. No entanto, as ações se resumiram na criminalização e criação de delegacias especializadas, sendo inaugurada em 1985 a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para monitoramento das políticas públicas de enfrentamento dessa violência. As DDM passaram a ser denominadas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM (PINAFI, 2007; SANTOS, 2008).

As delegacias especializadas contribuíram com as primeiras mudanças no cenário brasileiro para o reconhecimento, divulgação e enfrentamento da violência contra a mulher, resultando no aumento das denúncias. Entretanto, o número de delegacias ainda é insuficiente perante a demanda e ainda carece de um funcionamento adequado e articulado com a rede de atendimento. As equipes de atendimento das delegacias não foram capacitadas, inicialmente compostas por mulheres por acreditarem que elas estariam mais sensíveis e solidárias, o que não ocorreu (SANTOS, 2008). Dessa forma as delegacias representaram um avanço, mas ainda precisam melhorar a prestação dos serviços.

Mesmo com a persistência da luta feminista pela implantação das convenções assinadas pelo Brasil, somente em 1988 se deu a inserção ao texto Constitucional da igualdade de direitos e dignidade para as mulheres. Nesse contexto, o enfrentamento dessa violência continuou por meio das delegacias de atendimento à mulher e casas abrigos, já que o Governo se mantinha omissos perante os compromissos assumidos internacionalmente (BRASIL, 2011; PASINATO, 2015).

Diante desse cenário de manutenção das violações dos direitos das mulheres em todo o mundo, mesmo após a aprovação da CEDAW em 1979, foi realizada em Viena no ano de 1993 a Conferência dos Direitos Humanos que reconheceu a violação dos “direitos humanos das mulheres”. A CEDAW é um marco para a proteção das mulheres porque exigiu dos Estados signatários a responsabilidade em criar mecanismos para a eliminação da discriminação contra as mulheres, estabelecendo uma agenda para a realização das ações necessárias (OLIVEIRA; TERESI, 2017). O cenário político brasileiro da época fez ressalvas à Convenção no que tange

a igualdade de direitos para homens e mulheres, o que foi alterado com a ratificação do acordo em 1995, após a institucionalização do estado democrático de direito (SANTOS, 2008).

Outro tratado internacional de grande relevância para a implementação de políticas públicas para o enfrentamento dessa violência foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará. Essa Convenção apresentou pela primeira vez o conceito de violência contra as mulheres: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015). Além de reafirmar a obrigação dos Estados em garantir a homens e mulheres igualdade dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos (PASINATO, 2015; SANTOS, 2008).

A transição política do país para a democratização proporcionou que os direitos das mulheres fossem reconhecidos na Constituição Federal de 1988, mas ainda sem mudanças concretas na sociedade e nas ações de enfrentamento da violência doméstica. Tanto que o avanço alcançado com a implantação das delegacias especializadas a partir de 1985 retroage com a lei 9.0099 de 1995 que passou a tratar os crimes contra a mulher como de “menor potencial ofensivo”, reconduzindo as decisões para o campo privado da negociação e impunidade dos agressores (PASINATO, 2011; SANTOS, 2008). Nesse panorama as mulheres viam-se desassistidas, muitas vezes sendo destratadas e desrespeitadas pelas instituições que deveriam defendê-las.

Denúncias de negligência e impunidade perante o caso de dupla tentativa de homicídios praticada pelo marido de Maria da Penha junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e depois ao Comitê da CEDAW, condenaram o Brasil a reparação social mediante implementação de um conjunto de ações, dentre elas a aprovação da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha (LMP), em 2006 (SANTOS, 2008; MARTINELLI, 2019). Muitas das mudanças que ocorreram somente foram possíveis devido a democratização do país e inserção de algumas mulheres na política.

Marco histórico para o reconhecimento e respeito dos direitos humanos da mulher no Brasil, a LMP é reconhecida internacionalmente pela sua amplitude e inovação no enfrentamento da violência contra as mulheres. Contempla vários aspectos de cuidado e atenção à mulher em situação de violência doméstica e previsão de ações de prevenção e educação sobre os aspectos de gênero, inclusive para os agressores. No sentido de atender o que preceitua a LMP e demais instrumentos internacionais foi criada em 2011, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estruturada a partir do Plano Nacional de

Políticas para as Mulheres (PNPM) de 2007 elaborados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM (BRASIL, 2011).

A Política atua a partir de uma perspectiva de gênero e atenção integral ao fenômeno, por meio de articulação das três esferas do governo e participação da sociedade civil numa ação conjunta entre os setores da saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros. De forma que as ações sejam intersetoriais e não somente para o combate da violência, mas com estratégias de prevenção, assistência e garantia de direitos da mulher, atendendo os quatro eixos estruturantes da política (BRASIL, 2011).

Apesar dos investimentos financeiros e técnicos promovidos pela SPM por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência para melhorar o atendimento e acesso à justiça, ainda ocorrem dificuldades de acesso aos direitos, por conta da insuficiência de recursos materiais e humanos. Complementando esse cenário, em 2016 a extinção da SPM e outras secretarias voltadas às vulnerabilidades sociais, as quais foram integradas em um único Ministério refletiu em redução das ações, enfraquecimento das políticas públicas com recursos cada vez mais reduzidos, impactando negativamente na prestação dos serviços (FERREIRA *et al.*, 2016).

Diante as iniquidades enfrentadas pelas mulheres, expressas no aumento da violência e dos casos de feminicídios, foram criados a partir da LMP vários instrumentos legais para a proteção das mulheres e atuação da rede de atendimento, em especial as forças de segurança pública e da justiça, atribuindo papéis desafiadores no que tange a desconstrução de estereótipos machistas e tomada de decisões. Discutir sobre as leis de proteção à mulher é de suma importância para entender como as instituições da rede de atendimento devem atuar no enfrentamento dessa violência.

Nesse contexto, desde 2006 a LMP representa um marco legal na implementação de políticas e serviços de proteção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no Brasil. A divulgação dos serviços primeiro com as delegacias de atendimento à mulher (DEAM) e depois com a rede de atendimento tem motivado as mulheres a denunciarem os companheiros e buscarem nas instituições o apoio necessário para saírem dessa vivência (BRASIL, 2011; PASINATO, 2015; SANTOS, 2008).

A LMP conceitua a violência doméstica contra a mulher conforme o apresentado pela Convenção de Belém: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. De forma que as mulheres se reconheçam não somente do contexto da violência física, mas também da psicológica, moral, patrimonial e sexual (BRASIL, 2006).

Diante dessa complexidade e do acúmulo de problemas relacionados à vivência de violência doméstica e ausência da proteção do Estado, a LMP abrangeu vários aspectos, para além da punição do agressor, como medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e ações educativas preventivas na perspectiva de gênero, raça e etnia para toda a sociedade. Foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para maior celeridade na resolução dos conflitos e igualdade de direitos a todas as mulheres (BRASIL, 2006; PASINATO, 2011).

O artigo primeiro a LMP ratifica a responsabilidade do Estado em adotar as medidas necessárias conforme a Constituição Federal, as convenções e tratados consignados pelas autoridades brasileiras para coibir, que significa “fazer cessar; impedir que continue; refrear; reprimir”, e prevenir a violência contra a mulher. No entanto, observa-se que as políticas estão mais voltadas para as ações punitivas, quando deveriam implementar propostas de ressignificação social das relações de gênero e construção de relações igualitárias, para a redução dos índices de violência contra a mulher (CAVALER, 2020).

Essa prática histórica de criminalização sobrecarrega os serviços da segurança pública e da justiça. Sobre esse aspecto, Martinelli (2019) destaca que muitas mulheres buscam ajuda para romper o ciclo da violência, mas sem pretender criminalizar o seu companheiro, ou seja, buscam por proteção e apoio das instituições. Somado a isso, Campos (2017) enfatiza que o tradicionalismo e a burocracia retardam as decisões urgentes e as ações de proteção à mulher, o que também as desencorajam. Diante desses fatos, faz-se necessário entender que a qualidade dos serviços prestados na rede de atendimento, como assistência à saúde, educação, segurança e orientação jurídica são determinantes para a tomada de decisão e devem atuar conjuntamente no enfrentamento da violência doméstica (CAVALER, 2020).

Ao tratar sobre o atendimento pela autoridade policial, a LMP não faz distinção entre a atuação da polícia civil e militar de forma a garantir o atendimento à mulher pelas duas forças policiais, como se vê no Art. 10: “Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis”. Neste capítulo, a lei relaciona os direitos da mulher em situação de violência doméstica e os procedimentos a serem adotados pela instituição policial para uma assistência adequada (BRASIL, 2006). Nesse sentido, o policial militar é o agente responsável pelo acolhimento, orientação e encaminhamento da vítima à delegacia especializada para o registro da denúncia, atendimento médico e outras providências previstas, conjuntamente com as ações da rede de atendimento.

No intuito de evitar que o agressor ameace a mulher para suspender a denúncia, a lei retirou da mulher essa possibilidade, sendo a renúncia realizada perante o juiz, em audiência especial e, somente para as ações penais condicionadas à representação da ofendida. Outra proteção da lei é a vedação explícita de penas de cesta básica ou multa, como forma de prevenir os abusos vivenciados com a lei 9.099/95 (BRASIL, 2006).

As medidas protetivas da LMP são de grande expressividade e relevância para a proteção da mulher e da família, buscam garantir os direitos da mulher, inclusive os patrimoniais e prevenir um novo cometimento de crime pelo companheiro ou ex-companheiro, a exemplo do feminicídio. Dentre elas, destacam-se as Medidas Protetivas de Urgências (MPU) que Obrigam o Agressor: ao afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; a não se aproximar ou manter qualquer contato com a ofendida, familiares e testemunhas; prestação de alimentos; comparecimento a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial para a sua recuperação.

Diante da gravidade dessa violência foram incluídas também a suspensão da posse ou restrição do porte de arma de fogo para o agressor, e os casos mais graves de risco à vida da mulher, a determinação de força policial para o monitoramento (BRASIL, 2006). Desde a sua criação foram acrescentados outros dispositivos legais à LMP numa tentativa de reduzir os danos dessa violência. Mais recentemente e para os casos de grande ameaça à vida das mulheres, observa-se o uso de tornozeleira eletrônica pelos agressores e dispositivo de pedido de socorro “botão do pânico” para as vítimas.

No intuito de reduzir os índices da violência ainda ascendentes foi criada desde março de 2015, a Lei 13.104 que alterou o código penal, tipificando o crime de feminicídio como homicídio qualificado e crime hediondo, cometido contra a mulher pela condição do sexo feminino (BRASIL, 2015). É preciso compreender que o crime de feminicídio é sequencial a outras violações de direitos, por isso a qualificação e aumento de pena para 12 a 30 anos de reclusão, como forma de tentar intimidar os agressores de seu cometimento.

Outra medida de prevenção, foi a criação da lei 13.827 em 2019 incorporada ao corpo da LMP, determina que existindo o risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida também pelo policial que tomar conhecimento da situação, face a falta da autoridade judicial ou do delegado de polícia (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, o policial militar deve estar capacitado sobre os mecanismos legais de proteção, suas atribuições e os serviços de proteção (ÁVILA, 2017; CAMPOS, 2019).

Observa-se que as leis transversalizam os serviços de atendimento de forma a orientar as condutas dos profissionais e garantir a denúncia dos casos de violência contra a mulher. Tanto que em 10 de dezembro de 2019 passou a vigorar a Lei nº 13.931 que alterou a lei de notificação compulsória nº 10.778/2003 de forma que os agentes de saúde ficam obrigados a notificar aos centros de vigilância epidemiológica e comunicar às autoridades policiais em até 24 horas os casos de indícios ou confirmação de violência contra a mulher (BRASIL, 2019). No entanto, a obrigatoriedade da denúncia dos agressores pelos profissionais de saúde pode significar a redução pela busca dos serviços de atendimento médico e ampliar os agravos à saúde da mulher.

As medidas restritivas para o controle da pandemia Covid-19 no ano de 2020, representou um período de muitas dificuldades para as mulheres, incluindo o aumento dos conflitos domésticos ocasionados por vários fatores. A Organização das Nações Unidas (2020) estima que a violência contra as mulheres triplicou durante esse período. O isolamento social provocou uma maior convivência com os agressores que passaram a controlar mais a mulher, afastada da sua rede de apoio e familiar e, com a sobrecarga do trabalho doméstico, cuidado dos filhos, atividades escolares e *home-office* intensificaram-se os conflitos conjugais (GODIN, 2020; MARQUES, 2020; VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Esse contexto foi duplamente mais difícil para as mulheres que experienciaram, simultaneamente, o medo de contrair a Covid-19 e o aumento da exposição à violência doméstica.

Fatores como instabilidade econômica, uso/abuso de álcool e outras drogas e o enfraquecimento da rede de apoio da mulher foram identificados em vários estudos como elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal durante a pandemia. As autoras ressaltam a importância da rede de apoio às mulheres e o uso de tecnologias digitais na orientação e direcionamento dos casos de violência e cuidados de saúde (SILVA *et al.*, 2020). Ações que buscavam amenizar o contexto das mulheres que vivenciavam a restrição de acesso aos serviços de atendimento e a rede de apoio e familiar, impostas inicialmente pelas autoridades e depois pelos próprios agressores.

Diante disso e para assegurar assistência às vítimas, as autoridades sancionaram em julho de 2020, a Lei 14.022 que alterou as medidas restritivas impostas pela Lei 13.979, tornando os serviços para o enfrentamento da violência contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência como atividades essenciais e que não podem ser descontinuados (BRASIL, 2020).

A vulnerabilidade das mulheres no ambiente doméstico e a necessidade de envolver e responsabilizar a sociedade levou à aprovação em 12 de agosto de 2020 pela Assembleia

Estadual da Bahia da Lei 14.278. Essa Lei obriga os condomínios residenciais por meio de seus síndicos, administradores ou demais representantes a denunciarem os casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos, ocorridos nas unidades condominiais. Somado a isso, deverão divulgar informativos sobre a Lei e os canais de denúncia. O descumprimento incidirá advertência e, reincidindo, multa ao condomínio infrator (IBAHIA, 2020). Essa Lei busca adentrar os espaços restritos dos condomínios residenciais e envolver a sociedade nas ações de enfrentamento da violência doméstica e apresenta-se como avanço na rede de proteção à mulher.

Observa-se, no sentido de desconstrução de conceitos machistas, a inclusão de conteúdo sobre a igualdade de gênero e prevenção da violência doméstica nos currículos da educação básica, por meio da promulgação, em junho de 2021, da Lei n.º 14.164 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a inserção desse conteúdo e cria a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2021a). Ações que precisam ser implementadas de forma ampla para que ensejem nos jovens comportamentos mais respeitosos não somente em relação às mulheres, mas uns com os outros.

Não somente a violência física, mas a violência psicológica tem se intensificado muito nos últimos anos, na maioria das vezes despercebida pelas vítimas, mas com sérios danos à saúde emocional e psíquica. Definida na LMP como “qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões...” (BRASIL, 2006). Por sua magnitude e agravos à saúde das mulheres foi aprovada no dia 28 de julho de 2021 a lei 14.188 que acrescenta o Artigo 147-B ao Código Penal (BRASIL, 2021b), tipificando a violência psicológica:

Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave (BRASIL, 2021b, p.1).

Observa-se que a lei elencou as ações que violentam psicologicamente as mulheres, e outras que pudessem vir a ocorrer de forma que os agressores fossem responsabilizados. Para além disso, a tipificação penal obriga as autoridades policiais adotarem as providências legais perante essas violações e garantir o conceito de saúde proposto pela OMS como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social” (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015).

Essa lei também criou o programa de cooperação Sinal Vermelho como medida de pedido de socorro da mulher no enfrentamento da violência doméstica. O programa orienta as mulheres a fazerem um “sinal em formato de X” na mão e na cor vermelha com lápis, caneta ou batom, como forma de denúncia da vivência de violência e pedido de socorro para que as pessoas que atuam nas instituições públicas e privadas possam acionar os órgãos de proteção (BRASIL, 2021b). No entanto, na prática, não foi observada uma ampla divulgação sobre essa forma de denúncia nos serviços, estabelecimentos e instituições de forma a motivar as mulheres.

Certamente que não foram elencados todos os aspectos da LMP, mas os mais relevantes e relacionados ao objeto do estudo. Também não foram apresentadas todas as leis para a proteção das mulheres, mas as principais e mais atuais, e outras ainda deverão ser implementadas como forma de reduzir os índices e contribuir com o enfrentamento dessa violência mediante o envolvimento político e da sociedade. Visto que, o cuidado integral e intersetorial proposto pela LMP ainda carece da articulação política nas três esferas de governo para a implementação das políticas da rede de atendimento e assistência à mulher de forma eficiente (MARTINELLI, 2019).

Simultaneamente à criação das leis, faz-se necessário a implementação de políticas públicas eficazes na desconstrução das desigualdades dos papéis atribuídos a homens e mulheres socialmente, principalmente nos espaços femininos para que a mulher se reconheça como independente e capaz de romper com a cultura machista que lhe aprisiona à figura masculina. As políticas públicas devem melhorar a qualidade de vida das mulheres, o acesso a educação e ao mercado de trabalho

2.3 DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ATENDIMENTO POLICIAL MILITAR

A denúncia da violência doméstica contra a mulher deve ser realizada por qualquer pessoa e de qualquer lugar, incluindo-se familiares, vizinhos, amigos e pessoas desconhecidas. A rede de atendimento integra vários órgãos e serviços disponíveis para orientar e encaminhar a mulher, entre os quais o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Delegacias de Polícia Civil e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a Polícia Militar por meio das chamadas para a Central 190 e o Ligue 180.

Diante da necessidade de proteção à mulher em vivência de violência doméstica, destaca-se no Brasil dois serviços para denúncia dessa violência, o Ligue 180 e a Central 190. Cada um em sua esfera de competência com encaminhamentos diferenciados para as solicitações recebidas nas 24 horas do dia e durante toda a semana.

A Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) foi criada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres por meio do decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 para receber denúncias ou relatos de violações, reclamações sobre os serviços da rede, monitorar o andamento dos processos e orientar as mulheres sobre os seus direitos, direcionando-as aos serviços da rede de atendimento. Atualmente, esse serviço funciona por telefone e WhatsApp, 24 horas, todos os dias da semana e voltou a ser integrado ao Ministério da Mulher. (BRASIL, 2020).

A denúncia de violência doméstica realizada por meio do ligue 180 é encaminhada ao órgão competente para investigação e atuação pela delegacia especializada, não sendo atendidos os casos emergenciais, em que a violência está ocorrendo. No entanto, o período restritivo da pandemia o aumento dos casos de violência doméstica dificultou ainda mais o acesso aos serviços, levando ao aumento das chamadas para o ligue 180 em 14,1%, nos primeiros quatro meses de 2020, em relação ao ano de 2019 (BRASIL, 2020).

As chamadas emergenciais que demandam intervenção imediata e solução do conflito são realizadas para a Polícia Militar, via ligação para a Central 190, que aciona o efetivo policial para o atendimento da ocorrência. A Central 190 é acionada por meio de ligação direta para o número 190 que integra o serviço de emergência em todo o Brasil. As ligações podem ser realizadas gratuitamente de qualquer aparelho telefônico fixo ou móvel, sendo redirecionadas pelas companhias telefônicas para Central 190 policial do local onde está sendo feita a ligação (FUJITA, 2018).

Na Bahia, em fevereiro de 2003, seguindo orientações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para integrar as ações policiais, a Secretaria da Segurança Pública do Estado unificou as centrais de comunicação das Polícias Militar, Civil e Técnica e do Corpo de Bombeiros Militar, numa Central de Telecomunicações (CENTEL), depois transformada em Superintendência de Telecomunicações (STELECOM). Atualmente sediada no Centro Administrativo da Bahia, no prédio da Secretaria de Segurança Pública, a STELECOM conta com uma *call center* que possui 56 posições de atendimento 190, um teledespacho com 56 posições e sistema de videomonitoramento com mais de 78 telas onde estão distribuídas as viaturas em tempo real, tornando mais ágil e eficaz o atendimento ao cidadão (SSP, 2021).

A minha experiência como policial militar na Central 190 com atuação no *call center* e teledespacho possibilita descrever esse serviço. As chamadas realizadas pela população para a Central 190 são atendidas no *call center* por um atendente que abre uma ficha *on-line*, registrando o tipo de ocorrência, bairro e endereço, a qual passa a ser visualizada pelo policial

do teledespacho, responsável pelo acionamento da viatura mais próxima via chamada de rádio. Conforme a coleta de informações complementares pelo atendente, o policial vai repassando ao efetivo da viatura que ao chegar no local verifica os fatos e adota as providências legais. Destaca-se dentre as diversas chamadas de violação de direitos as de violência doméstica, sendo em sua grande maioria contra a mulher.

Diante desses dois serviços de atendimento à mulher em vivência de violência, o Disque 180 e a Central 190, verifica-se que o pedido de socorro para o atendimento emergencial pode ser feito pela vítima, vizinhos, amigos, familiares, pessoas na rua, via ligação telefônica à central 190 ou diretamente à unidade policial da área. Sendo assim, a intervenção policial militar visa a proteção da mulher de forma a reduzir os agravos à sua saúde, mediante acolhimento, orientação e encaminhamento à delegacia ou, se o caso demandar, ao serviço de saúde.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) indicam que 65,6% dos feminicídios ocorreram no interior das residências, em sua maioria, perpetrados pelos companheiros ou ex-companheiros, 81,7%. Sendo assim, a casa constitui o local de maior risco para as mulheres, onde também estão os autores da violência, seguida da rua e outros espaços como escola, trabalho, academia.

Como citado anteriormente, além da LMP tratar da responsabilidade da autoridade policial no atendimento das ocorrências de violência, essa obrigação de agir tem origem no artigo 144 da Constituição Federal (CF), que trata do direito à segurança pública exercida pelos órgãos de polícias. Nesse sentido, tanto a polícia civil quanto a polícia militar são responsáveis pelo atendimento das ocorrências de violência contra a mulher e adoção das providências legais (BRASIL, 1988).

Como foi citada a polícia civil, emerge a necessidade de distinguir a atuação dessas duas forças policiais no atendimento às mulheres em situação de violência. A polícia civil atua nas delegacias territoriais e especializadas, realizando o registro dos boletins de ocorrências e os atos investigatórios necessários à elucidação dos crimes, enquanto a polícia militar atua diretamente no atendimento das ocorrências e encaminhamento à delegacia especializada. O que não impede que a polícia civil também execute as ações de prevenção através de uma atuação investigativa mais atuante (ÁVILA, 2017).

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) apontam que no ano de 2020 foi registrada uma chamada de violência doméstica por minuto para a Central 190, aumento de 16,3%, enquanto os registros na delegacia reduziram em 7,4% em relação ao ano anterior. O que indica que as medidas restritivas da pandemia dificultaram a busca dos serviços da justiça

através da polícia civil, mas os conflitos conjugais continuavam ocorrendo e exigiam a atuação da polícia militar diretamente nos domicílios.

Os dados apontam o aumento das ocorrências de violência doméstica para atendimento pela polícia militar, evidenciando que são os primeiros agentes acionados para cessar a agressão ou ameaça e adotar as providências legais, inclusive a prisão em flagrante delito do agressor e encaminhamento da vítima aos serviços que integram a rede de atendimento, entre eles o serviço saúde e a delegacia de polícia civil (SANTOS; VIEIRA, 2011)

A organização com base na hierarquia, o uso de viaturas padronizadas e uniformes favorecem a ostensividade e as ações de policiamento pela polícia militar. A distribuição desse efetivo na área territorial da cidade de Salvador ocorre por regiões, responsáveis pela coordenação e planejamento das ações e operações policiais, sendo estas subdivididas em áreas integradas. Nesse propósito a cidade de Salvador está dividida em três Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), são elas: Atlântico, Central e Bahia de Todos os Santos. Cada região é subdividida em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), onde estão distribuídas as unidades operacionais denominadas de Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), responsáveis pelos atendimentos das ocorrências em sua área de atuação (BAHIA, 2012).

Cada CIPM é responsável por um ou mais bairros próximos, observando a extensão da área, acessos e perfil de criminalidade. A base operacional da CIPM está localizada em sua área de atuação e dispõe de efetivo administrativo e operacional, este último distribuído em radiopatrulhas (viaturas). Cada radiopatrulha fica responsável pelo patrulhamento e atendimento das ocorrências do seu setor, sendo as chamadas realizadas a Central 190, via ligação telefônica à CIPM ou diretamente ao policial quando em ronda.

Essa distribuição do efetivo policial proporciona um policiamento de proximidade para a otimização dos atendimentos das ocorrências e intervenção nos conflitos, principalmente os de violência contra a mulher. A intervenção rápida nessas ocorrências oportuniza a contenção, detenção e condução do agressor à delegacia especializada, exceto quando há comprometimento da integridade física e saúde da vítima, em que se prioriza o atendimento médico, servindo os laudos ou prontuários médicos como meios de provas (BRASIL, 2006; 2011).

Em Salvador, as ocorrências são encaminhadas para DEAM, de Periperi ou Brotas, observando a proximidade ao local do fato. Não podemos desconsiderar que em alguns casos e por vários motivos a mulher prefere não acionar a polícia militar, deslocando diretamente a delegacia.

A prisão em flagrante delito do agressor está fundamentada no Código de Processo Penal, art. 301: “qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito” (BRASIL, 1941). Nessa atuação, caso a vítima negue a agressão, os policiais devem coletar provas materiais (fotos do local da agressão, muitas vezes revirado, laudo de exame de lesões corporais ou relatório médico) ou testemunhais. Nesse tipo de atendimento faz-se necessário compreender os vários motivos que levam a mulher desistir do registro da ocorrência, como medo, vergonha, culpa, preocupação com os filhos, descrédito nos órgãos da polícia e justiça, dependência econômica e/ou emocional em relação ao agressor (ÁVILA, 2017).

Estudo realizado em Salvador no período de janeiro a abril de 2018 sobre as prisões em flagrante delito em domicílio e submetidas ao Núcleo de Prisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia sinalizam 46 prisões relacionadas a violência doméstica, sendo 74% dessas com autorização da vítima para a entrada na residência e 22% mediante solicitação anônima, perdendo apenas para o tráfico de drogas com 114 prisões (PRADO, 2020). Esses dados evidenciam a magnitude do problema e o risco a que estão expostas as mulheres que permanecem nessa vivência.

Atuando como policial militar lembro de um chamado anônimo para atendimento em uma comunidade de alto risco, onde as pessoas se afastam à chegada da polícia, e ao adentrarmos a residência não visualizamos sinais de violência, mas as expressões faciais da mulher, do agressor e da criança a denunciava. A negação da mulher me deixou indignada e impotente, mas que hoje consigo compreender e pensar em outras estratégias de intervenção. Casos em que a violência não deixa marcas físicas, mas está ocorrendo na forma psicológica com ameaças, humilhações, xingamentos, causando danos emocionais às mulheres e aos filhos que a presenciam.

A decisão pela denúncia não é fácil para as mulheres que vivenciam a violência doméstica, pois muitas delas dependem emocionalmente e financeiramente dos parceiros (CARNEIRO *et al.*, 2017). Diante disso, mesmo com a chegada da polícia, a mulher pode não querer denunciar, seja pela dificuldade em se perceber em situação de violência, ou pelos sentimentos de medo, vergonha e culpa. Nesses casos, e por desconhecer a magnitude do problema com base nas desigualdades sociais de gênero atrelada às determinações sociais, o policial pode não compreender as particularidades dessas ocorrências diferentes das demais a que está habituado e assim comprometer o atendimento e o encaminhamento adequado.

Considerando a complexidade dessa violência e necessidade de encaminhamento aos demais órgãos da rede de atendimento, essa assistência vai além da atuação policial e deve

envolver outros profissionais como: assistência à saúde física e psicológica, assistência social, defensoria e justiça, atendendo o que preceitua a Lei sobre ir além da criminalização, com ações de prevenção, educação e apoio à mulher (BRASIL, 2011; CAMPOS, 2011; ÁVILA, 2017).

De modo a alcançar a efetividade nas ações torna-se necessário que as forças de segurança estejam capacitadas e preparadas para atuar de acordo com a legislação e respeitando os direitos das mulheres que vivenciam essa violência (CAMPOS, 2019; ÁVILA, 2017). Corroborando com a necessidade de capacitação, em 1998, o Brasil firmou um acordo com as Nações Unidas, o Pacto Comunitário contra a violência intrafamiliar, assumindo o compromisso de capacitar os policiais civis e militares (JESUS, 2010). Além disso, a Lei Maria da Penha também determina como medida de prevenção a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e outros profissionais da rede de atendimento (BRASIL, 2006).

Além do atendimento policial militar às ocorrências de violência doméstica, objeto deste estudo, a instituição também emprega seu efetivo policial na Operação Ronda Maria da Penha (ORMP). Criada no dia 08 de março de 2015 mediante Termo de Cooperação Técnica assinado pela Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Políticas para Mulheres, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, para a proteção das mulheres em que são expedidas Medidas Protetivas de Urgência (MPU) direcionadas ao agressor, levando-se em conta a gravidade e necessidade de monitoramento policial, conforme preceitua o artigo 22 da LMP (BAHIA, 2019).

Observa-se, portanto, que a polícia militar realiza dois tipos de atendimentos bem diferenciados. Enquanto a ORMP intervém nas situações de risco iminente de descumprimento da ordem judicial, numa fase mais tardia, após idas e vindas da delegacia e quando a mulher já decidiu pelo fim da relação abusiva, enquanto a atuação do efetivo operacional ocorre nas situações emergenciais para fazer cessar as agressões. Diferente dos policiais da área operacional, o efetivo da ORMP é capacitado e treinado para atuar somente com essa demanda, desenvolvendo atividades com grupos reflexivos de mulheres e homens acerca da violência de gênero (BAHIA, 2019). Sendo assim, esses dois grupos podem apresentar formas diferenciadas de compreender e representar o fenômeno da violência, reverberando em atendimento diferenciados às mulheres.

Estudo realizado sobre a rota crítica de mulheres em vários países revelou que a busca por ajuda formal na rede de atendimento ocorre à medida que as agressões se tornam mais constantes e graves, em que o risco de morte é iminente e a mulher precisa de um local seguro para ela e os filhos. Nesse sentido, os serviços mais procurados são os de saúde e de segurança

pública para acessar a via judicial. Sendo assim, os profissionais que atuam nesses serviços devem estar capacitados e sensibilizados para tratar dessa demanda de forma humanizada e eficiente. Por outro lado, o estudo evidenciou que as barreiras sociais e culturais sobre as construções de gênero e da família em muitos países limitam esse enfrentamento e muitas mulheres permanecem em situação de violência (BARAGATTI *et al.*, 2019).

São escassos os estudos sobre esse fenômeno na perspectiva do atendimento policial. Estudo realizado em 2017 com 80 mulheres de um município do Sudoeste baiano analisou as representações sociais de mulheres em situação de violência doméstica sobre a assistência policial, evidenciando que os termos mais expressivos alocados no núcleo central foram: apoio, proteção, punição e lei. Essas evocações expressam a realidade vivida por elas durante os atendimentos policiais e necessidade de apoio e proteção no sentido de fazer cumprir a lei e punir o agressor. Os termos elencados ancoram as necessidades dessas mulheres e ao mesmo tempo a importância desses serviços para o enfrentamento da violência doméstica (GOMES; LIRA; RODRIGUES; VILELA, 2020).

No quadrante inferior esquerdo foram dispostas expressões com menor frequência, mas que também foram prontamente mencionadas: acolhedor, bom, descaso, justiça, medo, orientação, paz e ruim (GOMES; LIRA; RODRIGUES; VILELA, 2020). Segundo as autoras, a partir dessas representações sociais, urge a necessidade de ressignificação das práticas de atendimentos no serviço policial de forma a proporcionar apoio, escuta livre de pré-julgamentos para um acolhimento humanizado e direcionamento adequado, o que requer capacitação dos profissionais que atuam nesses serviços.

Nesse sentido, esse estudo pretende verificar especificamente como o grupo de policiais militares que atuam no atendimento cotidiano das ocorrências policiais representam a violência doméstica contra a mulher e como essas representações influenciam o atendimento dessas ocorrências. A compreensão do processo de trabalho com base nas Representações Sociais desses agentes de segurança é de grande relevância para verificar como estão sendo realizados os atendimentos e o direcionamento dessas mulheres para o enfrentamento da violência doméstica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desse estudo foi fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (1961/1976), utilizando-se do aporte metodológico da Abordagem Estrutural ou Teoria do Núcleo Central. A TRS permite a compreensão social do objeto estudado a partir da análise dos elementos de representação expressos pelos indivíduos e construídos nas práticas sociais e interação com o grupo de pertença (MOSCOVICI, 2015).

3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (RS) surgiu na França, em 1961 e foi desenvolvida por Serge Moscovici na tese *La Psycanalyse: Son image et son public*, constituindo-se um novo objeto da psicologia social. Nessa tese, o teórico defende uma Psicologia Social formada a partir das concepções sociais e raciais, dos estereótipos e crenças expressas pelos indivíduos e formuladas no senso comum (SÁ, 1998).

Nascido em 1925, em Braila, na Romênia, a vivência com os conflitos nazistas e da Segunda Guerra Mundial impulsionaram seus questionamentos acerca do conhecimento social das práticas coletivas (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2019; ARRUDA, 2002). Moscovici (2015) defende a existência de dois conhecimentos: o científico produzido pela razão, e o conhecimento produzido na realidade prática dos sujeitos e partilhado no grupo de pertença como guia das ações e comportamentos sociais.

Dessa forma, as RS não expressam o universo individual, mas um conhecimento da coletividade que circula no meio social e se transforma em novas representações. Trata-se de um processo dinâmico, mútuo e interativo de transformação do não familiar em familiar, sendo reformulado conforme às mudanças do contexto social em que o conhecido pode tornar-se desconhecido. (MOSCOVICI, 2015). O teórico caracteriza as RS como conceitos, proposições e explicações originadas no cotidiano e nas interações sociais (MAZZOTTI, 2002). Nesse processo, a comunicação é essencial para a interação e transformação social de ideias e informações que se expressam no comportamento e atitudes individuais e sociais (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2019).

Observa-se que a teoria inovou na quebra de paradigmas dominantes e produção de um conhecimento na perspectiva das práticas sociais, o que não aconteceu de imediato. Diante disso, ficou em observação por quase vinte anos nos laboratórios de Psicologia Social de Paris, Claude Flament e Jean Claude Abric, no Sul da França, e outros locais da Europa, ressurgindo

em 1980 diante de questões sociais emergentes e necessidade de conceitos elaborados na realidade e nas práticas dos sujeitos (ARRUDA, 2002).

Foi preciso entender que não existe uma realidade objetiva, mas que é representada pelo indivíduo e seu grupo social com base no conhecimento e percepção produzidos pelos valores e crenças do contexto social e ideológico dos sujeitos (ABRIC, 2000). Dessa forma, as representações não são exclusivas de uma pessoa, mas do grupo de pertença, que as transformam e as modificam conforme o surgimento e ancoragem de novos elementos acerca do objeto.

Jodelet (2001) contextualiza as RS como as opiniões, atitudes, crenças e informações acerca de um objeto ou fenômeno que são formuladas no sistema sociocognitivo conforme a vivência individual e interação social. Nesse sentido, Sá (1998, p.26) esclarece que “uma representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto)”.

Para explicar como se processa a construção desse saber, Moscovici sistematizou essa abordagem em dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo mental de tornar concreto o abstrato, trazendo-o para a realidade, simplificando-o. Objetivar consiste em dar forma ao objeto que está no imaginário, privilegiando certas informações em detrimento de outras, materializando-o em palavras. Nesse processo ocorre a seleção, desorganização, organização e naturalização dos elementos de representação. Simultaneamente, ocorre a ancoragem, processo de incorporação, assimilação dos elementos sobre o objeto ao sistema de valores individuais, que ressignificam o objeto e as práticas sociais. (MOSCOVICI, 2015).

A objetivação e ancoragem assumem a responsabilidade de transformar o não-familiar em familiar, um conhecimento acessível que se revela em verdade para o grupo social. Essa familiarização com o objeto possibilita a classificação, categorização e nomeação das ideias, dos valores conforme a elaboração e partilha junto ao grupo social (MOSCOVICI, 2015, MAZZOTTI, 2002).

Nesse sentido a representação social desempenha funções essenciais nas práticas sociais: o saber prático, que possibilita aos indivíduos compreenderem e explicarem a sua realidade; a identitária, a partir dos valores o indivíduo se identifica e se insere nos grupos sociais, os quais se diferenciam uns dos outros; a de orientação, responsável por guiar os comportamentos e as práticas sociais; e a função de justificação da forma de agir dos indivíduos e do grupo social (ABRIC, 2000). Rouquette (2000) enfatiza “as representações como uma condição das práticas, e as práticas como agente de transformação das representações”.

Considerando a comunicação como elemento essencial na interação social, a análise de 133 comentários da rede social *Facebook* do conteúdo jornalístico divulgado na TV brasileira

sobre o feminicídio de uma mulher de 36 anos pelo companheiro que queimou o corpo para esconder. Os comentários expressaram: impunidade; falta de proteção para as mulheres; homem como culpado ou caracterizado como monstro ou doente; aplicação da pena de morte; culpabilização da mulher e necessidade de acolhimento da mulher (LEANDRO *et al.*, 2019).

Os posicionamentos individuais ancoram diferentes elementos sobre o fenômeno o que suscita as multiplicidades sociais envolvidas, mas que coincidem com achados de outros estudos. Chama a atenção, a expressão “pena de morte”, uma medida extrema e não aplicada no Brasil, mas que desperta algumas reflexões: falta de perspectivas para a solução dos conflitos de forma pacífica; descrédito na eficácia da legislação vigente e na educação como instrumento de transformação social, entre outros.

Em um outro estudo desenvolvido com 12 estudantes da rede de ensino do município de Feira de Santana/BA sobre as representações sociais acerca da violência simbólica identificou nas falas dos/das adolescentes práticas de dominação masculina nas relações de namoro. As ações de controle por meio da conectividade das redes sociais e controle do celular foram expressas de forma naturalizada e compartilhada pelo grupo, revelando-se um risco para a autonomia feminina e aumento da violência de gênero ainda na adolescência (SOUZA *et al.*, 2022). Os achados suscitam a necessidade de educação de gênero nas escolas para que os jovens adotem posturas respeitadas e não de poder com as/os parceiras/os.

A introdução da TRS no Brasil a partir das décadas 80 e 90 tem possibilitado ao campo da saúde romper paradigmas dominantes na produção do conhecimento social acerca do processo de trabalho em saúde, das práticas profissionais e do processo saúde-doença produzidos nas subjetividades e interação dos sujeitos (OLIVEIRA, 2019). Além da área da saúde, Arruda (2002) sinaliza que a apropriação da teoria passa a fundamentar pesquisas em outros campos, face à diversificação das propostas metodológicas.

A introdução dos estudos de RS no campo da enfermagem associados ao fenômeno da VDCM tem ocorrido em vários grupos sociais: estudantes, mídia social, mulheres que vivenciam a violência, profissionais de saúde, homens agressores, o que sugere uma abordagem interdisciplinar e um leque de outras possibilidades. No entanto, os estudos das RS do fenômeno a partir das práticas policiais militares são escassos, daí a relevância dessa abordagem.

Segundo Sá (1998) a complexidade da TRS proposta por Moscovici foi desdobrada por três correntes teóricas complementares lideradas por: Denise Jodelet, em Paris, mais ligada à teoria original, defende a abordagem processual; Willem Doise em Genebra, numa perspectiva mais sociológica, com base na abordagem societal e Jean Claude Abric em Aix-en Provence com a proposta da abordagem estrutural, conhecida como Teoria do Núcleo Central (TNC).

3.1.1 Teoria do Núcleo Central

A abordagem estrutural da TRS se forma a partir da estruturação dos elementos de representações sociais que são produzidos e compartilhados pelos indivíduos com base em suas vivências em torno de um núcleo central. Essa abordagem complementa a teoria maior desenvolvida por Moscovici e foi proposta por Jean-Claude Abric na tese de doutorado *Jeux, conflits et représentations sociales* sobre a organização interna do conteúdo das representações sociais em torno de dois sistemas, o núcleo central (NC) e o sistema periférico (ABRIC, 2000; MAZZOTTI, 2002; SÁ, 1998).

A TNC estrutura os elementos de RS de acordo com o conteúdo cognitivo, organizando-os de forma hierarquizada conforme o grau de significado e seu lugar de importância. Essa hierarquização favorece a disponibilização dos elementos periféricos em torno de um núcleo central (ABRIC, 2000). Corroborando Wolter, Wachelke e Naiff (2016) defendem que na TNC, as RS são formadas a partir do conjunto de cognemas “termos” sobre o objeto que são compartilhados no grupo social. Eles explicam que os cognemas centrais são essenciais para o reconhecimento do objeto por se associarem a outros cognemas mais periféricos e menos estáveis.

O NC se caracteriza pela estabilidade, rigidez, pouco influenciado e de transformação lenta, também chamado de “núcleo duro”. Associado aos valores históricos, sociológicos e ideológicos, representa o pensamento, as construções e as ideias consensuais, ou seja, as representações da coletividade. Por essas características o NC apresenta as funções: geradora, organizadora e estabilizadora das RS (ABRIC, 2000; MAZZOTTI, 2002).

A função geradora confere ao NC a responsabilidade de criar ou transformar as representações, significando-as, enquanto a função organizadora estabiliza a representação ao organizar as ligações entre os elementos de representação. As funções geradora e organizadora originam uma terceira função ao NC, a estabilizadora, mais resistente às mudanças, confere significado e sentido à representação (ABRIC, 2000; SÁ, 2002; MAZZOTTI, 2002).

Os elementos periféricos se organizam de forma a proteger e defender o NC, por isso mais flexíveis e sensíveis às mudanças que ocorrem no contexto social. Eles resultam das construções sociais acerca da realidade e dos comportamentos, as quais vão se transformando conforme o contexto, sem necessariamente implicar em mudanças na organização dos elementos no NC. O sistema periférico tem como funções a concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central e individualização da representação coletiva (ABRIC, 2000).

A concretização diz respeito à formulação das representações a partir das práticas e realidade social. A função reguladora possibilita a adaptação da representação a novos elementos ou modificação dos existentes, a nível periférico. Os elementos periféricos são responsáveis em determinar os comportamentos, a forma de agir individual e coletiva. Por fim, podemos dizer que toda essa flexibilidade da periferia confere ao NC maior rigidez e estabilidade na estrutura das RS (ABRIC, 1994; SÁ, 2002; MAZZOTTI, 2002).

Outra característica da abordagem estrutural diz respeito à dimensão emocional e afetiva das experiências e subjetividades dos indivíduos expressas na representação do objeto e que são organizadas e estruturadas no núcleo central (CAMPOS; ROUQUETTE, 2003).

A identificação das RS acerca de um determinado objeto é complexa e para acessá-las faz-se necessário a utilização de multitécnicas para a coleta e organização dos dados, e análise dos resultados. Dessa forma foram aplicadas técnicas indagativas como as entrevistas e questionários, e as associativas, a exemplo das evocações ou associação livre de palavras (ABRIC, 2000).

A técnica de evocações livres de palavras consiste em solicitar ao participante que fale ou escreva de três a cinco palavras que vêm à mente ao ouvir o termo indutor que consiste em uma palavra ou frase curta sobre o objeto em estudo. Essa técnica permite identificar mais facilmente os possíveis elementos representativos do núcleo central a partir da projeção das expressões que estão latentes no imaginário dos participantes (ABRIC, 2000; ACOSTA, 2018).

Para a estruturação desses elementos em torno do núcleo central utiliza-se a análise prototípica ou análise das evocações livres por meio de um software que organiza as RS em gráficos como o quadro de quatro casas, a nuvem de palavras ou a árvore máxima de similitude. Os softwares mais utilizados são: *Ensemble de programmes permettant l'analyse des Evocations* (EVOC) e *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) (CAMARGO; JUSTO, 2018; SANT'ANA, 2012).

Dessa forma, a teoria por meio da estruturação dos elementos periféricos em torno de um núcleo central trará respostas mais próximas da realidade social e das práticas profissionais dos participantes.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

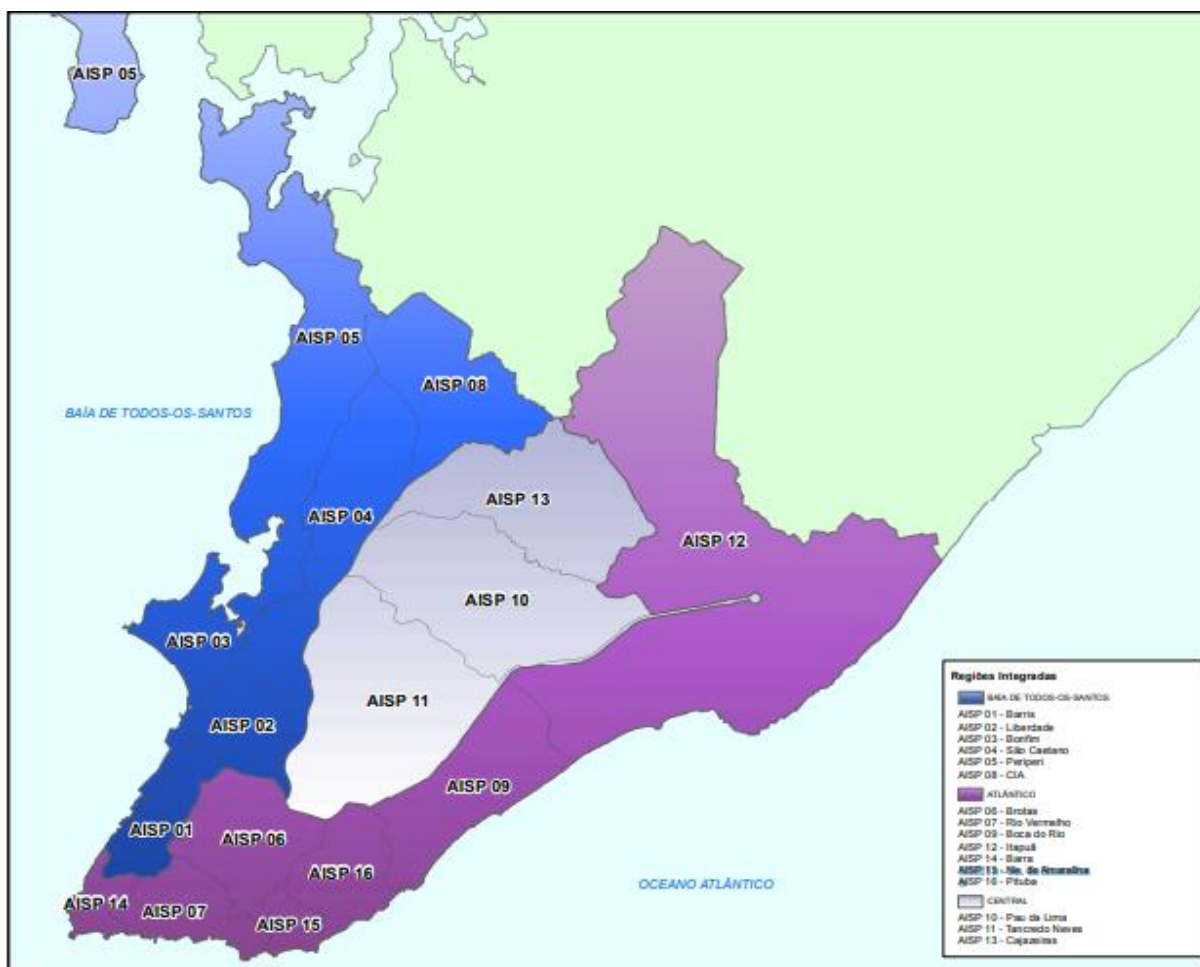
Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, ancorado na TRS, sobre as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher. A escolha dessa abordagem metodológica parte do pressuposto que a pesquisa qualitativa tem como fim a busca de respostas particulares, a partir da interpretação de significados, valores, aspirações, crenças e atitudes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012). A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares dos indivíduos sobre a experiência vivenciada e que não pode ser mensurada, mas expressa. Trata das subjetividades e das relações sociais a partir das vivências partilhadas entre o indivíduo e seu grupo social (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012). A pesquisa exploratória visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2008, p.41).

A utilização destes métodos permitiu traduzir, a partir dos pensamentos e expressões, as construções sociais e práticas cotidianas vivenciadas e partilhadas pelos participantes em seu grupo de pertença. Nesse sentido, o estudo das RS de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher, possibilitou ampliar a compreensão do fenômeno na perspectiva das práticas cotidianas do grupo e as influências no atendimento às mulheres em vivência de violência doméstica.

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O *lócus* do estudo foi uma unidade operacional da Polícia Militar da cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Para a realização das atividades de policiamento a cidade conta com 28 (vinte e oito) unidades operacionais, sendo vinte e sete Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPM) e um Batalhão de Polícia Militar, e outras unidades especializadas que executam o apoio e reforço policial. Essas unidades estão distribuídas em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), agrupadas em três Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP): Central, Baía de Todos os Santos e Atlântico (Figura 1).

Figura 1 - Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), Salvador, Bahia, Brasil.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública (Mapas RISP e AISP – Bahia, 2021)

Considerando esses aspectos e de modo a eleger o *lócus* da pesquisa, realizou-se um levantamento nos dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública (2021) sobre o quantitativo de feminicídios no ano de 2020 na Bahia, sendo verificado um total de 113 assassinatos de mulheres, sendo 19 (dezenove) em Salvador e 8 (oito) desses ocorridos na área sob responsabilidade da AISP 11. Essa análise levou à identificação da AISP 11 como a área com maior número de feminicídios no município.

Identificada a AISP 11, cuja área de atuação está subdividida em quatro unidades operacionais (1ª, 23ª, 48ª e 82ª CIPM), realizamos o levantamento do número de chamadas para atendimento de ocorrências de violência doméstica nos dados estatísticos da Superintendência de Telecomunicações (Stelecom) da SSP/BA do ano de 2020. Dessa análise constatou-se que a 23ª CIPM responsável pelo bairro de Tancredo Neves e a região do Cabula superou as demais com um total de 715 chamadas, sendo a unidade selecionada para realização do estudo (Tabela 1).

Quadro 1 - Números de chamadas telefônicas de violência doméstica contra a mulher por CIPM da AISP 11 no ano de 2020, Salvador, Bahia, Brasil. Elaboração da pesquisadora.

UNIDADES OPERACIONAIS DA AISP 11 CHAMADAS À CENTRAL 190							
1ª CIPM		23ª CIPM		48ª CIPM		82ª CIPM	
BAIRRO	QDE	BAIRRO	QDE	BAIRRO	QDE	BAIRRO	QDE
Saramandaia	26	Arenoso	19	Calabetão	75	CAB	1
Pernambués	406	Arraial retiro	37	Jd Santo Inácio	44	Paralela	17
		Estrada Barreiras	54	Mata Escura	134		
		Cabula	192	Sussuarana	247		
		Resgate	18	Nova Sussuarana	38		
		Doron	31	Novo Horizonte	85		
		Engomadeira	24	Granjas Rurais	24		
		Narandiba	67				
		Tancredo Neves	161				
		Saboeiro	37				
		São Gonçalo	75				
Total	432	Total	715	Total	647	Total	18
EXTENSÃO DE ÁREA DAS UNIDADES EM KM²							
3,49 KM²		11,57 KM²		8,23 KM²		3,76 KM²	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (2021).

A respeito dessa análise algumas considerações em relação a desproporcionalidade do quantitativo de bairros e da extensão de área das unidades, o que pode influenciar na capacidade de policiamento diante as demandas da população. Além disso, a organização dos espaços urbanos e o perfil socioeconômico das comunidades se relacionam com um quantitativo maior ou menor de ocorrências de violência doméstica evidenciando a intersecção dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e cor.

A área de atuação da 23ª CIPM é formada pelo bairro Tancredo Neves e outros bairros próximos. Por muitos anos o bairro foi denominado “Beiru”, como é conhecido até hoje pelos moradores mais antigos, nome histórico do escravo africano Gbeiru de origem Iorubá, que ocupou as terras herdadas dos seus senhores, mas contrariando o desejo dos moradores teve o nome alterado para Tancredo Neves em homenagem ao presidente falecido. O bairro também foi ocupação de um grande quilombo, Zumbi dos Palmares e vários terreiros de Candomblé (WIKIPÉDIA, 2021).

O apagamento histórico-cultural, a falta de reconhecimento e intervenção nas vulnerabilidades por meio do desenvolvimento de ações foram ao longo dos anos aumentando os problemas sociais e estruturais. A urbanização e ocupação desordenada do bairro que perdeu as características das moradias simples e vizinhança tranquila repercute em falta de

infraestrutura e assistência para a população, e vários problemas socioeconômicos que contribuem para o agravamento das questões de segurança pública.

Durante a década 70, o processo de urbanização se expandiu em torno dos bairros Tancredo Neves e Cabula, inicialmente com os conjuntos habitacionais, impulsionados pela construção do Hospital Roberto Santos e circunscritos por moradias irregulares. Na década 90 as poucas áreas remanescentes atraíram o investimento de construções de condomínios mais estruturados em um padrão diferenciado e moderno, alterando as características do bairro do Cabula (WIKIPÉDIA, 2021). No entanto, as localidades menos favorecidas concentram uma extensa população em vulnerabilidades sociais que refletem no aumento dos conflitos sociais e da criminalidade local, atualmente muito divulgadas nas mídias jornalísticas.

Na tentativa de reduzir os altos índices de violência da localidade, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA) por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) criado pelo Governo Federal no ano de 2007, mediante a lei nº 11.530/07 instituiu no bairro de Tancredo Neves o projeto “Território da Paz” que implementou o modelo de policiamento mais próximo à comunidade, o Ronda no Bairro. Foram realizadas ações sociais e educativas para a população e capacitação dos profissionais de segurança pública alinhadas à filosofia de Polícia Comunitária, mas o projeto de implantação das bases comunitárias no bairro Tancredo Neves não prosperou, tão pouco as ações integradas com outros órgãos e instituições para a realização de ações sociais (BAHIA, 2019).

Para a inserção ao campo de pesquisa e coleta de dados junto ao efetivo policial da 23ª CIPM/ Tancredo Neves foi formalizado ofício ao Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) da Polícia Militar e apresentado o projeto de pesquisa, autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Nesse sentido, após aprovação do projeto e emissão do parecer pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Polícia Militar nos termos da Portaria nº 55-CG/2010, autorizada a pesquisa pelo Comandante Geral da Polícia Militar foi reunido com o subcomandante da unidade, explicado sobre o projeto e dado início aos trabalhos de coleta de dados.

A aproximação aos participantes se deu antes da assunção do serviço, no turno matutino. Inicialmente foram realizados os devidos esclarecimentos sobre os objetivos do estudo e formalizado o convite mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguida da entrevista semiestruturada de acordo com os pressupostos metodológicos da TRS.

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

De acordo com os objetivos e o *locus* do estudo, os participantes são 110 policiais militares homens e mulheres autodeclarados cisgênero, lotados na 23ª CIPM/ Tancredo Neves, voluntários em participar. Foram excluídos 30 policiais militares: recém-formados (menos de um ano na atividade policial); afastados/as do serviço de operacional por mais de dez anos, por estarem desatualizados das práticas dos atendimentos às mulheres em vivência de violência doméstica; em gozo de férias ou licenças. Oito policiais militares preferiram não participar do estudo por timidez, não se sentirem seguros ou por estarem envolvidos em conflitos conjugais.

O efetivo das unidades operacionais da polícia militar está distribuído entre os quadros de oficiais e praças, os oficiais (tenente, capitão e major) passam por curso de formação com duração de três anos e mais um ano como aspirantes atuando na área operacional para ascender na carreira, inicialmente como tenentes. As praças ingressam na carreira no posto de soldado após aprovação em curso de formação com duração de um ano, permanecendo por mais de dez anos, para serem promovidos aos postos de cabo, sargento e subtenente, por meio de cursos de aperfeiçoamento.

Diante dessa distribuição hierárquica e a busca por uma amostra bem diversificada no que tange a formação e experiência profissional, a coleta dos dados foi realizada com policiais de todos os postos do mais baixo ao mais alto grau hierárquico da unidade, contemplando os que atuam no serviço administrativo e operacional. Ressalte-se que as ocorrências são diligenciadas e atendidas pelo efetivo operacional (soldados, cabos e sargentos) mediante a supervisão e acompanhamento dos suboficiais (subtenentes) e oficiais (tenentes e capitães), responsáveis pela supervisão do efetivo.

Além da questão hierárquica e de formação, o ingresso da mulher na carreira militar baiana ocorreu mais tardiamente em relação aos outros estados, no ano de 1990, se mantendo com efetivo reduzido, aproximadamente 4.606 mulheres de um total aproximado de 30 mil policiais militares (SPM, 2020). No *locus* da 23ª CIPM as mulheres representam cerca de 10% do efetivo de 150 policiais, sendo assim a coleta de dados buscou atingir todas as mulheres da 23ª CIPM.

Dessa forma, totalizada a participação feminina, a amostra foi completada com o grupo masculino, totalizando 110 (cento e dez) participantes (73,33%), respeitando-se os critérios de exclusão. Essa amostra foi representativa do todo conforme postulam autores que trabalham com essa abordagem teórica (WACHELKE; WOLTER, 2011). Somado a isso, a formação policial militar capacita os seus agentes para atuarem em qualquer diversidade socioeconômica,

amparados na legislação e procedimentos legais, sendo um público rotativo entre as unidades de policiamento, mas representativo do total no que tange às práticas profissionais.

A experiência desta pesquisadora como profissional de segurança pública há mais de 25 anos na área operacional, dez anos de atuação na Central 190, recentemente como enfermeira do Hospital da Polícia Militar, facilitou a aproximação ao campo de estudo e a abordagem junto aos policiais. Face aos objetivos do estudo voltados à área da saúde e enfermagem e para deixar os participantes à vontade e reduzir possíveis vieses, a pesquisadora se apresentou em traje civil, revelando a sua patente ao término das entrevistas, mas já conhecida por alguns dos/das colegas, visto a atuação profissional em alguma atividade ou unidade policial. O que não inviabilizou o estudo, ao contrário.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas individualmente, em espaço restrito, livre da circulação e interferência de terceiros, o que possibilitou os participantes se expressarem livremente sobre uma temática que precisa ser discutida face a sua magnitude e importância dos/das agentes de segurança pública como integrantes da rede de atendimento à mulher.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Esse estudo atende aos objetivos específicos do projeto intitulado: Cuidado multiprofissional a homens e mulheres em situação de violência conjugal: Telemonitoramento em tempos de Covid-19, vinculado ao Laboratório Violência, Saúde e Qualidade de Vida (Lab Vid@) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, aprovado sob parecer nº 4.933.325, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). O estudo foi desenvolvido sob a égide dos aspectos éticos preconizados na Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, valorizando e respeitando os princípios da bioética, relacionados à beneficência, não maleficência, autonomia e justiça (BRASIL, 2012, 2016).

O princípio da beneficência constitui o objetivo primordial do estudo sobre as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher, de modo que tal análise permitirá conhecer a partir das representações individuais a construção do grupo e assim, verificar como se dá a prática dos atendimentos das ocorrências de violência doméstica. Tratando-se de policiais militares regidos por costumes, restrições e regulamento rígido e, para atender ao princípio da não maleficência, as entrevistas foram realizadas em sala privativa, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato dos/das participantes, por meio de

identificação por códigos numéricos arábicos conforme a sequência das entrevistas (1,2,3...), antecedidos das letras PM (Policial Militar).

A abordagem inicial dos/das participantes envolveu esclarecimentos sobre a proposta do estudo, objetivos e a participação voluntária com desistência e retirada do consentimento em qualquer das fases do estudo, sem prejuízo de qualquer natureza. Na sequência, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma com o(a) participante e a outra com a pesquisadora, por um prazo de cinco anos. Alguns participantes preferiram não participar, o que foi de pronto respeitado.

No que se refere ao aspecto da justiça, esse estudo busca ampliar a compreensão do fenômeno da violência doméstica e do atendimento prestado às mulheres nessa vivência, bem como o direcionamento para se pensar estratégias que favoreçam o atendimento policial mais efetivo na prevenção/enfrentamento da violência contra a mulher e redução dos agravos à saúde das mulheres.

4.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi sistematizada conforme os aspectos teóricos metodológicos da TRS e da abordagem estrutural, respeitando a rotina da unidade policial e os aspectos éticos mencionados. Considerando que a TRS utiliza multitécnicas, projetivas e não projetivas, o estudo do objeto ocorreu mediante a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e a entrevista semiestruturada.

Na produção de dados foram usados dois instrumentos: o primeiro constando de questionário sociodemográfico para caracterização dos participantes e Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) com três estímulos indutores: E1 - violência; E2 - violência doméstica contra a mulher e E3 - o que as outras pessoas pensam sobre a violência doméstica contra a mulher. (APÊNDICE B), e o segundo do roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE C), realizada com 22 dos 110 participantes no TALP. Os instrumentos constam de três técnicas independentes, porém complementares para alcance do objetivo e adequadas para pesquisas fundamentadas na TRS (SUTO *et al.*, 2021).

Como estratégia para aplicação do TALP foi realizado um exercício com um estímulo aleatório para apreensão da técnica. Para otimizar o tempo e evitar elaboração do pensamento, o TALP foi preenchido pela pesquisadora à medida que os/as participantes falavam até cinco palavras para o estímulo, na ordem que viessem imediatamente à lembrança em um tempo

médio de 40 segundos. Na sequência foi solicitado que enumerasse as evocações por ordem de importância, justificando a mais relevante (WOLTER, 2018).

Sequencial ao TALP foi realizada a entrevista guiada por roteiro semiestruturado com 22 dos participantes, gravada em aplicativo de celular *smartphone* e transcrita na íntegra. Para esta técnica buscou-se envolver policiais de diversas funções hierárquica, idade e identidade de gênero. O quantitativo de entrevistas foi definido pelo tempo de coleta, disponibilidade dos participantes e conteúdo das entrevistas.

Os dados do questionário sociodemográfico, o TALP e a entrevista semiestruturada foram transcritos, organizados e submetidos a análise em programas computacionais, ilustrados em gráficos e figuras. O *corpus* textual das entrevistas foi categorizado e, juntamente com as justificativas das evocações indicadas como mais importante contextualizaram a estrutura das representações sociais.

4.5.1 Teste de Associação Livre de Palavras

O TALP é um teste projetivo antigo que foi utilizado por Jung em 1905 para auxiliar na psicologia clínica. A partir da década de 80 foi adaptado por Di Giacomo (1981) nas pesquisas em psicologia social, desde então vem sendo amplamente utilizado nos estudos fundamentados em RS, sobre os mais diversos objetos de estudo, seja na área da saúde, educação, serviço social, ambiental, dentre outras (SUTO, 2015).

A técnica associativa induz a espontaneidade dos indivíduos e a evocação de palavras relacionadas ao estímulo indutor conforme os estereótipos da imaginação, trazendo à tona conteúdos latentes que expressam as estruturas semânticas, temáticas e lexicais (COUTINHO; BÚ, 2017; NÓBREGA; COUTINHO, 2011).

Neste estudo foram aplicados três estímulos indutores: E1 - violência; E2 - violência doméstica contra a mulher e E3 - o que as outras pessoas pensam sobre a violência doméstica contra a mulher. Para cada um deles foi solicitado que associassem até cinco palavras sobre o que vinha imediatamente à mente e que enumerasse em ordem de importância. Sequencialmente, foi solicitado que justificassem, explicassem a palavra classificada como mais importante (WOLTER; WACHELKE; NAIFF, 2016). Antes da aplicação do teste foi esclarecido aos/às participantes sobre a importância de respostas rápidas, sem elaboração ou formulações prévias, na forma de palavras e não frases, mesmo que curtas.

O primeiro estímulo foi utilizado para adentrar na temática da violência e daí, ao objeto do estudo com o segundo estímulo, o terceiro estímulo ancora-se no recurso metodológico que

utiliza a técnica de substituição ou zona muda, em que o participante fala o que pensa ser o discurso do outro, de forma que os elementos se apresentam de forma mais espontânea e livres de julgamentos e censuras (ABRIC, 2000). Nesta etapa foi verificada uma certa dificuldade em trazer à tona o discurso do outro, sendo expressa em média 3 palavras, devido a riqueza dos resultados não foi necessário explorar esses dados para responder ao objeto do estudo.

4.5.2 Entrevista

A entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas para coleta de informações realizada por um entrevistador. A entrevista semiestruturada é a mais utilizada nos estudos científicos por combinar perguntas fechadas e abertas. As perguntas abertas dão mais liberdade de expressão aos participantes, assim como ao entrevistador que pode reconduzir o diálogo de modo a explicitar melhor os questionamentos em torno do objeto de estudo (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

Nessa etapa utilizou-se um instrumento (APÊNDICE C) com roteiro que guiou a formulação das questões abertas conforme o objeto do estudo. Essas indagações serviram para aprofundar o conhecimento sobre o objeto a partir das vivências e experiências, ou seja, do saber prático do grupo em investigação. Sendo assim, partiu-se de uma questão ampla que permitiu ao participante responder livremente, com poucas interferências e reconduções da pesquisadora: “Fale-me em poucas palavras o que você pensa sobre a violência”; E, sobre a violência doméstica contra a mulher”; “Fale-me em poucas palavras sobre a sua função policial militar e a violência doméstica contra a mulher.”

As evocações advindas dos dois estímulos foram transcritas em planilha do *open office* versão 4.1.11, lematizadas e organizadas em banco de dados CSV para importação e análise prototípica no programa adaptado do *Ensemble de programmes permettant l'analyse des Evocations (openEvoc)* versão 0.94. O corpus de palavras do E2 - violência doméstica contra a mulher foi estruturado para outro banco de dados e submetido para análise de similitude no software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* versão 0.7 alpha 2 (*IRaMuTeQ*). O corpus textual das entrevistas foi transcrito no *open office writer* e categorizado.

Figura 2 - Produção e análise dos dados. Salvador, Bahia, Brasil. Elaboração da pesquisadora.



Fonte: Dados do Estudo. 2022

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados em pesquisa qualitativa se inicia desde a sua coleta, quando o planejamento é definido com base no aporte teórico e metodológico e possibilita a interpretação dos resultados. Nesse caso, o referencial teórico em estudo proporcionou o uso de multitécnicas para a coleta de dados e multimétodos de análise que foram aplicados simultaneamente e, assim confrontar os resultados por meio da triangulação (Figura 2). A triangulação possibilita combinar variados métodos de análise, num processo de comparação e interpretação dos achados, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno e confiabilidade do estudo (SUTO *et al.*, 2021).

Conforme Sá (1998) uma representação social é sempre de alguém sobre alguma coisa considerando o espaço social do indivíduo e sua relação com o objeto. Dessa forma, a representação social do senso comum e sua dinamicidade estão associadas ao contexto sociocultural e variam dentro do próprio grupo social e entre os grupos, já que são influenciadas pelas experiências e partilhas. Nesse sentido é imprescindível, a caracterização do grupo investigado (Quadro 2) a despeito das variáveis relevantes ao objetivo do estudo.

Quadro 2 - Caracterização sociodemográfica e profissional de policiais militares investigados/as, Salvador, Bahia, Brasil, 2022. Elaboração da Pesquisadora.

VARIÁVEIS		Nº	Total	PORCENTAGEM		
Identidade de gênero	Mulher cigênero	Tenente	1	16	14,55	
		Subtenente	1			
		Sargento	3			
		Cabo	3			
		Soldado	8			
	Homem cigênero	Capitão	1	94	85,45	
		Tenente	3			
		Subtenente	3			
		Sargento	14			
		Cabo	15			
	Soldado	58				
Idade	20 - 29 anos		9	9	8,19	
	30 - 39 anos		36	91	82,73	
	40 - 49 anos		55			
	Acima de 50 anos		10		9,09	
Escolaridade	Superior		69		62,73	
	Médio		41		37,27	
Situação conjugal	Solteiro/a		30		27,27	
	União estável/casado		80		72,73	
Cor autodeclarada	Preta		57	99	90	
	Parda		42			
	Branca		11			10
Praticante religioso	NÃO		45	45	40,91	
		Católica	28	65	59,09	
	SIM	Evangélica	28			
		Espírita	5			
		Matriz africana	4			
Tempo na PM	1 - 10 anos		38	83	75,45	
	11 - 20 anos		45			
	21 - 30 anos		21			19,09
	Mais de 30 anos		6			5,45
Área de atuação	Operacional		79		71,82	
	Administrativo		31		28,18	

Fonte: Dados do Estudo.

A análise do perfil socioprofissional do subgrupo de 110 policiais militares participantes identificou que todos são cisgêneros autodeclarados, sendo 94 homens (85,45%) e 16 mulheres (14,55%). A maioria adultos jovens (82,73%) entre 30 e 49 anos, negros/as (90%) autodeclarados na cor preta ou parda. Mais de dois terços (72,73%) em relação conjugal e mais da metade praticante de alguma religião (59,09%).

Relacionada a escolaridade e formação profissional, 69 policiais militares com formação superior (62,73%) e a maioria (91,82%) ocupando os postos das praças (sargento, cabo ou

soldado), somente 9 são do posto de oficial ou suboficial. Atuando no serviço administrativo (28,18%) e a maioria (75,46%) entre 1 e 20 anos de atividade policial.

As evocações advindas do TALP para o estímulo indutor violência doméstica contra a mulher foram transcritas em planilha do *open office* versão 4.1.11, lematizadas por termos semelhantes, grau e gênero, e organizadas em banco de dados CSV, importado para o *openEvoc* versão 0.94 (SANT'ANA, 2012) e realizada a análise prototípica. O *corpus* de palavras foi estruturado e submetido para análise de similitude no software *IRaMuTeQ* versão 0.7 alpha 2 resultando na árvore máxima de similitude (CAMARGO; JUSTO, 2018). Quanto a análise dos dados resultantes dos estímulos indutores E1 - violência, e E2 - o que as outras pessoas pensam da violência doméstica contra a mulher não foi necessária para responder a questão de estudo.

4.6.1 OpenEvoc

Trata-se de um recurso online gratuito adaptado do *software Evoc* de Pierre Vergès pelo professor Hugo Cristo Sant'anna no programa de pós-graduação da Universidade do Espírito Santo que facilita a coleta, processamento, visualização e a análise estrutural dos dados (SANT'ANA, 2012). Nesse estudo, a sua utilização proporcionou a realização da análise prototípica dos termos evocados no TALP pelos/as policiais militares para o estímulo indutor: violência doméstica contra a mulher.

O *openEvoc* realiza a análise lexicográfica das palavras, cálculo da frequência e da ordem média de evocações, ou seja, ordem de aparição dos termos evocados segundo a importância atribuída pelos participantes e cortes definidos pela pesquisadora. Dessa análise emergiram em representações gráficas no quadro de quatro casas (Quadros 3) a distribuição dos elementos de RS centrais e periféricos (REIS *et al.*, 2013).

O quadro de quatro casas, resultante do processamento de dados para o estímulo indutor “violência doméstica contra a mulher” (Quadro 3), foi formulado com um total de 550 palavras, sem omissão de evocações e com média de 50 palavras diferentes. A Ordem Média de Evocação (OME) foi ajustada em 2,97 e a frequência média em 22, sendo suprimidos 16 termos com frequência menor que 13.

A Teoria do Núcleo Central (TNC) explicita que toda representação está organizada em torno de um NC, responsável pela significação e organização interna. A distribuição dos elementos no NC é determinada pela relação dos sujeitos com o objeto e de acordo com o sistema de valores e normas estabelecidas e partilhadas pelo grupo social, representando a sua homogeneidade. Nesse sentido e considerando que os elementos do NC são inegociáveis e

consensuais, resistentes às mudanças e protegidos pelo sistema periférico, sendo este mais flexível e suscetível às alterações imediatas (SÁ, 2002; MAZZOTTI, 2002).

Diante dessa caracterização, os elementos que integram o NC são aqueles com maior frequência e mais prontamente evocados, situados abaixo do ponto de corte da OME, considerados os mais salientes, simbólicos para o seu grupo de pertença e com poder de associação aos elementos periféricos da representação (MAZZOTTI, 2002; WACHELKE; WOLTER, 2011).

Na primeira periferia situados no quadrante superior direito estão distribuídos os elementos que apresentam frequência e ordem média de evocação altas, evocados mais tardiamente. Situados no quadrante inferior direito, segunda periferia estão os elementos com frequência inferior ao ponto de corte e evocados como última resposta, são pouco salientes (WACHELKE; WOLTER, 2011; REIS *et al.*, 2013; ACOSTA, 2018).

Na ZC, quadrante inferior esquerdo, estão distribuídos os elementos menos evocados por um menor número de participantes, porém importantes para eles, baixa OME. Podem indicar duas situações: complemento zona central ou surgimento de um subgrupo, com novos elementos de representação (WACHELKE; WOLTER, 2011).

Observa-se que a análise prototípica é uma forma gráfica de apresentação dos resultados com base em uma análise estatística que precisa ser confrontada com outras análises para dar significação aos elementos de centralidade das representações (SÁ, 2002; ABRIC, 2000; WACHELKE; WOLTER, 2011). Nesse sentido, o *corpus* textual das evocações foi submetido a análise de similitude no *IRaMuTeq* para verificação das associações entre os elementos evocados.

A análise de similitude foi introduzida nos estudos de RS por Claude Flament na década 70, essa técnica possibilita verificar a associação e intensidade da conexão entre os elementos de representação. Essa técnica envolve o cálculo do índice de similitude entre dois termos, a partir do número de coocorrências (ligações) de um elemento com o outro e o número de participantes. Quanto mais ligações entre dois elementos forem estabelecidas pelos participantes, mais próximo estarão esses elementos da representação social (SÁ, 2002).

4.6.2 Iramuteq

O *software* IRaMuTeQ é de fonte aberta e gratuito, ancorado no software R e na linguagem de programação *python*, desenvolvido por *Pierre Ratinaud* que permite fazer análises estatísticas das mais simples às mais complexas, podendo os resultados serem

expressos em gráficos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Análise de Similitude (LAHLOU, 2012; RATINAUD; MARCHAND, 2012 *apud* CAMARGO; JUSTO, 2018; SUTO *et al.*, 2021).

O *corpus* textual das entrevistas foi transcrito na íntegra para o *OpenWrite* e processamento no *software Iramuteq*, possibilitando a análise e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). O preparo do *corpus* textual de cada entrevista foi realizado digitando o conteúdo separados por linhas de comandos (asteriscos), em cada linha foram inseridos os comandos e a codificação das variáveis de interesse, separadas por asteriscos, representando o início da unidade de contexto inicial (UCI) – unidade de análise. Inicia-se a linha de comando digitando quatro asteriscos (sem espaço em branco antes deles), depois um espaço branco, um asterisco seguido do nome da variável, na sequência *underline* e o código da variável, um espaço em branco para inserir nova variável, sempre iniciando com asterisco: **** *n_008 *esc_1 (CAMARGO; JUSTO, 2018).

A CHD é uma modalidade de análise que organiza as classes por meio da semelhança e classificação. Essa análise, inicia pela lematização e redução do quantitativo de palavras, cálculo da frequência média e do número de *hapax* (palavras com frequência um). A partir da CHD, separação das classes, o software também disponibiliza os resultados num plano cartesiano com as palavras e variáveis pertencentes a cada classe, chamada de Análise Fatorial de Correspondência -AFC (CAMARGO; JUSTO, 2018).

A partir da realização das análises lexicais das classes, o programa identifica as unidades de texto e transforma essas Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE). Esses segmentos de texto são classificados em função dos vocabulários, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas para formar as classes que apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente dos segmentos de texto das outras classes. Essa análise das classes é organizada e configurada em um dendograma da CHD que permite a descrição de cada uma delas (CAMARGO; JUSTO, 2018).

A análise do *corpus* textual ocorreu a partir da transcrição de 22 textos (UCI) proveniente das entrevistas semiestruturada, num total de 4198 ocorrências (formas, palavras e vocábulos), sendo 4198 palavras distintas e 362 com uma única ocorrência (*hápx*), separados em 116 segmentos de texto (ST) ou unidades de contexto elementares (UCE), com aproveitamento de 94 dos segmentos (81,03%). A análise desse conteúdo resultou uma categorização em 5 classes, a saber: Classe 3 com 17 ST (18,09%); Classe 4 com 18 ST (19,15%); Classe 1 com 21 ST (22,34%), Classe 5 com 19 ST (20,21%) e a Classe 2 com 19 ST (20,21%).

5 RESULTADOS

Os resultados deste estudo estão apresentados em dois artigos originais elaborados e transcritos conforme as normas técnicas das revistas selecionadas para submissão. O primeiro artigo aborda a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher, utilizando-se das técnicas de análise prototípica das evocações processadas no programa *openEvoc* e distribuídas no quadro de quatro casas, triangulando com a análise de similitude dos termos organizados na árvore máxima de similitude pelo software *IRaMuTeQ* e a análise de conteúdo dos trechos das entrevistas.

O artigo, Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares foi elaborado a partir das instruções das autoras e submetido para avaliação no periódico *Psicologia e Saúde*, órgão oficial de publicação da Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/authorDashboard/submission/2368>

O segundo artigo, Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres, buscou analisar o conteúdo das entrevistas sobre o fenômeno e o atendimento das ocorrências, utilizando-se da Classificação Hierárquica Descendente e da Análise Fatorial de Correspondência configuradas no *software IRaMuTeQ*. Seguindo a orientação e contribuição das autoras foi submetido para avaliação no periódico *Revista Brasileira de Segurança Pública*, órgão oficial de publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/authorDashboard/submission/195>

ARTIGO 1

Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares

Domestic violence against women: a study of social representations with military police

Violencia doméstica contra la mujer: un estudio de las representaciones sociales con policia militar

Aldina de Santana Lago, Mestranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Nadirlene Pereira Gomes, Professora, Doutora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Jeane Freitas de Oliveira, Professora, Doutora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Cleuma Sueli Santos Suto, Professora, Doutora da Universidade Estadual da Bahia.

Ionara da Rocha Virgens, Doutoranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Alcilene Coutinho Ramos Assunção, Doutoranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Viviane de Oliveira Costa Lima, Mestranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Resumo

Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares.

Objetivo: Identificar a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher. Método: Estudo qualitativo fundamentado na abordagem estrutural da Teoria de Representações Sociais, com 110 policiais da Polícia Militar, Salvador, Bahia, Brasil, entre julho/agosto de 2022, com aplicação do Teste de Associação Livre de Palavras e entrevistas semiestruturadas. A análise das evocações utilizou o quadro de quatro casas e a árvore máxima de similitude, configurados no *openEvoc* e *IRaMuTeQ*, contextualizada com trechos das entrevistas. Resultados: O processo de análise revelou um conjunto de palavras que objetivam a violência doméstica como decorrente do “machismo” e “dependência” que por sua vez gera: “desrespeito”, “poder”, “álcool”, “drogas”, “agressão”, “covardia”, “medo”, “impunidade”. Discussões: Para o grupo investigado, a estrutura da representação social da violência doméstica está ancorada em termos que remetem a uma construção social e cultural histórica centrado no machismo. Conclusões: O estudo poderá direcionar ações educativas e políticas públicas para aperfeiçoamento de policiais militares referente a questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, favorecendo a melhoria dos serviços e redução dos agravos à saúde das mulheres.

Palavras-chave: violência contra a mulher, violência doméstica, polícia, representação social

Abstract

Domestic violence against women: a study of social representations with
military police

Objective: To identify the structure of social representations of military police officers regarding domestic violence against women. **Method:** Qualitative study based on the structural approach of the Theory of Social Representations, with 110 police officers from the Military Police, Salvador, Bahia, Brazil, between July/August 2022, with the application of the Free Association of Words Test and semi-structured interviews. The analysis of the evocations used the four-house chart and the maximum similarity tree, configured in openEvoc and IRaMuTeQ, contextualized with excerpts from the interviews. **Results:** The analysis process revealed a set of words that objectify domestic violence as a result of "machismo" and "dependency" which in turn generates: "disrespect", "power", "alcohol", "drugs", "aggression", "cowardice", "fear", "impunity". **Discussions:** For the investigated group, the structure of the social representation of domestic violence is anchored in terms that refer to a historical social and cultural construction centered on machismo. **Conclusions:** The study may direct educational actions and public policies to improve military police officers regarding gender issues and the (re)signification of care, favoring the improvement of services and the reduction of harm to women's health.

Keywords: violence against women, domestic violence, police, social representation

Resumen

Violencia doméstica contra la mujer: un estudio de las representaciones sociales con policía military

Objetivo: Identificar la estructura de las representaciones sociales de los policías militares sobre la violencia doméstica contra la mujer. **Método:** Estudio cualitativo basado en el enfoque estructural de la Teoría de las Representaciones Sociales, con 110 policías de la Policía Militar, Salvador, Bahía, Brasil, entre julio/agosto de 2022, con la aplicación de la Prueba de Asociación Libre de Palabras y entrevistas semi- estructuradas. El análisis de las evocaciones utilizó el diagrama de cuatro casas y el árbol máxima similitud, configurados en openEvoc e IRaMuTeQ, contextualizados con extractos de las entrevistas. **Resultados:** El proceso de análisis reveló un conjunto de palabras que objetivan la violencia intrafamiliar como consecuencia del “machismo” y la “dependencia” que genera: “falta de respeto”, “poder”, “alcohol”, “drogas”, “agresión”, “cobardía”, “miedo”, “impunidad”. **Discusiones:** Para el grupo investigado, la estructura de la representación social de la violencia doméstica está anclada en términos que remiten a una construcción histórica social y cultural centrada en el machismo. **Conclusiones:** El estudio puede orientar acciones educativas y políticas públicas para la capacitación de los policías militares en las cuestiones de género y la (re)significación del cuidado, favoreciendo la mejora de los servicios y la reducción de daños a la salud de las mujeres.

Palabras clave: violencia contra la mujer, violencia doméstica, policía, representación social

Introdução

Considerada um fenômeno sócio-histórico complexo, a violência afeta toda população mundial, com destaque para mulheres que sofrem agressões no ambiente doméstico perpetradas por parceiros e ex-parceiros íntimos. Nesse contexto, a violência doméstica contra a mulher (VDCM) tem prevalência alta e causa sérias repercussões para a saúde feminina, o que demanda articulação intersetorial para o enfrentamento. O atendimento de urgência às mulheres nessa vivência costuma ser feito por policiais militares e as representações expressam a forma como pensam e entendem a violência doméstica.

A violência doméstica contra as mulheres consiste em um problema estruturado por questões de gênero, que influenciam nos comportamentos e condutas assimétricas entre homens e mulheres. Essas desigualdades, naturalizadas, influenciam nas relações entre pares íntimos e consequentemente refletem nas situações de desrespeito e agressões contra mulheres, contribuindo para o aumento crescente da violência doméstica (Pérez-Martínez et al., 2020).

Diante disso, estima-se que globalmente 27% de meninas e mulheres com 15 a 49 anos sofram violências físicas e/ou sexuais por parceiros, em que as mais jovens são mais afetadas pelo problema (Sardinha et al., 2022). No Brasil, em 2021 foram 230.861 registros de agressões, 1.341 mortes por feminicídio e 619.353 chamadas para o 190, aumento de 4% em relação ao ano anterior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Provavelmente essas taxas sejam superiores, porque pedir ajuda ainda é difícil para muitas mulheres, que sentem medo, vergonha e culpa pelas vivências e tendem a procurar ajuda quando o agravo atinge limites de gravidade para suas vidas e de suas filhas/os (Baragatti, 2018; Carneiro et al., 2019; Sardinha et al., 2022).

Ainda assim, estar exposta a qualquer tipo de violência doméstica (física, sexual, psicológica, moral e/ou patrimonial) repercute em sérios danos para a saúde feminina que podem levar até a morte. Os danos físicos, como hematomas e lacerações, nos chamam mais atenção porque são visíveis; contudo as consequências emocionais e psíquicas decorrentes da exposição vão desde o comprometimento laboral, a baixa autoestima, tristeza, ansiedade, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, ideação suicida (Bo & Yating, 2023; Carneiro et al., 2019; Correia et al., 2018).

Considerando esses fatores, o fenômeno requer atenção das autoridades sociais e políticas para ações de enfrentamento. Nessa perspectiva, no Brasil há um destaque para a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) que preconiza, dentre outras ações, o serviço de segurança pública para proteção de mulheres em situação de violência doméstica (Brasil, 2006). Esse suporte costuma ser feito pelas polícias militar e civil, que desempenham papel relevante na

prevenção e garantia dos direitos femininos ao intervir e encaminhá-las a serviços de saúde e justiça.

Nesse cenário, destaca-se o serviço de emergência da Central 190 que atua como um suporte institucional acessível e no período de pandemia se mostrou essencial para salvar vidas de mulheres, com aumento significativo de 16,3% nas chamadas telefônicas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Tratando-se de situações de violência doméstica, a intervenção policial busca prevenir e/ou coibir as agressões e representam o suporte institucional mais imediato para o atendimento e minimização do agravo e, junto com o setor saúde, costuma ser o serviço mais procurado quando as agressões se agravam (Vives-Cases & La Parra, 2017).

Conforme a teoria, as representações sociais são construídas no sistema sociocognitivo e simbólico dos indivíduos a partir das práticas e interações sociais (Moscovici, 2015) e, para compreendê-las, faz-se necessário descrever o contexto do grupo investigado, homens, adultos jovens e com formação superior. Dessa forma, esta pesquisa torna-se relevante por investigar as representações sociais de policiais militares a partir das expressões dos pensamentos e da compreensão da VDCM, as quais tendem a influenciar o atendimento prestado às mulheres.

A visibilidade dos serviços policiais militares no atendimento às mulheres oportuniza a ampliação da discussão sobre questões de gênero e desconstrução de pensamentos que estigmatizam mulheres, ressignificando as práticas para uma atuação acolhedora e efetiva, em um campo de estudo pouco explorado. Partindo do pressuposto que os pensamentos e crenças orientam o comportamento dos indivíduos em relação ao objeto, esta pesquisa tem como objetivo identificar a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher.

Método

Estudo de abordagem qualitativa, descritivo e exploratório, fundamentado no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS) na perspectiva da abordagem estrutural ou Teoria do Núcleo Central (TNC). As representações sociais surgem da reificação do conhecimento do senso comum no grupo de pertença e ressignificam as práticas e comportamentos sociais (Moscovici, 2015).

A pesquisa foi realizada em uma unidade operacional da Polícia Militar responsável pelo atendimento das chamadas da Central 190 de uma determinada área de atuação da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. A seleção dessa unidade se deu em função do maior número de denúncias de VDCM na cidade durante o ano de 2021. Isso implica que diariamente os/as participantes tinham contato com a problemática, mediante atendimentos e encaminhamento para registro das ocorrências na delegacia especializada.

Participaram do estudo 110 policiais militares, homens e mulheres. A abordagem foi aleatória de forma a atingir um número próximo ao efetivo total da unidade. Como critério de inclusão, adotou-se tempo de serviço na PM superior a um ano, sendo excluídos da investigação aqueles/as que estavam atuando exclusivamente em atividades administrativas, afastados do atendimento ao público. O quantitativo de participantes representa 73,33 % do total de policiais lotados na unidade.

A produção dos dados foi realizada pela pesquisadora nos meses de julho e agosto de 2022, em sala reservada da unidade policial. A aproximação ao efetivo operacional se deu antes do início das atividades e saída da viatura, enquanto o efetivo do serviço administrativo foi entrevistado no intervalo do expediente. Os/as participantes foram esclarecidos sobre o estudo, o caráter voluntário e sigilo das informações mediante identificação por código numérico e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na produção de dados foram usados dois instrumentos: o primeiro constando de questionário sociodemográfico para caracterização dos participantes e Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) com o estímulo indutor “violência doméstica contra a mulher”, e o segundo do roteiro de entrevista semiestruturada. Os instrumentos constam de três técnicas independentes, porém complementares para alcance do objetivo e adequadas para pesquisas fundamentadas na TRS (Suto, et al., 2021).

Como estratégia para aplicação do TALP foi realizado um exercício com um estímulo aleatório para apreensão da técnica. A esse respeito, o TALP é uma técnica projetiva que possibilita aos participantes a partir do estímulo indutor, e dos sentidos e semântica atribuídos ao objetivo ou fenômeno social a evocação de respostas rápidas. Essa proposta possibilita acessar áreas latentes da memória dos participantes (Coutinho & Do Bú, 2017).

Para otimizar o tempo e evitar elaboração do pensamento, o TALP foi preenchido pela pesquisadora à medida que os/as participantes falavam até cinco palavras para o estímulo, na ordem que viessem imediatamente à lembrança em um tempo médio de 40 segundos. Na sequência foi solicitado que enumerasse as evocações por ordem de importância, justificando a mais relevante (Wolter, 2018).

Sequencial ao TALP foi realizada a entrevista guiada por roteiro semiestruturado com 23 dos participantes, gravada em aplicativo de celular *smartphone* e transcrita na íntegra. Para esta técnica buscou-se envolver policiais de diversas funções hierárquica, idade e identidade de gênero. O quantitativo de entrevistas foi definido pelo tempo de coleta, disponibilidade dos participantes e conteúdo das entrevistas.

As evocações advindas do TALP foram transcritas em planilha do *openoffice* versão 4.1.11, lematizadas por termos semelhantes, grau e gênero, e organizadas em banco de dados CSV para importação e análise prototípica no *openEvoc* (*Ensemble de programmes permettant L'analyse des Evocations*) versão 0.94 (Sant'Anna, 2012). O *corpus* de palavras foi estruturado e submetido para análise de similitude no software *IRaMuTeQ* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) 0.7 alpha 2 resultando na árvore máxima de similitude (Camargo & Justo 2018).

O *openEvoc* realiza a análise lexicográfica das palavras e estatísticas a partir das Frequências (F) e Ordem Média das Evocações (OME) possibilitando hierarquização e distribuição dos elementos centrais e periféricos no quadro de quatro casas (Sant'Anna, 2012). O quadrante superior direito, denominado de Núcleo Central (NC) representa a memória coletiva, contém elementos que são mais estáveis e resistentes a mudanças. Em torno dele, dando-lhe sustentabilidade forma-se o sistema periférico, ancorado na realidade individual das práticas sociais e mais sensível às mudanças (Abric, 2000; Acosta, et al., 2018).

A análise de similitude não confirma a centralidade, mas aponta os elementos considerados centrais pelo subgrupo investigado, a partir da organização e associações entre eles (Wolter, 2018). Para objetivar a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da VDCM, utilizou-se trechos das entrevistas.

O estudo vincula-se ao projeto matriz: Cuidado multiprofissional a homens e mulheres em situação de violência conjugal - Telemonitoramento em tempos de Covid-19 desenvolvido pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A coleta de dados foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA, sob parecer nº 4.933.325, e da Polícia Militar da Bahia, parecer nº 2.06.2022. Foram seguidos os princípios éticos e bioéticos das resoluções nº 466/2012 (Resolução nº 466, 2012) e 510/2016 (Resolução nº 510, 2016) e cumpridas as normas e critérios de qualidade das diretrizes do *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ).

Resultados

O grupo investigado foi composto de 110 policiais militares, de ambos os sexos, majoritariamente do sexo masculino, com idade entre 20 e 64 anos e com tempo de atuação policial entre 1 e 34 anos. Todos/as se declararam cisgênero, a maioria se autodeclarou de cor parda ou preta, em união estável, praticantes de alguma religião, com formação de nível superior e ocupando posto de soldado.

O quadro de quatro casas (Tabela 1), resultante do processamento de dados para o estímulo indutor “violência doméstica contra a mulher”, foi formulado com um total de 550

palavras, sem omissão de evocações e com média de 50 palavras diferentes. A Ordem Média de Evocação (OME) foi ajustada em 2,97 e a frequência média em 22, sendo suprimidos 16 termos com frequência menor que 13.

Tabela 1 - Estrutura da Representação Social de Policiais Militares para o Estímulo Indutor - violência doméstica contra a mulher. Salvador, Bahia, Brasil, 2022

Frequência (Freq.) Média	Núcleo Central (NC) OME < 2,97		Primeira periferia OME ≥ 2,97			
	Freq.	OME	Freq.	OME		
≥ 23	Machismo	43	2.3	Cultural	36	3.0
	Dependência	31	2.8	incompreensão	30	3.4
	Educação	28	2.8	Submissão	30	3.6
	Desrespeito	27	2.1	psicológica	27	3.4
	Poder	23	2.9	Sociedade	27	3.6
				Álcool	24	3.1
< 23	Zona de contraste OME < 2,97		Segunda periferia OME ≥ 2,97			
	Freq.	OME	Freq.	OME		
	covardia	22	2.2	Financeiro	19	3.0
	família	20	2.6	Injustiças	16	3.1
	agressão	17	2.6	Governo	16	3.5
	violação	14	2.9	impunidade	15	3.1
medo	13	2.7	Filhos	15	3.3	
			Drogas	14	3.4	

Fonte: Dados do estudo, 2022.

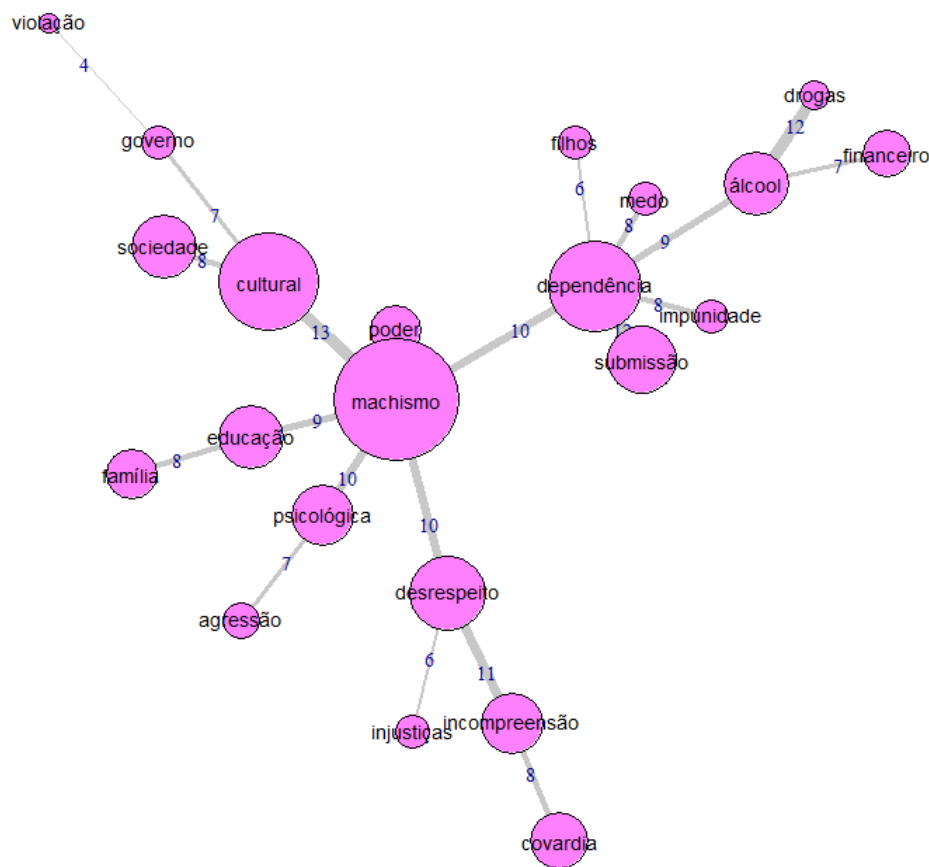
Os 22 termos que formam o quadro de quatro casas (Tabela 1) estão distribuídos de forma igualitária revelando causas, fatores desencadeantes e repercussões da VDCM. No quadrante superior esquerdo (Núcleo Central) estão alocados elementos que obtiveram, ao mesmo tempo, maior frequência e menor ordem média de evocação - aqueles que foram prontamente evocados. Assim, os termos presentes nesse quadrante atribuem causas de ordem cultural, social e de gênero à VDCM e revelam a dimensão imagética e conceitual dessa forma de violência.

Os demais elementos do sistema periférico, distribuídos nos três quadrantes, sustentam as causas atribuídas pelos elementos do núcleo central e acrescentam repercussões, fatores desencadeantes e sentimentos vinculados ao fenômeno da violência contra mulher. Vale

destacar que na zona de contraste o termo “covardia” obteve OME baixa, similar à dos termos que estão no núcleo central, revelando uma dimensão atitudinal da violência.

Configurada com os mesmos dados, a árvore máxima de similitude (Figura 1) estrutura-se em torno de dois termos alocados no núcleo central, sinalizando uma possível centralidade deles para a representação social do grupo investigado sobre a VDCM.

Figura 1 - Árvore Máxima de Similitude das Evocações de Policiais Militares para o E - violência doméstica contra a mulher. Salvador, Bahia, Brasil, 2022



Fonte: Dados do estudo, 2022.

Termos que aparecem no quadro casas (Tabela 1) e que apresentam conexão na árvore máxima de similitude (Figura1) foram contemplados no discurso de participantes que responderam a entrevista, revelando ancoragem no cotidiano dos sujeitos.

A VDCM é uma herança da nossa sociedade patriarcal e do machismo [grifo nosso] que ainda impera no século 21 e muitos homens acreditam na objetificação da mulher e as têm como uma posse, uma propriedade [grifo nosso]. (PM 004, mulher).

A violência doméstica contra a mulher é influenciada pela educação [grifo nosso] familiar devido a construção social do ser humano na infância e vai refletir na sua vida

adulta, principalmente na forma como o homem trata a mulher. [...] se a criança vivencia um ambiente conflituoso, vai reproduzir essa vivência no seu convívio social. (PM 034, homem).

Os atendimentos das ocorrências de violência doméstica ocorrem mais no final de semana porque as pessoas se divertem e o uso de bebida alcoólica [grifo nosso] e outras drogas [grifo nosso] levam ao descontrole e desentendimentos, principalmente entre o casal, dificultando o serviço policial (PM 094, homem, 37 anos).

A VDCM é uma covardia [grifo nosso] porque biologicamente o homem é muito mais forte que a mulher e utiliza disso para praticar a violência física, moral e psicológica [grifo nosso], muitas vezes aproveitando da dependência econômica da mulher. (PM 074, homem).

Devido a insegurança da mulher em vivência de violência doméstica, o suporte da família [grifo nosso] e das instituições são essenciais para encorajá-la a registrar a ocorrência e se afastar do agressor. (PM 025, homem).

A VDCM envolve a dependência financeira [grifo nosso] do companheiro que submete [grifo nosso] a mulher a vários tipos de humilhação. A mulher tem medo [grifo nosso] de não conseguir criar o filho sozinha, por isso não se separa e acaba se submetendo a violência. (PM 077, homem).

Discussão

Considerando que a representação social é sempre de alguém, o indivíduo em seu grupo de pertença, sobre alguma coisa ou fenômeno (Sá, 1998), o contexto sociocultural dos/das policiais militares, a maioria homens, cisgêneros, adultos jovens, soldados negros, nível superior e em convivência conjugal, emergem do conhecimento prático e da resignificação da realidade, e expressam as opiniões, atitudes, crenças e significados atribuídos ao fenômeno da VDCM (Moscovici, 2015; Jodelet, 2017).

Nesse sentido, Moscovici (2015) esclarece que as representações sociais se estruturam nas dimensões do conceito-informação, das atitudes e da imagem-campo de representação. O conceito emerge das informações e conhecimentos partilhados no grupo social, enquanto o campo de representação remete à imagem acerca do objeto, os quais vão orientar a atitude e o comportamento dos indivíduos. Dessa forma, os resultados apontam que para o grupo investigado a violência doméstica contra a mulher está estruturada em elementos que emergem de conceitos e atitudes socioculturais dominadas pelo patriarcalismo que usa do poder para impor a submissão feminina.

O conjunto de elementos que formam o quadro de quatro casas (Tabela 1) revelam que

para os/as policiais militares investigados a VDCM decorre sobretudo do machismo, o qual impõe condições sociais injustas para as mulheres, mantendo-as submissas e dependentes dos companheiros. O machismo tem legitimado relações assimétricas entre homens e mulheres e uma subalternidade que dificulta a autonomia social, política e econômica da mulher (Amir-Ud-Din, et al., 2021; Fernandes & Natividade, 2020). Corroborando, estudo realizado com homens baianos, que experienciaram a prisão após cometerem violência conjugal, revelou o fenômeno como natural e da intimidade do casal, o que confirma a necessidade de reeducação de homens e mulheres quanto às questões de gênero e ressignificação das relações (Gehlen & Cherfem, 2021; Paixão et al., 2018).

Outros agentes sociais como professores do ensino público trazem em suas representações, acerca da violência doméstica que a educação, enquanto fator de transformação cultural, propicia espaço para a autonomia das mulheres e desconstrução do machismo. Nesse sentido, a escola precisa ser integrada à rede de enfrentamento como espaço de discussão sobre as questões de gênero, classe e raça (Lira & Castro, 2020). Ressalte-se que não somente a educação formal, como também a educação familiar, é imprescindível no processo de mudança de comportamento.

Diante dessas experiências, pesquisa sobre as representações sociais de homens agressores simbolizam a violência doméstica como problema que se propaga de geração a geração, sendo constituídas desde a infância e reproduzidas no convívio social, familiar e principalmente na educação dos filhos. Nestas circunstâncias, as representações sociais acerca da prática de violência contra suas parceiras íntimas, simbolizam o homem não se reconhecendo como agressor e culpabilizando a mulher pela violência (Madureira et al., 2020). A naturalização da VDCM precisa ser desconstruída na sociedade para que as pessoas convivam com dignidade e respeito mútuo.

Os elementos da Zona de Contraste (ZC) não contrastam dos demais e surgem da dimensão imagética que emerge do cotidiano policial em lidar com a VDCM. Para os/as participantes, a violência doméstica é representada como um ato de “agressão” e “covardia”. Na atividade policial, a agressão é uma ação a ser combatida pelos mesmos, como uma forma de amenizar conflitos e manter a segurança da população. Assim, pode-se inferir que esses termos estão ancorados nas práticas diárias de intervenção nos conflitos conjugais, principalmente a agressão física, considerada pelo grupo investigado como uma “covardia”. Nos relatos das entrevistas, o termo “covardia” é justificado em função da fragilidade feminina e força do masculino e, apesar de representar o sentimento de preocupação com a mulher, também remete a conceitos machistas.

Diante dos atos de agressão e da violência psicológica contra a mulher, a representação social de policiais militares acerca da violência doméstica está ancorada em sentimentos atribuídos às mulheres e expressos por “medo”, “violação”, “impunidade” e “injustiças”, os quais repercutem em submissão e dependência econômica, que podem contribuir para a permanência das mulheres em relações abusivas. Ressalte-se que o “medo” também é uma constante na vivência de policiais militares e enfrentamento da violência urbana e do risco iminente de morte.

Não somente a violência física, mas a psicológica e moral imprime o ‘medo’, um sentimento que influencia nas atitudes das mulheres em relação aos agressores, retardando a denúncia e a busca por ajuda. Dessa forma, a violência psicológica submete as mulheres a uma agressão sutil que, muitas vezes, passa despercebida por elas e na sociedade porque não é visível, mas que repercute em sérios agravos à saúde mental, os quais dificultam que se reconheçam nessa vivência (Puente-Martinez, 2022; Silva et al., 2022). Diante disso, para incentivar a denúncia e subsidiar a atuação das autoridades policiais e judiciárias, em 2021 foi promulgada a Lei 14.188 que tipifica a violência psicológica (Lei nº 14.188, 2021)

Assim, frente às repercussões do medo na vida das mulheres, os/as participantes objetivam a “família” como o suporte social mais próximo para apoiar e amparar a mulher em situação de violência doméstica. Nesse sentido, as enfermeiras também representam a família como suporte social essencial para a mulher romper o ciclo de violência (Lira & Castro, 2020). No entanto, há famílias alicerçadas no patriarcado que reproduzem e naturalizam as relações desiguais que resultam em violência contra as mulheres (Fernandes & Natividade, 2020).

Para os/as policiais militares, a violência doméstica contra a mulher está ancorada no álcool e/ou outras drogas ilícitas como elementos desencadeadores da VDCM. Estudo meta etnográfico confirmou que o uso de substâncias psicoativas precipita a violência doméstica porque ocasiona dificuldades financeiras e desentendimentos que resultam em várias formas de violência (Gilchrist, et al., 2019). Dessa forma, as falas dos policiais militares sinalizam que no final de semana as chamadas para o atendimento às mulheres são mais frequentes e precisam lidar com o descontrole dos envolvidos, o que dificulta a atuação policial.

Por outro lado, pesquisas realizadas com mulheres nessa vivência evidenciaram que o consumo de álcool e outras drogas funcionam como estratégia de autocontrole por permitir a fuga da realidade e controle diante da violência (Carvalho, et al., 2019). Circunstâncias em que a vítima deixa de acionar os serviços e buscar a ajuda de familiares e amigos, permanecendo expostas aos eventos e agravos à saúde física e mental.

Na segunda periferia (Tabela 1) emergem elementos menos salientes e evocados mais tardiamente, mas que se relacionam às repercussões da violência doméstica na vida das mulheres diante da falta de ação do governo e políticas públicas eficazes. Destaca-se “financeiro” e “filhos” por apontar relação de causalidade com a dependência econômica em relação ao agressor. Segundo os/as participantes, a dependência econômica dificulta o rompimento do ciclo de violência, porque as mulheres preocupadas com as despesas dos filhos não denunciam e não se afastam dos agressores.

A dependência financeira das mulheres em relação aos agressores está associada à permanência ou retomada do relacionamento abusivo, conforme pesquisa realizada no Reino Unido ao identificar que mulheres que trabalham buscam mais pelos serviços institucionais do que as mulheres não têm atividade remunerada (Irving & Liu, 2020). Contudo, a permanência dos filhos em cenários de VDCM repercute em ansiedade, depressão, comportamento agressivo e abuso de substâncias pelos jovens (Kieselbach et al., 2021).

A estrutura das representações sociais a partir das conexões estabelecidas entre os termos evocados ancora a VDCM no machismo, histórico e culturalmente imposto na sociedade e na educação familiar ainda pautada em relações de poder e desrespeito à mulher, que ocasionam violência psicológica e as agressões. Além disso, o machismo se associa com dependência que organiza os elementos que representam a violência doméstica em submissão feminina, medo, impunidade, filhos e financeiro, todos em coocorrência na figura 1. Dessa forma, fica evidente que machismo e dependência exercem certa centralidade e organização das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica como algo estruturante do pensamento social destes.

Considerações finais

A identificação da estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da VDCM revela que para o grupo investigado o fenômeno está ancorado no machismo, como elemento de poder, histórico e culturalmente construído, que ainda mantém predominância nas relações sociais e conjugais estabelecendo dependências e submissão. Vale ressaltar que a maioria do grupo era formado por pessoas do gênero masculino e responsáveis por ações de combate à violência contra mulher.

No conjunto de termos evocados pelo grupo investigado, emergiu a educação como elemento de transformação cultural, desconstrução das relações de poder e indispensável ao desenvolvimento da autonomia feminina. Assim, surge a possibilidade e esperança de mudanças não apenas para as representações sociais sobre a violência, mas sobretudo para o fenômeno em si.

O estudo, embora limitado a um grupo de policiais militares, poderá direcionar ações educativas e políticas públicas para o aperfeiçoamento dos profissionais quanto às questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, pois geralmente são os primeiros a prestar-lhes atendimento, favorecendo a melhoria dos serviços e acolhimento das mulheres com vistas à redução dos agravos à saúde.

A principal lacuna deste estudo diz respeito à limitação em investigar acerca das representações sociais, mas sem aprofundar sobre as influências no comportamento e nas práticas cotidianas do atendimento às mulheres. Desse modo, sugere-se aprofundar acerca da influência dessas representações no atendimento policial e estratégias de melhorias dos serviços.

Referências

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P. & OLIVEIRA, D. C. (Org.), *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (pp.27-38). AB.
- Acosta, D. F., Gomes, V. L. D. O., Oliveira, D. C. D., Marques, S. C., & Fonseca, A. D. D. (2018). Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. *Revista gaúcha de enfermagem*, 39. <https://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.61308>
- Amir-Ud-Din, R., Fatima, S., & Aziz, S. (2021). Is Attitudinal Acceptance of Violence a Risk Factor? An Analysis of Domestic Violence Against Women in Pakistan. *Journal of interpersonal violence*, 36(7-8), NP4514NP4541. <https://doi.org/10.1177/0886260518787809>
- Baragatti, D. Y., Carlos, D. M., Leitão, M. N. da C. L., Ferriani, M. das G. C., & Silva, E. M. (2018). Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2414.3025>
- Bo, L., & Yating, P. (2023). Long-Term Impact of Domestic Violence on Individuals-An Empirical Study Based on Education, Health and Life Satisfaction. *Behavioral sciences (Basel, Switzerland)*, 13(2), 137. <https://doi.org/10.3390/bs13020137>.
- Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, agosto 7). *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. (2021, julho 28). *Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114188.htm
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. *Universidade Federal de Santa Catarina Brasil [internet]. [Santa Catarina]: UFSC*. [tutoriel-portugais-22-11-2018\(iramuteq.org\)](https://www.ufsc.br/portal/pt-br/2018/11/22/tutoriel-portugais-22-11-2018(iramuteq.org))
- Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Campos, L. M., Gomes, N. P., Cunha, K. S. da, Virgens, I. da R., & Erdmann, A. L. (2019). Marital violence context after the maria da penha law: grounded theory study. *Cogitare Enfermagem*, 24. <https://doi.org/10.5380/ce.v24i0.59431>

- Carvalho, M. R. da S., Oliveira, J. F. de, Gomes, N. P., Campos, L. M., Almeida, L. C. G. de, & Santos, L. R. (2019). Estratégias de enfrentamento da violência conjugal: Discurso de mulheres envolvidas com drogas. *Escola Anna Nery*, 23.
<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0291>
- Coutinho, M. P. L., & Do Bú, E. (2017). A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do Software tri-deux-mots (version 5.2). *Revista Campo do Saber*, 3(1), 219-242. <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72/58>
- Correia, C.M., Diniz, N.M.F., Gomes, N.P, Andrade, I. C. S., Campos, L.M., Carneiro, J.B. (2018). Warning signs of suicide in women with history of domestic violence. *Revista eletrônica de saúde mental, álcool e drogas*, 14(3).
<https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/151401>
- Fernandes, N. C., & Natividade, C. dos S. J. da. (2020). A naturalização da violência contra a mulher / The naturalization of violence against women. *Brazilian Journal of Development*, 6(10), 76076–76086. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-145>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. (ed.15). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>
- Gehlen, M. E., & Cherfem, C. O. (2021). Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 18(1),
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244/46593>
- Gilchrist, G., Dennis, F., Radcliffe, P., Henderson, J., Howard, LM e Gadd, D. (2019). A interação entre o uso de substâncias e a perpetração de violência por parceiro íntimo: uma metaetnografia. *Jornal Internacional de Política de Drogas*, 65, 8-23.
<https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.12.009>
- Irving, L., & Liu, B.C.P. (2020). Espancado até a submissão? Uma investigação sobre as estratégias de proteção usadas por sobreviventes de violência doméstica. *Jornal de violência interpessoal*, 35 (1-2), 294-318. <https://doi.org/10.1177/0886260516682520>
- Jodelet D. (2017). *Social Representations and Lifeworlds*. (1 ed.). Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Kieselbach, B., Kress, H., MacMillan, H., & Perneger, T. (2021). Prevalência de exposição na infância à violência por parceiro íntimo e associações com sofrimento mental no Camboja, Malawi e Nigéria: um estudo transversal. *Abuso e negligência infantil*, 104807. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104807>

- Lira, K. F. S. de, & Castro, R. V. de. (2020). Representações sociais dos/as professores/as acerca da violência contra mulher: uma análise estrutural. *PSI UNISC*, 4(2), 7-24. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i2.14940>
- Madureira, A.B., Mantovani, M. de F., Silva, Â.T.M. da, Souza, P.B. de, Ferraz, M.I.R., & Raimondo, M.L. (2020). Representações sociais de homens agressores denunciados por violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0824>
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: Investigação em psicologia social*. (11 ed.). Vozes.
- Pérez-Martínez, V., Sanz-Barbero, B., Ferrer-Cascales, R., Bowes, N., Ayala, A., Sánchez-SanSegundo, M., Jankowiak, B., Wasznska, K. & Vives-Cases, C. (2021). O papel do apoio social no machismo e na aceitação da violência entre adolescentes na Europa: resultados da linha de base do Lights4violence. *Journal of Adolescent Health*, 68 (5), 922-929. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.09.007>
- Paixão, G. P. do N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R. de, Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. da, & Araújo, I. B. de. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 178-184. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>
- Puente-Martinez, A., Ubillos-Landa, S., & Páez-Rovira, D. (2022). Problem-Focused Coping Strategies Used by Victims of Gender Violence Across the Stages of Change. *Violence against women*, 28(14), 3331–3351. <https://doi.org/10.1177/10778012211054866>
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012, dezembro 12). *Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. (2016, abril 7). *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- SÁ, C. P. de. (1998). *Núcleo Central das Representações Sociais*. Vozes.
- Sant’Anna, H. C. (2012). OpenEvoc: Um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. *Psicologia Social: desafios contemporâneos*. Vitória: GM Gráfica e Editora.

https://www.researchgate.net/publication/235430651_openEvoc_UM_PROGRAMA_DE_APOIO_A_PESQUISA_EM_REPRESENTACOES_SOCIAIS

Sardinha, L.M., Giroux, M.M., Stöckl, P.H., Meyer, S.R., García-Moreno, C (2022). Global, regional, and national prevalences estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. *The Lancet*, 399 (10327).

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02664-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7).

Silva, P. R. O., Libório, N. D., de Almeida, M. C., Rocha, T. S., Dourado, F. N., & Amorim, C. F. (2022). Os possíveis impactos psicossociais na mulher diante da violência doméstica. *Research, Society and Development*, 11(10).

<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32666>

SUTO, C. S. S., Paiva, M. S., Porcino, C., Silva, D. de O., Oliveira, J. F. de, & Coelho, E. A. C. (2021). Análise de dados em pesquisa qualitativa: aspectos relacionados a triangulação de resultados. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 10(2), 241–251.

<https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3863>

Wolter, R. (2018). The structural approach to social representations: Bridges between theory and methods. *Psico-USF*, 23, 621-631. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230403>

Vives-Cases, C., & La Parra, D. (2017). Help-Seeking Behavior Among Moroccan, Romanian, and Ecuadorian Women Experiencing Intimate Partner Violence in Spain. *Violence and victims*, 32(4), 754–768.

<https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-14-00157>

ARTIGO 2

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A INFLUÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES DE POLICIAIS MILITARES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES.

DOMESTIC VIOLENCE: THE INFLUENCE OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF MILITARY POLICE IN THE ASSISTANCE TO WOMEN

Aldina de Santana Lago, Mestranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Nadirlene Pereira Gomes, Professora, Doutora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Jeane Freitas de Oliveira, Professora, Doutora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Cleuma Sueli Santos Suto, Professora, Doutora da Universidade Estadual da Bahia.

Ionara da Rocha Virgens, Doutoranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher constitui um problema de saúde e segurança pública complexo que requer a atuação e integração de diversos setores, dentre os quais a polícia militar que atua na prevenção e salvaguarda da integridade física das pessoas. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar os elementos de representação social de policiais militares acerca da violência doméstica que influenciam no atendimento às mulheres. Estudo com abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria das Representações Sociais, realizado com 22 policiais militares de Salvador, Bahia, Brasil, entrevistados entre julho e agosto de 2022. A análise do *corpus* textual das entrevistas foi submetida à Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC) no *software IRaMuTeQ*. A CHD classifica os segmentos de textos das entrevistas por classes de palavras, organizando-as em um dendrograma colorido. As classes de palavras foram categorizadas pela pesquisadora e contextualizadas com os trechos das entrevistas em quatro eixos temáticos: o contexto familiar da violência doméstica; medo do companheiro como impedimento para a busca dos serviços; reconhecimento do machismo e o cotidiano do atendimento das ocorrências. A AFC possibilitou associar o perfil dos/das participantes com as categorias de análise. As representações sociais dos/das policiais militares associaram a violência doméstica ao contexto familiar e ao machismo, e o medo como elemento que dificulta o enfrentamento; no entanto, o machismo também permeia as práticas dos atendimentos às mulheres, conforme relatos das policiais mulheres; os policiais homens e mais jovens buscam atuar de forma imparcial, impessoal, cumprindo a tarefa de conduzir a ocorrência à delegacia. Os achados apontam a necessidade de criação de políticas públicas para a sensibilização e aperfeiçoamento dos profissionais sobre as questões de gênero e (res)significação dos atendimentos às mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência doméstica. Polícia. Representações sociais.

ABSTRACT

Domestic violence against women is a complex public health and safety problem that requires the action and integration of different sectors, including the military police, which acts in preventing and safeguarding people's physical integrity. In this sense, this research aims to identify the elements of social representation of military police officers regarding domestic violence that influence the care given to women. Study with a qualitative approach, based on the Theory of Social Representations, carried out with 22 military police officers from Salvador, Bahia, Brazil, interviewed between July and August 2022. The analysis of the textual corpus of the interviews was submitted to Descending Hierarchical Classification (CHD) and Analysis Correspondence Factor (AFC) in the IRaMuTeQ software. A CHD classifies the text segments of the interviews by word classes, organizing them in a colored dendrogram. The word classes were categorized by the researcher and contextualized with the excerpts from the interviews in four thematic axes: the family context of domestic violence; fear of the partner as an impediment to seeking services; acknowledgment of machismo and the daily routine of dealing with occurrences. The AFC made it possible to associate the profile of the participants with the categories of analysis. The social representations of the military police associated domestic violence with the family context and machismo, and fear as an element that makes coping difficult; however, machismo also permeates the practices of assisting women, as reported by female police officers; the male and younger police officers seek to act impartially, impersonally, carrying out the task of taking the incident to the police station. The findings point to the need to create public policies to raise awareness and improve professionals on gender issues and the (re)signification of assistance to women.

Keywords: Violence against women. Domestic violence. Police. Social representation.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica consiste em um fenômeno sócio-histórico complexo que afeta a população mundial, com grande repercussão para a saúde das mulheres que sofrem agressões perpetradas por parceiros e ex-parceiros íntimos. Nesse contexto, a violência doméstica contra a mulher demanda a articulação intersetorial de vários serviços para o enfrentamento. O primeiro atendimento de urgência às mulheres em vivência de violência doméstica costuma ser feito por policiais militares e as representações sociais, a forma como esses profissionais pensam e entendem esse fenômeno podem influenciar nos atendimentos às mulheres.

Os efeitos da violência doméstica ultrapassam a mulher pois repercutem no núcleo familiar e ocasionam danos à saúde e custos econômicos para toda a sociedade. Nesse contexto, os hematomas, lacerações, fraturas e os danos no campo emocional como o Transtorno do Estresse Pós-Traumático, ansiedade e depressão afetam a autoestima e levam ao isolamento social da mulher. A prevalência de mulheres atingidas em todo planeta é de 27%, segundo levantamento realizado no ano de 2018 (SARDINHA *et al.*, 2022).

Considerando que a violência sofrida pelas mulheres consiste em violação de direitos humanos, a Constituição Federal determina que o Estado “assegurar a assistência à família [...], criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988). Assim, a atuação de serviços integrados e de múltiplas áreas no âmbito da segurança pública, da assistência social, saúde e justiça precisam estar articulados para o atendimento adequado às mulheres, assegurando-lhes os direitos previstos em leis (BRASIL, 2011).

Por via de obrigação constitucional, compete à Polícia Militar por meio do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, salvaguardar a integridade física das pessoas e o seu patrimônio (BRASIL, 1988). Portanto, o que acontece no ambiente doméstico e familiar de violação de direitos repercute na necessidade de atuação policial de modo preventivo, atuação das Rondas e Patrulhas Maria da Penha, ou emergencial mediante acionamento das radiopatrulhas que atuam no policiamento (CAMPOS, 2019).

Diferentemente do efetivo das Rondas e Patrulhas Maria da Penha, os/as policiais militares realizam o atendimento emergencial às mulheres em vivência de violência doméstica, em meio às diversas ocorrências de violência expressos por roubos, latrocínios, homicídios, tráfico de drogas, entre outros. Contudo, espera-se que esses profissionais compreendam e estejam preparados para atuar de forma diferenciada, diante o contexto familiar e especificidades de uma violência complexa pelos vínculos e dependências afetivas e econômicas.

O acionamento das radiopatrulhas da polícia militar para o atendimento de ocorrências de violência doméstica ocorre pela central de emergência policial (190), diretamente a guarnição de ronda ou por meio de ligação telefônica para a unidade policial territorial. Nesse sentido, os números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) apontam que em 2021 foram 619.353 chamadas para a central 190, aumento de 4% em relação ao ano anterior, 230.861 registros de agressões e 1.341 mortes por feminicídio. Os números, sempre ascendentes, ainda não denotam a realidade de desproteção e insegurança vivida pelas mulheres.

Destaca-se que a Lei Maria da Penha (LMP) não esclarece sobre a atuação da Polícia Militar nesse cenário e, na maioria das vezes são os primeiros profissionais acionados para intervir de forma emergencial nos conflitos, restando o entendimento que a autoridade policial deve garantir os direitos e a proteção das pessoas (BRASIL, 2006, CAMPOS, 2019). Nesse sentido, os/as policiais realizam a condução do casal ou da mulher à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) para o registro da ocorrência e demais providências, salvo os casos em que as lesões demandam atendimento médico, encaminhados prioritariamente à unidade de saúde, onde será prestado o atendimento por outros profissionais da rede de atendimento.

No entanto, o quantitativo de DEAMs ainda é insuficiente para atender as mulheres que demandam pelo serviço policial, apenas 7,5% dos municípios brasileiros tinham delegacias especializadas até o ano de 2019 (IBGE, 2021). Dessa forma, o atendimento especializado, o acolhimento e o encaminhamento adequado podem ser comprometidos e influenciar as decisões das vítimas, agressores e dos responsáveis por garantir a proteção e segurança das mulheres, encaminhadas à delegacia territorial.

Arelado aos serviços, têm-se os profissionais e a influência da cultura patriarcal reproduzindo comportamentos e tratamentos indesejados às mulheres (GOMES, *et al.*, 2020). Dessa forma, o estudo das representações sociais construídas nas interações sociais e práticas cotidianas de policiais militares poderá contribuir para identificar como ocorrem os atendimentos das ocorrências de violência doméstica. Ademais, é uma instituição formada majoritariamente por homens, os dados apontam que representam mais de 85% do efetivo total das polícias civil e militar do Brasil (IBGE, 2021).

Nessa perspectiva, a Teoria das Representações Sociais por permitir acessar as opiniões, crenças e valores acerca dos fenômenos, poderá trazer à tona os elementos de representações sociais dos/das policiais militares acerca da violência doméstica ou da mulher a partir das experiências práticas com os atendimentos e encaminhamentos na rede de proteção. O convívio

social permeado de opressão, machismo e sexismo, que estruturam o comportamento dos indivíduos e a formação militar podem interferir na atuação destes profissionais diante de um problema social e de saúde pública complexo. Sendo assim, o objetivo do estudo é identificar as influências das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica no atendimento às mulheres.

MÉTODO

Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS) e utilização de ferramentas que auxiliam a visualização gráfica das análises dos resultados. As representações sociais surgem do conhecimento prático do senso comum construído nas dimensões conceituais e imagéticas acerca do objeto, os quais orientam as atitudes dos indivíduos no grupo de pertença. (MOSCOVICI, 2015). Assim sendo, a TRS configura-se como aporte teórico metodológico, porque valoriza os saberes do cotidiano e a subjetividade dos indivíduos (MORAES; SILVA BRÊTAS, 2018).

A pesquisa foi realizada em uma unidade operacional da Polícia Militar da cidade de Salvador, Bahia, Brasil com 110 participantes, para este recorte, participaram da técnica de entrevista 22 policiais. A cidade de Salvador é dividida em 28 áreas operacionais, cada área está sob a responsabilidade de uma unidade policial, apoiada por viaturas de policiamento especializado. A unidade selecionada apresentou o maior número de chamadas para atendimento de violência doméstica contra a mulher no ano de 2021, direcionadas pela Central 190, o que implica que diariamente os/as participantes vivenciam o encaminhamento dos registros das ocorrências na DEAM.

Os 22 participantes, militares homens e mulheres, foram abordados de forma aleatória e se buscou envolver policiais de diversas funções hierárquicas, idade e identidade de gênero como variáveis de importância para a análise. Como critério de inclusão, adotou-se tempo de serviço policial superior a um ano, sendo excluídos da investigação aqueles/as que estavam atuando exclusivamente em atividades administrativas por mais de dez anos, por estarem desatualizados das práticas de atendimento às mulheres.

O instrumento de coleta de dados constou de questionário para caracterização do perfil social e profissional dos/das participantes e entrevista guiada por roteiro semiestruturado com questões norteadoras sobre a violência doméstica contra a mulher e os atendimentos dessas ocorrências. A abordagem dos/das policiais se deu antes do início das atividades e saída da viatura para o serviço de ronda, pela pesquisadora nos meses de julho e agosto de 2022, em sala

reservada da unidade policial, enquanto o efetivo do serviço administrativo foi entrevistado no intervalo do expediente.

Os depoimentos foram gravados em aplicativo de celular *smartphone* e transcritos na íntegra para formatação do *corpus* e realização da análise. Os/as participantes foram esclarecidos sobre o estudo, o caráter voluntário e sigilo das informações mediante identificação por código numérico e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em todas as fases da pesquisa foram respeitados os princípios éticos e bioéticos das resoluções nº 466 (BRASIL, 2012) e 510 (BRASIL, 2016) e cumpridas as normas e critérios de qualidade das diretrizes do *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ).

O processamento dos dados se deu com o auxílio do *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ)* versão 0.7 alpha 2. *Software* de fonte aberta e gratuita, ancorado no programa *R* e na linguagem de programação *python*, desenvolvido por *Pierre Ratinaud*, utilizado para análises de conteúdos e lexicográficas (CAMARGO; JUSTO, 2018; SUTO *et al.*, 2021).

O *corpus* textual das entrevistas foi transcrito na íntegra no *OpenWrite* e processado no *software Iramuteq* para a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Para o preparo do *corpus* textual o conteúdo de cada entrevista foi transcrito e separado por linhas de comandos (asteriscos). Em cada linha de comando foram inseridos os comandos e a codificação das variáveis de interesse (tempo de atuação policial, sexo, idade, conjugalidade, posto de trabalho), separadas por asteriscos (**** *n_008 *sex_1) para cada Unidade de Contexto Inicial - UCI (CAMARGO; JUSTO, 2018).

A CHD é uma modalidade de análise que classifica os textos das entrevistas por classes de palavras, em função da semelhança dos vocábulos organizando-os em um dendrograma. Essa análise, inicia-se pela lematização para redução do quantitativo de palavras, cálculo da frequência média e do número de *hapax* (palavras com frequência um). A separação do grupo de palavras no dendrograma (Figura 1) foi organizada em 5 classes descritas em quatro categorias de análise contextualizadas com os trechos das entrevistas (CAMARGO; JUSTO, 2018; SUTO *et al.*, 2021). A análise e nomeação das categorias foi realizada pela pesquisadora em conformidade com os depoimentos dos/das policiais militares e o objeto de estudo.

Para a CHD e AFC, 22 unidades de textos (entrevistas) foram processadas no *IRaMuTeQ*, o qual dividiu o *corpus* em 116 segmentos de textos, contendo 362 termos *hapax* (distintos). Com aproveitamento de 81,03% dos segmentos de textos, onde os termos com frequência maior ou igual a 10 foram considerados para análise, se utilizando do critério estabelecido no cálculo do qui-quadrado (χ^2) decorrente da maior força associativa entre os

termos que compuseram as classes da CHD ao considerar apenas os termos com $p \leq 0,001$. Por meio da AFC (Figura 2) foi possível observar os subgrupos de policiais, agrupados pelas variáveis de identificação e suas contribuições para configuração de cada classe (CAMARGO; JUSTO, 2018).

O estudo vincula-se ao projeto matriz: Cuidado multiprofissional a homens e mulheres em situação de violência conjugal - Telemonitoramento em tempos de Covid-19 desenvolvido pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A coleta de dados foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA, sob parecer nº 4.933.325, CAEE nº 50088120800005531, e da Polícia Militar da Bahia, parecer nº 2062022.

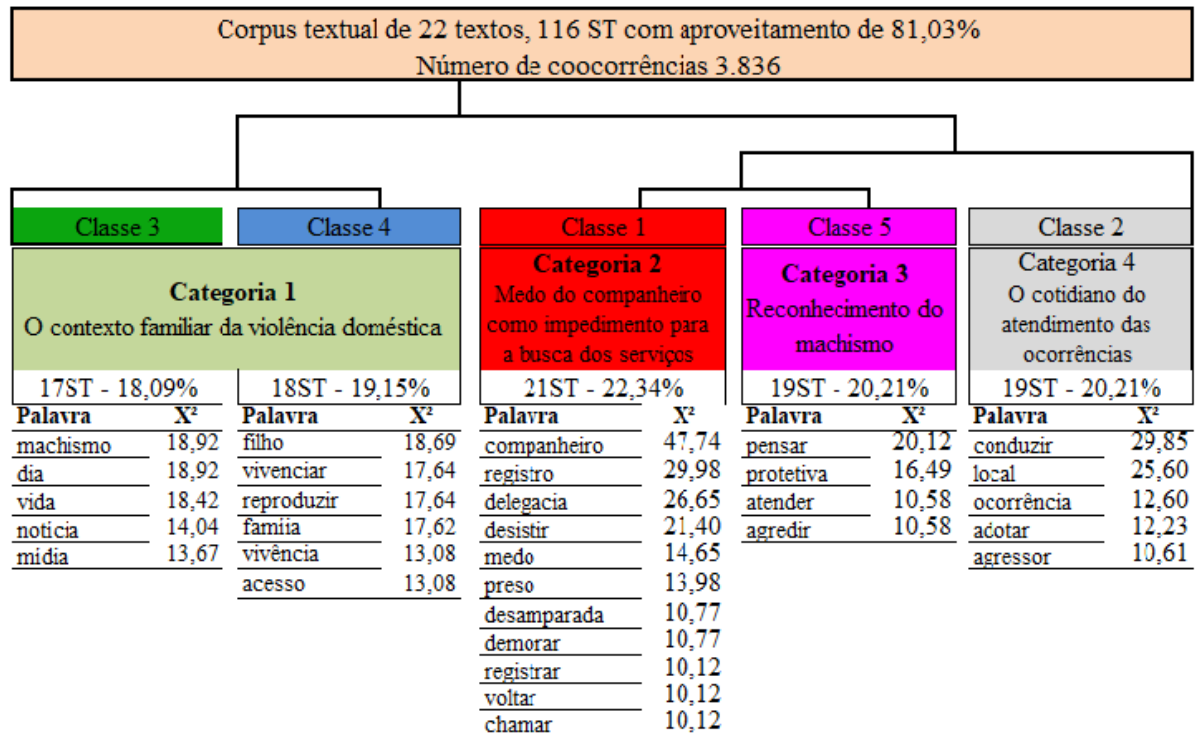
RESULTADOS

Participaram da pesquisa 22 policiais militares, a maioria homens, todos/as se declararam cisgêneros, com idade entre 28 e 54 anos, em união estável. A maioria dos participantes se autodeclarou de cor parda ou preta (negros), formação superior, ocupando o posto de praça (soldado, cabo, sargento ou subtenente) e atuação na área de segurança pública entre 6 e 30 anos.

Após a configuração gráfica da análise do *corpus* textual das entrevistas pelo *software* com a distribuição do grupo de palavras em cada uma das classes foi realizada a nomeação das quatro categorias de análise, relacionando-as com o objeto da pesquisa (Figura 1).

A distribuição das classes na CHD se deu em quatro partições ou eixos temáticos: o primeiro contemplado por duas classes de palavras que identificam o contexto familiar da violência doméstica; o segundo, destaca o medo do companheiro como impedimento para a busca dos serviços; o terceiro, contextualiza o reconhecimento do machismo; e o quarto eixo, associado aos dois anteriores, apresenta o cotidiano dos atendimentos das ocorrências de violência doméstica baseado em condutas formais.

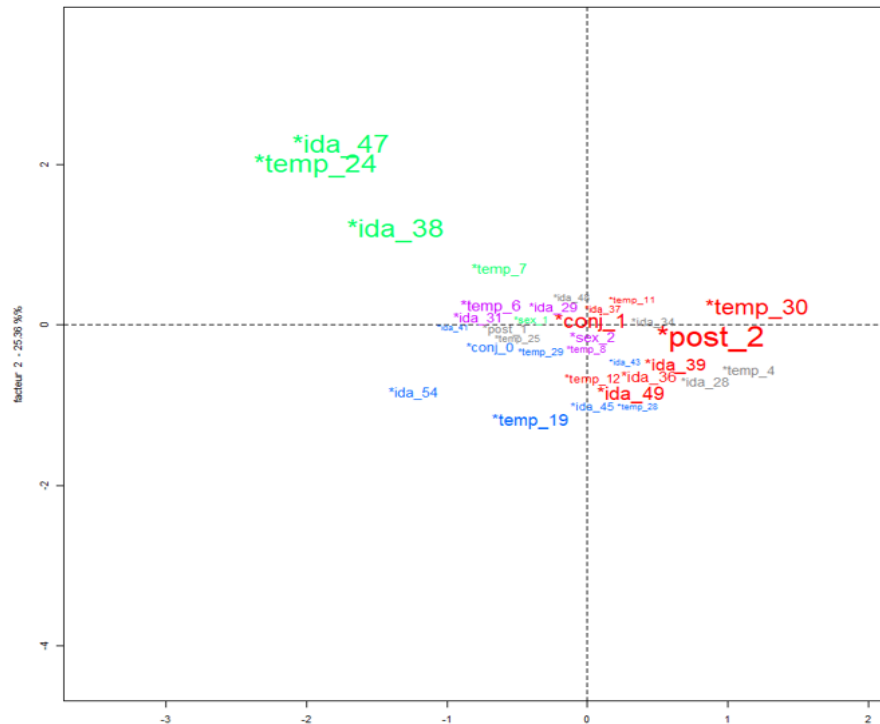
Figura 1 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Salvador, Bahia, Brasil, 2023.



Fonte: Elaboração das autoras a partir da CHD gerada no Iramuteq. Dados da pesquisa de mestrado (2023). Violência doméstica: um estudo de representações sociais com policiais militares.

A análise do *corpus* textual das entrevistas também resultou em um gráfico da AFC (Figura 2) por meio do qual foi possível observar os subgrupos de policiais, agrupados pelas variáveis do perfil socioprofissional, e suas contribuições na configuração de cada categoria que se conformou na CHD (Figura 1), importante para auxiliar na identificação das influências da RS nos atendimentos às mulheres.

Figura 2 - Análise Fatorial de Correspondência. Salvador, Bahia, Brasil, 2023.



Fonte: Iramuteq. Dados da pesquisa de mestrado. Violência doméstica contra a mulher: um estudo de representações sociais com policiais militares. 2023.

Assim, por meio da AFC (Figura 2) as variáveis que mais se aproximam do ponto zero, ponto de intersecção com as duas linhas, revelam que estas perpassam as falas da maioria dos participantes do estudo, configurada pelos elementos da classe 5 (reconhecimento do machismo) e apontam serem falas advindas das participantes mulheres (sex_2), adultas jovens, e dos oficiais (post_2). A classe 1, que aborda o medo que as mulheres sentem de seus companheiros, foi atravessada pelas falas dos policiais casados (conj_1) e com mais tempo no serviço policial (temp_30) e idade (ida_39; ida_40). Já a preocupação com o contexto familiar durante suas ações (classe 3 e 4) foi uma característica presente nas falas de todos os policiais. Os policiais mais jovens (ida_28) e menos tempo de atividade (temp_4), contribuiram mais para organização da classe 2 onde a importância de cumprir as “tarefas” foi o elemento mais abordado.

Categoria 1: O contexto familiar da violência doméstica.

Essa categoria, constitui-se das classes 3 e 4 e comportou vocábulos que ancoraram a violência doméstica contra a mulher ao contexto familiar e no machismo, enquanto a principal causa das violações que são noticiadas todos os dias na mídia e perpassam as falas dos/das participantes. Contemplados pelos vocábulos: “machismo”, conforme aponta a classe 3 e “filho,

vivenciar, reproduzir, família e vivência” identificados na classe 4, revelam que essa forma de violência afeta toda a família, principalmente os/as filhos/as que tendem a reproduzir o mesmo comportamento dos pais em seus relacionamentos íntimos.

A violência doméstica contra a mulher ocorre devido ao **machismo** para determinação de poder colocando a mulher em posição de inferioridade e submissão ao homem. Toda essa resistência cultural desencadeia episódios de violência doméstica. (PM 022, homem, 49 anos).

A violência doméstica contra a mulher é complexa e muito grave, porque não envolve somente o casal, atinge a **família e os filhos**, desestabilizando-os emocionalmente e prejudicando a mulher em vários aspectos. (PM 010, homem, 48 anos).

A violência doméstica contra a mulher está associada às relações familiares, dessa forma as crianças que convivem com essa violência na família poderão **reproduzir** na fase adulta em suas relações, porque o filho é o espelho dos pais e da sociedade. (PM 034, homem, 38 anos).

Categoria 2: O medo do companheiro como impedimento para a busca dos serviços.

Os termos dessa categoria estão separados na classe 3: “companheiro, registro, delegacia, desistir, medo, preso, chamar” e os depoimentos dos/das participantes destacou o “medo” como elemento que dificulta o enfrentamento da violência pelas mulheres. Vale destacar que essa classe foi atravessada pelas falas de policiais em união conjugal e com mais tempo de serviço. Revelando, assim, nas práticas diárias do grupo investigado, quão perceptível é para os policiais o “medo” que as mulheres demonstram do companheiro e a preocupação com o sustento dos filhos, como elementos que dificultam a decisão pela denúncia das agressões sofridas.

A mulher desiste de fazer o registro na delegacia, porque tem **medo** de que o companheiro fique preso e, ao retornar para casa, as agressões fiquem mais graves. (PM 062, homem, 36 anos).

[...] a mulher tem **medo** de registrar a ocorrência de violência na DEAM, porque depende financeiramente do companheiro e tem as **despesas dos filhos**. [...]. Por medo, chama a polícia naquele momento das agressões, mas o companheiro vai voltar e ela vai passar pela violência novamente. É um ciclo! (PM 007, mulher, 34 anos).

Categoria 3: Reconhecimento do machismo

Essa categoria foi constituída pelos termos apontados na classe 5 e ancorou o atendimento às mulheres em termos que objetivam pensamentos e construções machistas em relação às mulheres e a vivência de violência doméstica: “pensar, protetiva, atender e agredir”. Estes elementos foram contextualizados nos relatos das policiais adultas jovens,

principalmente, e dos oficiais, e retratam os estereótipos sociais e preconceitos em relação às mulheres.

Os policiais das unidades operacionais não são capacitados para o atendimento de violência doméstica. Eles vão atender a ocorrência **pensando que a mulher está errada ou gosta de ser agredida**. Essas situações deveriam ser atendidas pela ORMP, mas esse serviço só acompanha as mulheres com Medida **Protetiva** de Urgência (MPU). A maioria das ocorrências que atendemos ocorre **banalização** dos colegas (policiais homens), muitas vezes preferem resolver no local, por causa da demora do registro na DEAM. (PM 066, mulher, 31 anos).

O atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher é difícil, porque somos minoria quando é uma mulher que vai atender a ocorrência e se coloca no lugar da outra mulher, mas a maioria dos policiais são homens e **pensam que briga de marido e mulher não se mete a colher**. (PM 004, mulher, 39 anos).

O atendimento das ocorrências de violência doméstica numa corporação com 90% do efetivo masculino **ocorre sem empatia, com descrédito e culpabilização da mulher**. Isso por causa do machismo! (PM 022, homem, 49 anos).

Categoria 4: O cotidiano no atendimento das ocorrências de violência doméstica

Os vocábulos que integram essa categoria identificados pelos termos da classe 2: “conduzir, local, ocorrência e adotar”, designam as condutas formais realizadas rotineiramente pela maioria dos policiais que adotam uma abordagem técnica assim como em relação às demais ocorrências de condução à delegacia. Os discursos dos policiais mais jovens parecem mais carregados de pragmatismo e hierarquização do “fazer” nas ocorrências de violência doméstica.

Quando atendo uma chamada não costumo resolver no local, faço a **condução do casal à DEAM** para o registro da ocorrência. Fico preocupada de quando a polícia sair, o agressor voltar a agredir a mulher, podendo ocorrer um feminicídio (PM 004, mulher, 39 anos).

Nos atendimentos de violência doméstica contra a mulher, procuro não absorver os fatos. Alguns policiais se emocionam e querem dar razão à mulher. Como policial, temos que **ser imparciais, dar o apoio e orientá-las**. (PM 021, homem, 38 anos).

No atendimento das ocorrências de violência doméstica **tento não levar para o pessoal** o que é muito difícil, porque eu acho uma covardia. Na maioria das vezes quando chegamos para o atendimento o agressor já saiu do local para não ser preso (PM 007, mulher, 34 anos).

DISCUSSÃO

Esta pesquisa demonstra que os/as policiais militares associam a violência doméstica ao contexto familiar e ao machismo, e reconhecem o medo das mulheres expostas a sofrer

represálias do companheiro ao denunciá-lo, como elemento presente a ser valorizado durante os atendimentos das ocorrências. Assim, os atendimentos realizados pelos policiais, influenciados pelas representações negativas do machismo, utilizam de uma abordagem técnica apesar de considerarem a autonomia das mulheres e especificidades dessa forma de violência.

Os elementos constitutivos da primeira categoria do dendrograma (CHD) formados pelas classes 3 e 4 (Figura 1) associaram a violência doméstica ao contexto familiar ancorada no “machismo” como elemento que influencia as relações familiares e sociais. Segundo as falas dos/das participantes, há uma compreensão de que no machismo o homem entende a mulher como uma propriedade, exercendo poder e impondo relações assimétricas que precipitam os desentendimentos e as agressões físicas.

Coadunando, pesquisa realizada sobre as representações sociais dos profissionais da rede de enfrentamento do sertão pernambucano em relação à violência doméstica apontou o machismo entre as causas, principalmente para o grupo de policiais que entendem e representam essa violência como agressão e covardia contra a mulher (LIRA, 2021). Essas representações sociais podem influenciar de forma protetiva o atendimento dispensado às mulheres que vivenciam a violência doméstica.

Associar a violência doméstica ao machismo demonstra que os/as policiais entendem que essa violência ocorre devido às desigualdades que são impostas socialmente às mulheres para manutenção do poder masculino. Dessa forma, espera-se que compreendam o contexto e adotem posturas seguras e de acolhimento das demandas femininas, de forma a não naturalizar essa violência. No entanto, o “machismo” ao tempo que é representado como a principal causa da violência doméstica não deixa de permear os pensamentos e comportamentos dos indivíduos sociais e pode influenciar o atendimento às mulheres, ocasionando mais desrespeito e revitimização, conforme sinalizam alguns estudos (GOES, 2019; GOMES, *et al.*, 2020; SANTOS; ROMAGNOLI, 2017).

Observa-se na AFC (figura 2) uma preocupação com o contexto familiar, visto que o grupo de policiais militares, principalmente os de mais idade e tempo de serviço, reconhece que a violência afeta toda a família. Conforme a TRS, essas representações sociais emergem das reflexões e das experiências dos atendimentos das chamadas de violência doméstica, assim como das relações pessoais ao longo da vida.

Considerando que a cultura do patriarcado influencia as relações intrafamiliares, nesta mesma categoria, a classe 4 por meio dos vocábulos “filho, vivenciar, reproduzir, família e vivência”, contextualiza que a violência doméstica atinge toda a relação familiar e, principalmente, os filhos. De modo que, para o grupo investigado, os filhos e filhas que

vivenciam essas práticas tendem a replicá-las em seus relacionamentos íntimos na fase adulta. Dessa forma, o contexto da violência vai se reproduzindo nas gerações, porque o homem pensa que pode dominar a mulher e, meninas e meninos crescem em vivências desiguais e de opressão. (ARBOIT; MELLO PADOIN, 2022).

Diante das dificuldades ainda enfrentadas pelas mulheres para exercerem a sua autonomia, a Organização das Nações Unidas (2015) propôs como objetivo 5 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, a igualdade de gênero para o empoderamento de mulheres e meninas. Pois as desigualdades sociais ao longo da história impossibilitaram as mulheres o acesso à educação, profissionalização, salários justos, exceto os casos em que, com muita luta, conseguiram romper essas barreiras. Condições que ainda influenciam a autonomia e independência financeira feminina (FERNANDEZ, 2019).

Pesquisa Nacional de Saúde realizada com mulheres peruanas com idade entre 15 e 49 anos apontou a prevalência de 40,1% de violência por parceiro íntimo em mulheres com baixo nível de autonomia (BARRÓN-LOZADA, *et al.*, 2022). Situação que potencializa a dependência financeira, o medo e a permanência em relações abusivas.

Nesse contexto, a segunda categoria ancorada pelos vocábulos da classe 1: “companheiro, registro, delegacia, desistir, medo, preso”, emergiu das experiências práticas do atendimento das ocorrências que identificam sentimentos e atitudes das mulheres em relação aos agressores. Nos relatos dos/das policiais, o medo retarda a busca dos serviços e faz a mulher desistir do registro na delegacia, situação apontada principalmente por policiais casados e com mais tempo na função policial (figura 2).

Os/as policiais que possuem mais tempo na atividade e atuam em áreas de vulnerabilidade, no atendimento cotidiano das ocorrências de violência doméstica, relatam que a violência se repete na mesma família: “*É um ciclo!*”. Isso ocorre devido a fatores socioculturais e econômicos que extrapolam a responsabilidade policial. Nos trechos das entrevistas, os policiais relatam que mesmo o agressor ficando preso, quando retorna para casa continua com as agressões.

Estudo realizado com quatro mulheres negras do Sul da Bahia, vítimas de violência doméstica, apontou que elas sentem medo das agressões, medo dos familiares, amigos e filhos se envolverem para defendê-las e serem agredidos, medo pelo sustento dos filhos e delas próprias. Nesse estudo a intersecção dos marcadores sociais raça/cor, classe e gênero dificulta o enfrentamento da violência doméstica, principalmente pelas mulheres pretas (GOES, 2019). As vulnerabilidades sociais, por vezes invisibilizadas socialmente, associadas aos conceitos e

imagens acerca da violência doméstica influenciam nos atendimentos às mulheres e encaminhamentos na rede de proteção pelos profissionais.

Diante da insegurança e medo, mulheres negam a agressão sofrida ou desistem do registro da ocorrência, mesmo com a chegada da força policial, o que dificulta a adoção das medidas legais, salvo os casos de flagrante delito das agressões ou que possam ser comprovados por testemunha ou laudos médicos e periciais que justifiquem a prisão do agressor, conforme prevê a Lei 11.340 (BRASIL, 2006). Esse contexto vivenciado diariamente por policiais militares, pouco sensibilizados quanto às questões de gênero, influenciam os pensamentos, julgamentos e comportamentos em relação as mulheres que permanecem vivenciando a violência,

Dessas experiências emergiu a terceira categoria denominada reconhecimento do machismo identificada a partir do grupo de palavras da classe 5, “pensar, protetiva, atender e agredir” e nas falas, revela que os atendimentos às mulheres são permeados por preconceitos e julgamentos. Segundo os relatos, principalmente das policiais: ocorre banalização da violência; os policiais preferem não conduzir à delegacia; alguns deles entendem como um problema do âmbito privado; ou culpabilizam a mulher. Tais elementos representacionais das policiais mulheres apontam a importância e envolvimento sensível em suas práticas, decorrente da identificação com o mesmo sexo.

Nesse sentido, a AFC (figura 2) coaduna que há o reconhecimento das policiais adultas jovens e dos oficiais responsáveis pela orientação e supervisão do policiamento que o machismo permeia as práticas dos atendimentos às mulheres realizados pelos policiais homens. Dessa forma, as policiais mulheres observam e relatam que o atendimento e tratamento às mulheres são marcados por preconceitos e julgamentos, que não podem ser aceitos ou minimizados.

Pesquisa realizada sobre as representações sociais de mulheres atendidas pelos serviços do Núcleo de Atendimento à Mulher e na DEAM de um município baiano apontou entre os termos mais salientes que elas buscaram por apoio, proteção, aplicação da Lei e punição dos agressores. No entanto, se deparam com tratamentos objetivados em: constrangimento, demora e pouca resolução. Para as autoras, as representações sociais das mulheres sugerem medo e insegurança diante de serviços policiais inadequados e que vitimizam as mulheres (GOMES, *et al.*, 2020).

Não somente os/as agentes de segurança pública, mas estudo sobre as representações sociais de profissionais da Atenção Primária em Saúde, a maioria mulheres, emergiu núcleos de sentidos que apontam banalização e naturalização, ancoradas em questões de gênero que inferiorizam e culpabilizam a mulher. Essas representações sociais sinalizam uma aceitação da

violência e falta de atuação de agentes que têm a obrigação de intervir para assegurar a promoção e proteção à saúde das mulheres, mas que se mantém omissos diante um problema grave e com repercussão mundial (SANTOS, 2018).

Observa-se que a atuação dos profissionais, a falta de acolhimento e encaminhamento adequado da mulher na rede de proteção repercute em medo de pedir ajuda e de denunciar o agressor. Diante disso, a mulher permanece em vivência de violência doméstica e a subnotificação dos casos de violências aumenta os riscos e agravos à saúde com sérios danos à saúde física e emocional da mulher e dos filhos (KIESELBACH, *et al.*, 2021; CARNEIRO, *et al.*, 2021).

Estudo realizado com 10 mulheres em vivência de violência doméstica de um município brasileiro sobre a rota crítica até o Centro de Referência, revelou que elas passaram por vários serviços fragmentados (policial, jurídico, saúde e social) até chegarem ao Centro de Referência. Somado a integração deficiente da rede, os profissionais carecem de capacitação para um atendimento acolhedor, ético e com conhecimento técnico para orientar as mulheres (BARAGATTI, *et al.*, 2018).

No entanto, não podemos generalizar negativamente os atendimentos às mulheres, mas sinalizar que ocorre certo despreparo policial no atendimento das ocorrências de violência doméstica, assim como ocorre com outros profissionais. Nesse sentido, a necessidade de capacitação coaduna com estudo realizado nos Estados Unidos que evidenciou os efeitos do direcionamento dos recursos para a ampliação dos serviços e capacitação do efetivo policial acerca da violência doméstica, antes entendida como da relação privada, como forma de aumentar as denúncias e reduzir as agressões e agravos à saúde das mulheres (JENNINGS; POWERS; PEREZ, 2021).

Observa-se que os elementos constitutivos da categoria 4, expressos pelos termos da classe 2 “conduzir, local, ocorrência, adotar”, designam o cotidiano dos atendimentos das ocorrências de violência doméstica e as condutas adotadas por policiais militares, conforme preconizado na LMP. Os depoimentos dos participantes relatam preocupação com a integridade física e a atuação da segurança pública para salvaguardar a vida das mulheres e conduzir a autoridade policial designada para a adoção das medidas de proteção.

Diante dos cenários de violência, os agentes de segurança entendem que devem agir com imparcialidade e impessoalidade para conduzir a mulher ao serviço de saúde e o agressor à delegacia, sem extrapolar o dever policial. Na figura 2, a AFC identificou que essas representações emergiram dos policiais mais jovens e, portanto, com menos tempo de atuação

nos atendimentos das ocorrências de violência doméstica e mais preocupados em adotar a conduta correta.

Nesse sentido, Campos (2019) apresenta proposta de protocolos para padronização dos atendimentos, com base em procedimentos legais que salvaguarda a segurança jurídica da atuação policial militar, das vítimas e agressores. Atrelado aos protocolos, a capacitação dos profissionais e sensibilização sobre a complexidade desse serviço, diferente das demais ocorrências. Além disso, faz-se necessário o envolvimento das instituições policiais na mesa de debates e discussões sobre um fenômeno de grande repercussão mundial e, que nos últimos anos tem se mostrado com mais evidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher constitui objeto de estudo em saúde e esta pesquisa possibilita ampliar o campo de atuação para outros setores da rede de atendimento, a exemplo da polícia militar, responsável pela prevenção da violência e, conseqüentemente, dos danos ocasionados pelas agressões físicas e psicológicas. Nesse sentido, o estudo poderá direcionar a criação de políticas públicas mais abrangentes e de melhoria dos serviços.

A pesquisa permitiu constatar que as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica ancoradas em machismo e nas relações familiares influenciam na forma como os atendimentos às mulheres são realizados. Os/as participantes entendem o machismo como a principal causa da violência doméstica contra a mulher, mas as práticas dos atendimentos estão permeadas por preconceitos e comentários de recriminação à mulher.

No conjunto dos depoimentos do grupo investigado, emergiu práticas que buscam um afastamento do machismo, da imparcialidade e da impessoalidade, apreendidas ao longo dos anos do exercício profissional e como características das policiais do sexo feminino, mas sensíveis ao fenômeno. No entanto, prevalece a necessidade de implementação de estratégias que possibilitem às mulheres um atendimento mais acolhedor e atencioso por todo o efetivo policial. Nesse sentido, propostas de implantação de protocolos para um atendimento padronizado e capacitação dos agentes de segurança quanto às questões de gênero e as especificidades da violência doméstica são imprescindíveis.

Embora limitado a um grupo de policiais militares, o estudo poderá direcionar ações educativas e políticas públicas para o aperfeiçoamento dos profissionais quanto às questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, considerando a importância desses profissionais como os primeiros a prestar atendimento, favorecendo a decisão pela denúncia dos agressores e a redução dos agravos à saúde das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ARBOIT, Jaqueline; MELLO PADOIN, Stela Maris de. Driving Factors and Actions Taken by Women to Confront Violence: qualitative research based on art. **Journal of interpersonal violence**, v. 37, n. 1-2, p. 102-123, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886260520907366>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- BARAGATTI, Daniella Yamada; ROLIM, Ana Carine Arruda; CASTRO, Cristiane Pereira de; MELO, Marcio Cristiano de; SILVA, Eliete Maria. La ruta crítica que recorren las mujeres en situación de violencia: revisión integradora. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 43, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC6438411&blobtype=pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BARÓN-LOZADA, Francisco A; BASUALDO-MELÉNDEZ, Gianfranco W; VARGAS-FERNÁNDEZ, Rodrigo; HERNÁNDEZ-VÁSQUEZ Akram; BENDEZU-QUISPE Guido. Women's Autonomy and Intimate Partner Violence in Peru: Analysis of a National Health Survey. **Int J Environ Res Public Health**. 19(21):14373. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/ijerph> Acesso em: 03 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, 2006. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Que trata de pesquisas e testes em seres humanos e atualiza a Resolução 196. Brasília, DF.. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 07 de abril de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso 30 nov. 2019.
- BRASIL. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria de políticas para as mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 10 set. 2019.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC. Brasil. 2018. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>. Acesso em 13 jul. 2021.
- CAMPOS, Sandro Roberto. Uma sugestão de protocolo de atendimento de ocorrências policiais de violência doméstica contra a mulher pelas polícias militares do Brasil. **Revista**

Ciência & Polícia, 5(1), 54-83, 2019. Disponível em:

<https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/view/77>. Acesso em 15 mai. 2023.

CARNEIRO, Jordana Brock; GOMES, Nadirlene Pereira; ALMEIDA, Lílian Conceição; CAMPOS, Luana Moura; MAGALHÃES, Júlia Renata; LÍRIO, Josinete Gonçalves; VIRGENS, Ionara Rocha das; COSTA, Dália Souza Gonçalves. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. **Acta Paul Enferm.** v. 34, p. eAPE001555, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/JFBjNpZSCSHncNpMRqZ9SZJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mai. 2023.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951/8501>. Acesso em 24 jun. 2023.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. ISSN 1983-7364, ano 15, 2022. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 04 fev. 2023.

GOES, Eva Dayane Almeida de. A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 5 (11), p. 23627–23645, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n11-069>. Acesso em 04 fev. 2023.

GOMES, Iracema Costa Ribeiro; LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho; RODRIGUES, Vanda Palmarella; VILELA, Alba Benemérita Alves. Representaciones sociales de las mujeres en relación con la asistencia policial proporcionada en situaciones de violencia doméstica. **Revista Enfermería Actual en Costa Rica**, n. 39, p. 8, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7838681> Acesso em: Acesso em 04 fev. 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Estatísticas de Gênero. Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. 2 ed., n.38, 2021. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em: 14 mai. 2023.

JENNINGS, Wesley G.; POWERS, Ráchel A.; PEREZ, Nicholas M. A Review of the Effects of the Violence Against Women Act on Law Enforcement. **Violence Against Women**, v. 27(1), 69–83, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801220949694>. Acesso em 04 fev. 2023.

KIESELBACH, Berit; KRESS, Howard; MACMILLAN, Harriet; PERNEGER, Thomas.

Prevalence of childhood exposure to intimate partner violence and associations with mental distress in Cambodia, Malawi and Nigeria: A cross-sectional study. **Child abuse & neglect**, v. 111, 104807. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104807>. Acesso em: 04 fev. 2023.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. **Violência contra as mulheres: representações sociais de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco**. 2021. 373 f. Tese Doutorado em Psicologia Social - Instituto de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/17809>

MORAES, Silvia Piedade de; SILVA BRÊTAS, José Roberto da. Teoria das Representações Sociais e Teoria Queer: tramas possíveis. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 6, n. 12, p. 556-571, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Silvia-Moraes/publication/329896640_Teoria_das_Representacoes_Sociais_e_Teoria_Queer_tramas_posiveis/links/5c21444592851c22a34436b5/Teoria-das-Representacoes-Sociais-e-Teoria-Queer-tramas-possiveis.pdf . Acesso em: 04 fev. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigação em psicologia social**. Pedrinho A. Guareschi (Tradutor). 11 ed, São Paulo: Editora Vozes, 2015.

ONU. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/embaixadores-da-juventude/conhea-mais/a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em 04 mai. 2023.

SANTOS, Ana Pereira dos; Romagnoli, Roberta Carvalho. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma delegacia. **Estudos e pesquisas em psicologia (Impr.)**, v. 17(2), p. 454-474, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37126/26220>. Acesso em 04 mai. 2023.

SANTOS, Walquíria Jesusmara dos; OLIVEIRA, Patrícia Peres de; VIEGAS, Selma Maira da Fonseca; RAMOS, Thiago Magela; POLICARPO, Aryanne Gabrielle; SIVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da. . Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: representações sociais de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, p. 770-777, 2018. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6197/pdf_1. Acesso em: 04 fev. 2023.

SARDINHA, Lynnmarie; MAHEU-GIROUX, Mathieu; STOCKL, Prof. Heidi; MEYER, Sarah Rachel; GÁRCIA-MORENO, Cláudia. Estimativas de prevalência global, regional e nacional de violência física ou sexual, ou ambas, contra mulheres por parceiro íntimo em 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, pág. 803-813, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673621026647>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SUTO, Cleuma Sueli Santos; PAIVA, Mírian Santos; PORCINO, Carle; Silva, Dejeane de Oliveira; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; COELHO, Edméia Almeida Cardoso. Análise de dados em pesquisa qualitativa: aspectos relacionados a triangulação de resultados. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 241-251, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3863>. Acesso em 13 mar. 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a maioria do grupo era formado por pessoas do gênero masculino, cisgêneros e responsáveis por ações de combate à violência contra mulher em meio as ocorrências de violência urbana e que as relações estão permeadas por determinação de poder.

Considerando que a desconstrução do machismo implica em mudanças de comportamentos adquiridos ao longo das gerações, no conjunto de termos evocados pelo grupo investigado, emergiu a educação como elemento para a transformação cultural, desconstrução das relações de poder e indispensável ao desenvolvimento da autonomia feminina. Assim, surge a possibilidade e esperança de mudanças não apenas para as representações sociais sobre a violência, mas sobretudo para o fenômeno em si, conforme previsto na LMP.

A apreensão das representações sociais expressas por homens e mulheres policiais militares acerca da violência doméstica apontam que o grupo entende como uma violência que ocorre devido as práticas machistas e que mantém as mulheres dependentes e submissas. No entanto, as policiais sinalizam que o comportamento e conceitos machista formulados pelos policiais permeiam os atendimentos às mulheres. Situações que dificultam o enfrentamento da violência doméstica porque ocasionam insegurança e medo nas mulheres.

Por compreender que as consequências do machismo na vida das mulheres que vivenciam a violência doméstica implicam em situações que dificultam o enfrentamento e favorecem a permanência delas junto aos agressores, situações que ocasionam pensamentos e condutas machistas de policiais militares que não compreendem as especificidades da violência de gênero e que influenciam no atendimento às vítimas, faz-se necessário a desconstrução de conceitos que dificultam as relações dos indivíduos.

Foi possível observar, no conjunto dos depoimentos do grupo investigado, que emergiram práticas machistas, imparcialidade e impessoalidade, as quais sugerem a necessidade de estratégias que possibilitem às mulheres um atendimento mais acolhedor e atencioso. Ademais, os debates sobre a atuação policial militar no contexto da violência doméstica carecem de discussões no que tange ao reconhecimento da importância desses agentes no atendimento das ocorrências, sensibilização e capacitação sobre o fenômeno da violência doméstica.

O estudo, embora limitado a um grupo de policiais militares, apontam aspectos que sinalizam a necessidade de ações educativas e políticas públicas para o aperfeiçoamento dos profissionais quanto às questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, pois geralmente são os primeiros a prestar-lhes atendimento, favorecendo a melhoria dos serviços

e acolhimento das mulheres com vistas à redução dos agravos à saúde. Além disso, um atendimento com qualidade e atenção, livre de preconceitos e tratamentos desiguais, possibilita o encorajamento das mulheres para a adoção de providências contra o agressor junto as instituições policiais e da justiça, favorecendo a redução dos agravos à saúde.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean Claude, organizador. **Las representaciones sociales: aspectos teóricos**. México: Ed. Coyoacán; 1994.p. 11-32.
- ABRIC, Jean Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de. Estudos Interdisciplinares de Representação Social. 2ed. Goiânia-GO: AB, 2000. p.27-38
- ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lúcia de OLiveira; OLIVEIRA, Denize Cristina de; MARQUES, Sérgio Correia; FONSECA, Adriana Dora da. Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Revista gaucha de enfermagem**, v. 39, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngen/a/94ydx8ZRYjZNGc6c83CN9Gx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 fev. 2022.
- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo. **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2019.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Caderno de Pesquisa**, n.117, p.127-147, 2002.
- ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Violência contra a mulher: consequências da perspectiva de gênero para as políticas de segurança pública. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 3, p. 103-132, set./dez. 2017. ISSN 2236-7284. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v62i3.51841>. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Violencia-contra-mulher-Thiago-A%CC%81vila-4.12.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- BAHIA. **Policciamento Comunitário da Bahia**/ Organização de Maribel Fernandes Ribeiro Santana. Salvador, BA: EGBA, 2019.
- BAHIA. Portaria nº 05, de 06 de janeiro de 2012. Define a composição e os limites das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP e das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP, do Município de Salvador e Região Metropolitana – RMS. **Diário Oficial da Bahia**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/CAPITALPortaria05de06dejaneirode2012.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- BARAGATTI, Daniella Yamada; ROLIM, Ana Carine Arruda; CASTRO, Cristiane Pereira de; MELO, Marcio Cristiano de; SILVA, Eliete Maria. La ruta crítica que recorren las mujeres en situación de violencia: revisión integradora **Revista Panamericana de Salud Publica= Revista Pan-Americana de Saúde Pública** , v. 43, p. e34-e34, 2019. Disponível em: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC6438411&blobtype=pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, São Paulo, 2012.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2016. (Original publicado em 1949).

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. DOI 10.1590/S0103-40142003000300006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

BRASIL(a). **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL(b). **Lei nº 14188, de 28 de julho de 2021**. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14188.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, 2006. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Lei do Femicídio. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019**. Notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13931.htm. Acesso em 01 nov. 2021.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. 2020. Atualizado em 30/04/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 29 set. 21.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Que trata de pesquisas e testes em seres humanos e atualiza a Resolução 196. Brasília, DF. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 07 de abril de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso 30 nov. 2019.

BRASIL. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria de políticas para as mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em:

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC. Brasil. 2018.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminina. Revisão Fabiane Simioni. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/856>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria; ROUQUETTE, Michel-Louis. Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, p. 435-445, 2003. DOI: 10.1590/S0102-79722003000300003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/M6cKJvz7mCLjDP5mtQ6ZrNn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CARNEIRO, Jordana Brock; GOMES, Nadirlene Pereira; ESTRELA, Fernanda Matheus; SANTANA, Jéssica Damasceno; MOTA, Rosana Santos; ERDMANN, Alacoque Lorenzine. Violência doméstica: repercussões para mulheres e crianças. **Escola Anna Nery**, v. 21, 2017. DOI: 10.1590/2177-9465-ean-2016-0346. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/bwj4BTRVjMp8CdBRLRWwfzM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTRO, Amanda Motta Angelo; EGGERT, Edla. Alguns apontamentos sobre a epistemologia feminista. **Revista Sociais e Humanas**, v. 25, n. 2, p. 231-238, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2862/pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

COMPROMISSO E ATITUDE. Major Denice Santiago fala sobre Ronda Maria da Penha e afirma “denúncia é forma de proteção” programa **PNotícias o 13º Anuário de Segurança Pública**, 11/09/2019. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/major-denice-santiago-fala-sobre-ronda-maria-da-penha-e-afirma-denuncia-e-forma-de-protecao/>. Acesso em: 02 set. 2019.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1994.

CORTEZ, Mirian Beccheri; CRUZ, Guilherme Vargas; DE SOUZA. Violência conjugal: desafios e propostas para a cação da Lei Maria da Penha. *Psico*, 44(4), 499–507, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/11542-Texto%20do%20artigo-63970-1-10-20140211.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã por Olímpia de Gougues**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 1. Edição, p.176. ISBN 9788547210793.

DECKER, Michele R.; HOLLIDAY, Charvonne N; HAMEEDUDDIN, Zaynab; SHAH, Roma; MILLER, Janice; DANTZLER, Joyce; GOODMARK, Leigh. "You Do Not Think of Me as a Human Being": Race and Gender Inequities Intersect to Discourage Police Reporting of Violence against Women. **J Urban Health**, v. 96, n. 5, pág. 772-783, 2019.

Disponível em [tutoriel-portugais-22-11-2018 \(iramuteq.org\)](https://tutoriel-portugais-22-11-2018.iramuteq.org). Acesso em 16 out. 2021.

EURONEWS. **Domestic violence cases jump 30% during lockdown in France**. Euronews. 2020. Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/03/28/domestic-violence-cases-jump-30-during-lockdown-in-france>. Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MOSTAFA, Joana; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; SANTOS, Maria Paula Gomes dos; RODRIGUES, Rute Imanishi. Reformas ministeriais recentes e impactos na agenda das políticas públicas brasileiras: breve relato a partir dos debates no Observatório de Direitos e Políticas Públicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 10, p. 21-27, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso; 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (a). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. ISSN 1983-7364, ano 15. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> Acesso em 04 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (b). **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>. Acesso em 04 fev. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. ISSN 1983-7364, ano 14. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 20 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODIN, Melissa. As cities around the world go on lockdown, victims of domestic violence look for a way out. **Time [Internet]**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://time.com/5803887/coronavirus-domestic-violence-victims>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, Iracema Costa Ribeiro; LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e; RODRIGUES, Vanda Palmarella; VILELA, Alba Benemérita Alves. Representaciones sociales de las mujeres en relación con la asistencia policial proporcionada en situaciones de violencia doméstica. **Revista Enfermería Actual en Costa Rica**, n. 39, p. 8, 2020. DOI 10.15517/revenf.v0i39.39657. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/11542-Texto%20do%20artigo-63970-1-10-20140211.pdf>.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 256-266, 2015. DOI: 10.1590/1807-03102015v27n2p256. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkmvcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 out. 2021.

IBAHIA. NOTÍCIAS: Lei exige que condomínios relatem casos de violência doméstica na Bahia. Disponível em: <https://www.ibahia.com/fala-bahia/single-fala-bahia/noticia/lei-exige-que-condominios-relatem-casos-de-violencia-domestica-na-bahia/>. Acesso em: 24 out 2021.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Saraiva, 2010.

JESUS, Lorena Rodrigues de; SOBRAL, Rita de Cássia Cronemberg. Culpabilização da mulher: a perspectiva de policiais de uma delegacia especializada no atendimento à mulher. **Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 23, n. 1, 2017. DOI:10.22478/ufpb.1807-8214.2017v23n1.35799. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/35799-Texto%20do%20artigo%20SEM%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoria-83207-1-10-20170821.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, n. 44, p. 1-21, Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LANDIN, Evanilson; ESPINDOLA, Elisângela Bastos de Melo; MAIA, Lícia de Souza Leão. **Teste de associação livre de palavras e entrevista**: um percurso para a investigação das representações sociais de pessoas com deficiência. In: BONA, V.; ZSCHIESCHE, D. R.O. Docência e temas emergentes: percursos metodológicos nos estudos de representações sociais no campo educacional. Recife: Editora UFPE, 2019. p. 151-172.

LARA, Luiz Fernando; CAMPOS, Elaine Aparecida Regiani de; STEFANO, Silvio Roberto; ANDRADE, Sandra Mara de. Relações de gênero na polícia militar: narrativas de mulheres policiais. **Holos**, v. 4, p. 56-77, 2017. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4078>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LEANDRO, Maiara; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; FIOROTT, Juliana Gomes; MARX, Djenifer. Representações Sociais da violência doméstica em comentários de rede social. **Revista Eletrônica Científica Da UERGS**, v. 5, n. 2, p. 208-216, 2019. DOI:

LÉVESQUE, Sylvie; ROUSSEAU, Catherine; DUMERCHAT, Mélusine. Influence of the relational context on reproductive coercion and the associated consequences. **Violence against women**, v. 27, n. 6-7, p. 828-850, 2021. DOI: 10.1177/1077801220917454. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801220917454>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes; GOMES, Nadirlene Pereira; MOTA, Rosana Santos; CAMPOS, Luana Moura; CAMARGO, Climene Laura de; ANDRADE, Selma Regina de. Intra-family violence: experiences and perceptions of adolescents. **Escola Anna Nery**, v. 21, 2017. doi.org/10.5935/1414-8145.20170003. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Cláudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. DOI 10.1590/0102-311x00074420. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400505&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 mai. 2020.

MARTÍN-BAENA, David; MONTERO-PIÑAR, Isabel; ESCRIBÀ-AGUIR; VIVES-CASES, Carmen. Violence against young women attending primary care services in Spain: prevalence and health consequences. **Family practice**, v. 32, n. 4, p. 381-386, 2015. DOI: 10.1093/fampra/cmz017. Disponível em:

<https://academic.oup.com/fampra/article/32/4/381/680927>. Acesso em 23 dez. 2021.

MARTINELLI, Aline. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA PERSPECTIVA POLICIAL. **Revista Juris UniToledo**, v. 4, n. 04, 2019. Disponível em:

<http://www.ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3396/527>. Acesso em: 21 dez. 2021.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psicologia da Educação**, n. 14-15, 2002. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em 23 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em 23 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigação em psicologia social**. Editora Vozes. 2015.

NETTO, Leônidas de Albuquerque; MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; FERANNDES E SILVA, Giuliana; PENNA, Lúcia Helena Garcia; PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, p. 135-142, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rngenf/a/5rspRQXYcYpj3zJHqHXq7vQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Acesso em 27 mai. 2020.

OKA, Mateus. Violência urbana. **Todo Estudo**. 2021. Disponível em:

<https://www.todoestudo.com.br/sociologia/violencia-urbana>. Acesso em: 26 dez. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas; CHAMON, Edna Maria Oliveira Querido; MAURICIO, Aline Gomes Cazarim. Representação social da violência: estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. **Educar em Revista**, v. 26, n. 36, p. 261-274, 2009. ISSN 1984-0411. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/c9NdWX3TCFTmbjwDhTV5NzP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2022.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 939-948, 2019. DOI: 10.1590/0103-1104201912222. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43n122/939-948/pt>. Acesso em: Acesso em 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Denize Cristina. A teoria de representações sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo interdisciplinar. **Teoria das representações sociais**, v. 50, p. 585-623, 2011.

OPAS. **Devastadoramente generalizada**: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Folha informativa atualizada em março de 2021. Disponível em <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 03 set de 2021.

OPAS. **Violência contra as mulheres**. Folha informativa atualizada em novembro de 2017 Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 05 out. 2019.

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento; GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; LIRA, Margaret Ollinda de Souza Carvalho e; CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva; SILVA, Rudval Souza da. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 5, p. 874-879, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/r/lae/article/view/106148>. Acesso em 05 out. 2020.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 407-428, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>. Acesso: em 05 out.

PASINATO, Wânia. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: **Lumen Juris**, p. 119-142, 2011. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_7_avancos-e-obstaculos.pdf. Acesso em: 05 out.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher**: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 05 out. 2019

PRADO, Daniel Nicory do. Prisão em flagrante em domicílio: um olhar empírico. **Revista Direito GV**, v. 16, 2020. DOI: 10.1590/2317-6172201962. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/hbnKmn6qFXG5sSfSsZ7YqMx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set de 2021.

RODRIGUES, José Paz. **Olympe de Gouges, importante feminista francesa**. PGL.gal. 22 de novembro de 2017. Disponível em: <https://pgl.gal/olymp-e-gouges-importante-feminista-francesa/>. Acesso em: 03 set de 2021.

ROUQUETE, Michel-Louis. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de. 2ed. Goiânia-GO: AB, 2000. p.39-46

RUI, José Carlos. **A esquerda bem-informada: As mulheres na Guerra pela Independência**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/07/01/as-mulheres-na-guerra-da-independencia/> Acesso em 24 out 2021

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1998.
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pagu, n. 16, 2001, p. 115 – 136

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. In: **Gênero, patriarcado, violência**. 2004. pág. 151-151. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf>. Acesso em 02 mar. 2021.

SALDANHA, Núria; HENRIQUE, Fernando. **Violência contra mulheres aumenta nos EUA em período de isolamento social**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/violencia-contra-mulheres-aumenta-nos-eua-em-periodo-de-isolamento-social/>. Acesso em 05 out. 2020

SANT'ANNA, Hugo Cristo. OpenEvoc: um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. In: AVELAR, L. et al. (Org.). **Psicologia Social: desafios contemporâneos**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2012. Disponível em:

SANTOS, Ana Pereira dos. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma delegacia. **Estudos e Pesquisas Em Psicologia**, 17(2), 454–474.2018. DOI: 10.12957/epp.2017.37126. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6798/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANTOS, Cândida Ribeiro. Movimento Social no Enfrentamento da Violência contra a Mulher: a experiência de um grupo de trabalho em Salvador e Região Metropolitana/BA. **Revista Feminismos**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/30211-Texto%20do%20Artigo-106579-1-10-20170709.pdf>. Acesso em: Acesso em: 05 out. 2019.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil**. 2008.

SANTOS, Manoel Antônio; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Recursos sociais para apoiar mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP na perspectiva de informantes-chave. **Interface – Comunicação e Saúde, Educação**, v.15, n.36, p.93-108, 2011. Disponível em: gale.com/apps/pub/3EQH/IFME?u=anon~92ee334c&sid=bookmark-IFME. Acesso em: 05 out. 2019.

SARDINHA, Lynnmarie; MAHEU-GIROUX, Mathieu; STOCKL, Prof. Heidi; MEYER, Sarah Rachel; GÁRCIA-MORENO, Cláudia. Estimativas de prevalência global, regional e nacional de violência física ou sexual, ou ambas, contra mulheres por parceiro íntimo em 2018. *The Lancet*, v. 399, n. 10327, pág. 803-813, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673621026647>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SCOTT, Joana. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **PMs femininas completam 30 anos de ingresso na corporação baiana**. 30/04/2020. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/04/2813/PMs-femininas-completam-30-anos-de-ingresso-na-corporacao-baiana.html>. Acesso em 24 out 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Acesso à Informação**. A Superintendência de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>. Acesso em: 02 out 21.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mapas RISP e AISP Bahia**. 2021. Disponível em: http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/MAPAS/RISP_E_AISP_BAHIA.pdf. Acesso em: 24 out 2021

SILVA, Andrey Ferreira; ESTRELA, Fernanda Matheus; SOARES, Caroline Fernandes Soares e; MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de; LIMA, Nayara Silva Lima; MORAIS, Ariane Cedraz, GOMES, Nadirlene Pereira; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo. Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3475-3480, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020259.16132020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yFfYg7zWxBwVRJp7GrLwJpf/?format=pdf&lang=pt>. Access em: 27 mar. 2021.

SILVA, Dejeane de Oliveira. **“Podem dizer que não, mas eu me cuido”**: representações e práticas do cuidado de si de pessoas em situação de rua. 2018. 223f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, 2018.

SILVA, Marta Paraguai de Souza; SANTOS, Bruna Oliveira; FERREIRA, Thaís Batista; LOPES, Arianna Oliveira Santana. A violência e suas repercussões na vida da mulher contemporânea. **Rev. enferm. UFPE online**, p. 3057-3064, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/aldin/Downloads/110209-59356-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/aldin/Downloads/110209-59356-1-PB%20(2).pdf). Acesso em 22 dez 2021.

SOUZA, Greice Kely Oliveira de; SOUZA, Sinara de Lima; CARVALHO, Tamyres Lopes Santana de; CARVALHO, Rosely Cabral de; CERQUEIRA, Tamille Marins Santos; SUTO, Cleuma Sueli Santos; ALMEIDA, Vivian Ranyelle Soares de. Representações Sociais da violência simbólica nas relações de intimidade dos adolescentes. In: OLIVEIRA, et al organizadores. **Representações sociais e saúde: teoria, pesquisas e práticas**. 1.ed. Salvador, BA: Devires, 2022.

SUTO, Cleuma Sueli Santos; PAIVA, Mírian Santos; PORCINO, Carle; Silva, Dejeane de Oliveira; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; COELHO, Edméia Almeida Cardoso. Análise de dados em pesquisa qualitativa: aspectos relacionados a triangulação de resultados. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 241-251, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/aldin/Downloads/3863-Texto%20do%20Artigo-28391-1-10-20211018.pdf>. Acesso em 13 mar. 2022.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. DOI 10.1590/1980-549720200033. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-. Acesso em: 22 nov. 2020.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História (São Paulo)**, v. 38, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 mar. 2023.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bdqVHwLbSD8gyWcZwrJHqGr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2020.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Tancredo Neves – Salvador. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tancredo_Neves_\(Salvador\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tancredo_Neves_(Salvador)). Acesso em 23 ago 2021.

WOLTER, Rafael Pecly; WACHELKE, João; NAIFF, Denis. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 3, pág. 1139-1152, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754280018.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

WONG, Jéssica; MELLOR, Davi. Intimate partner violence and women's health and well being: impacts, risk factors and responses. **Contemporary Nursing**, v. 46, n. 2, pág. 170-179, 2014. DOI: 10.5172/conu.2014.46.2.170. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.5172/conu.2014.46.2.170?needAccess=true>. Acesso em: Acesso em 27 out. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Devastadoramente generalizada: Uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência**. 2021. Disponível em: [Devastadoramente generalizada_ 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência - OPAS_OMS _ Organização Pan-Americana da Saúde.pdf](#). Acesso em 15 fev. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Edited by Etienne G. Krug [et al.]. 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf. Acesso em: 01 jan. 2021

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM****INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES**

O(a) Sr.(a) está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher”, que tem como objetivo geral: Aprender as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher. Sendo os seguintes objetivos específicos: Identificar a estrutura das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher; verificar as influências dessas representações sociais no atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher.

A pesquisa será desenvolvida por mim, Aldina de Santana Lago, como atividade do curso de Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Nadirlene Pereira Gomes e Profa. Dra. Jeane Freitas de Oliveira.

O(a) Sr.(a) poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir e retirar seu consentimento em qualquer fase do estudo, sem qualquer prejuízo. Caso aceite participar, todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais, de modo que sua identificação será por um código numérico, garantido o anonimato e o sigilo das informações.

A coleta das informações consta de dois momentos, no primeiro momento será realizado o preenchimento do formulário sobre as questões sociodemográficas e profissionais e aplicado o Teste de Associação Livre de Palavras, utilizando-se três estímulos. No segundo momento será realizada uma entrevista gravada por aplicativo de celular *smartfone*. Essa etapa será realizada mediante a assinatura desse termo de consentimento pelo participante que poderá ouvir a gravação e retirar ou acrescentar quaisquer informações. Os documentos e gravações serão arquivados por 05 (cinco) anos e após esse período serão destruídos pela pesquisadora.

O(a) Sr.(a) não terá qualquer gasto e/ou ganho financeiro pela participação. Os riscos são considerados mínimos, consistindo em desconforto ou constrangimento sobre a temática, os quais serão minimizados com a realização de entrevista individual em sala privativa e isolada. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões com o grupo investigado sobre o atendimento prestado às mulheres, com vistas a um cuidado mais humanizado e qualificado.

Os aspectos acima mencionados respeitam a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Caso concorde em participar desta pesquisa, o(a) Sr. (a) deve assinar este termo de consentimento em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra com a pesquisadora.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro para fins e direitos que após ter sido esclarecido(a) sobre o conteúdo da pesquisa intitulada “Representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher”, e o seu respectivo objetivo, riscos e benefícios, concordo em participar do estudo respondendo às perguntas do questionário semiestruturado e da entrevista. Minhas falas poderão ser gravadas com auxílio de aparelho celular. A minha autorização e consentimento para participar da pesquisa é voluntária e livre, não sofrendo qualquer interferência por parte da pesquisadora e que não estou sendo remunerado(a) por este ato, podendo retirar meu consentimento do estudo a qualquer momento, sem qualquer implicação, prejuízo, perda ou dano à minha pessoa. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados, que estes poderão ser apresentados para publicação em congressos e/ou revistas científicas, desde que assegurado o sigilo de minha identidade, e que as pesquisadoras estarão disponíveis para esclarecimentos e dúvidas que possam me ocorrer antes, durante e após a pesquisa.

Salvador, ____ de _____ de 2022.

Participante da pesquisa

Pesquisadora

Pesquisadora: Aldina de Santana Lago

E-mail: aldina.lago@hotmail.com.br

Telefone: (71) 98895-6236

End.: R. Dr. Augusto Viana, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-060

APÊNDICE B - Teste de associação livre de palavras (TALP)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

PESQUISA: Representações Sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher

CÓDIGO DE ENTREVISTA Nº: _____

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL

Identidade de gênero: _____ Idade: _____

Cor autodeclarada: _____ Escolaridade: _____

Encontra-se em situação conjugal: () SIM () NÃO

Praticante de alguma religião: () SIM () NÃO Qual? _____

Grau hierárquico (praças)/ posto (oficial):

Tempo de atuação na Polícia Militar: _____

Área de atuação () ADMINISTRATIVA () OPERACIONAL

ESTÍMULOS INDUTORES

O que vem á sua cabeça quando você ouve o termo VIOLENCIA

Justificativa:

O que vem à sua cabeça quando você ouve o termo VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Justificativa:

Para você, o que as outras pessoas pensam sobre a “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.”

Justificativa:

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

PESQUISA: Representações Sociais de policiais militares acerca da violência doméstica contra a mulher

CÓDIGO DE ENTREVISTA Nº: _____

QUESTÕES NORTEADORAS:

Fale-me em poucas palavras o que você pensa sobre a violência!

E, sobre a violência doméstica contra a mulher!

Fale-me do seu cotidiano ao lidar com as ocorrências de violência doméstica contra a mulher!